



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
– PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

TATIANA LOSANO DE ABREU

**CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE
CARÁTER EMANCIPATÓRIO DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

**João Pessoa – PB
2020**

TATIANA LOSANO DE ABREU

**CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE
CARÁTER EMANCIPATÓRIO DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Alysson André Régis Oliveira, Dr.

**JOÃO PESSOA – PB
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *campus* João Pessoa

A162c

Abreu, Tatiana Losano de.

Contribuições para a formação omnilateral de caráter emancipatório dos Empreendimentos Econômicos Solidários / Tatiana Losano de Abreu. – 2020.

143 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Orientador: Prof. Dr. Alysson André Régis Oliveira.

1. Economia Solidária. 2. Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). 3. Formação omnilateral emancipatória. 4. Educação Profissional e Tecnológica – Práticas educativas. I. Título.

CDU 377:334

Bibliotecária responsável Taize Araújo da Silva – CRB15/536

TATIANA LOSANO DE ABREU
**CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE
CARÁTER EMANCIPATÓRIO DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 24/09/2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Dr. Alysson André Régis Oliveira
Instituto Federal da Paraíba - IFPB
Orientador



Prof. Dr. Airton José Vinholi Júnior.
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS
Examinador Interno



Prof. Dra. Rosângela Alves de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora externa



Prof. Dr. Valentín Martínez-Otero Pérez
Universidad Complutense de Madrid
Examinador Externo

TATIANA LOSANO DE ABREU
**CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE
CARÁTER EMANCIPATÓRIO DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Produto Educacional ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 24/09/2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Dr. Alysson André Régis Oliveira
Instituto Federal da Paraíba - IFPB
Orientador



Prof. Dr. Airton José Vinholi Júnior.
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS
Examinador Interno



Prof. Dra. Rosângela Alves de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora externa



Prof. Dr. Valentín Martínez-Otero Pérez
Universidad Complutense de Madrid
Examinador Externo

Dedico este trabalho àqueles que me estimularam a iniciar esta nova fase de formação acadêmica, em especial ao meu companheiro e a minha irmã. Mas, também, àqueles que sempre me instigaram a trabalhar com Economia Solidária: os companheiros do NUCAES e amigos da Economia Solidária.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é muito importante e possibilita uma retrospectiva de todo o processo de culminou, não só no projeto propriamente dito, mas nas vivências e nas pessoas que influenciaram a minha decisão de seguir área acadêmica, ter a Economia Solidária como objeto de estudo e atuação e fazer um mestrado na área de educação profissional. Diante dessa retrospectiva, agradeço a minha família por contribuir com a minha estabilidade emocional, substancial para as minhas vitórias, com destaque ao meu companheiro de vida, e minha irmã, que serve de exemplo para a minha atuação na área acadêmica. Minha mãe e meu pai representam exemplos de força e de amor.

Também preciso agradecer aos companheiros de trabalho que, ao meu lado e entre erros e acertos, buscam o melhor para os estudantes do IFPB – campus Guarabira. Meus parceiros no NUCAES me ajudam a entender a Economia Solidária para além de um objeto de estudo, e sim como um movimento de atuação para transformação da sociedade. Os trabalhadores e trabalhadoras da ES que tenho oportunidade de conviver me inspiram cotidianamente.

Também agradeço toda a turma de discentes do ProfEPT, que demonstra uma unidade e amizade que nunca presenciei na vida acadêmica. Os professores do ProfEPT que passaram por mim só me trouxeram novos conhecimentos e admiração. Meu orientador merece agradecimento especial, por vários motivos, mas destaco a disponibilidade e a postura dialogada. Hoje ele representa o exemplo de orientador que espero ser.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

ABREU, Tatiana Losano de. **Contribuições para a formação omnilateral de caráter emancipatório dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. 2020. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, 2020.

RESUMO

A Economia Solidária - ES é uma forma diferente de fazer economia, baseada em princípios que têm como alicerce a ideia de produzir, vender e gerar renda a partir de outros valores. A forma de organização do trabalho é baseada na autogestão, as decisões devem ser coletivas e participativas, e a solidariedade deve ser uma prática cotidiana. No Brasil, os empreendimentos que seguem o ideal da ES crescem a cada dia. Mesmo assim, os desafios estão presentes no dia a dia dos trabalhadores da ES. A partir do entendimento de que este público possui demandas formativas e de que essas demandas precisam ser sanadas a partir de uma educação de cunho popular, libertador e que atenda às suas especificidades, este trabalho buscou contribuir com a formação omnilateral, de caráter emancipatório, dos Empreendimentos de Economia Solidária. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório e descritiva, de aspecto qualitativo, que buscou a identificação das principais necessidades advindas dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES para a elaboração do produto educacional. Este diagnóstico ocorreu a partir da aplicação de um grupo focal e entrevistas semiestruturadas com participantes escolhidos por meio de uma amostra não probabilística, definida por acessibilidade e conveniência e seguindo, como critérios, serem participantes de grupos que realizam a produção e a comercialização dos produtos de forma coletiva, ou participantes de entidades de apoio aos EES, além de serem vinculados e compor a coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região. O diagnóstico foi analisado por meio da técnica de análise do discurso e culminou na temática e no perfil do produto educacional. Como produto educacional, foram elaboradas cinco mídias educativas, intituladas: 'Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária'. São vídeos interativos, de curta duração, que versam sobre os Princípios da Economia Solidária. Em seguida, foram realizados dois procedimentos para averiguação das potencialidades e fragilidades do produto educacional. Cinco profissionais que trabalham com Economia Solidária e Educação Popular verificaram o potencial de aplicabilidade em contexto real. Todos os avaliadores se posicionaram positivamente sobre a efetiva contribuição das 'Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária' para a educação profissional e tecnológica dos trabalhadores da Economia Solidária, assim como a contribuição para o processo de autonomia e formação emancipatória deles e seu potencial de utilização em contexto real. Já a aplicação em si deste instrumento pedagógico ocorreu com um grupo produtivo da Economia Solidária chamado de Mulheres Caboclas, cujo resultado foi igualmente satisfatório. Por fim, podemos considerar que a concretização das 'Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária' representa uma contribuição para a formação omnilateral de caráter emancipatório dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Palavras-chave: Movimento de Economia Solidária. Empreendimentos Econômicos Solidários. Princípios da Economia Solidária. Formação Emancipatória. Práticas Educativas.

ABREU, Tatiana Losano de. **Contributions to the omnilateral formation of an emancipatory character of Solidary Economic Enterprises.** 2020. 122f. Dissertation (Masters in Professional and Technological Education) – Instituto Federal da Paraíba, 2020.

ABSTRACT

The Solidarity Economy -SE is a different way of economy, based on principles that are founded on the idea of producing, selling and generating income from other values. The work organization is based on self-management, and the decisions must be collective, participatory and the solidarity must be a daily practice. In Brazil, enterprises that follow the ideal of SE grow every day. Nevertheless, the challenges are present in the daily life of SE workers. Based on the understanding that this public has formative demands, and that these demands need to be solved from a popular, liberating education that meets their specificities, this work sought to contribute to the omnilateral formation, of an emancipatory character, of the Enterprises of Solidary Economy. For this, an exploratory and descriptive research, with a qualitative aspect, was conducted, which sought to identify the main necessities of Solidary Economic Enterprises to develop an educational product. This diagnosis was made through the application of a focus group and semi-structured interviews with participants chosen through a non-probabilistic sample, defined by accessibility and convenience and following the criterion of being participants in groups that perform the production and commercialization of products in a collective way or being participants of support entities for ESE, in addition to being linked and compose the coordination of the Solidarity Economy Forum of Guarabira and Region. The diagnosis was analyzed using the discourse analysis technique and resulted in the theme and profile of the educational product. As an educational product, five educational media were created, entitled: 'Educational Media: from reflection to the practice of the Principles of Solidarity Economy'. They are interactive videos, of short duration, that approach the Principles of Solidarity Economy. Then, two procedures were realized to investigate the potentialities and weaknesses of the educational product. A group of five professionals that works in the field of Solidarity Economy and Popular Education verified the potential for applicability in a real context. All evaluators were agreed on the effective contribution of the 'Educational Media: from reflection to the practice of the Principles of Solidarity Economy' for the professional and technological education of Solidarity Economy workers, as well as the contribution to process of their autonomy and emancipatory formation and its potential for use in a real context. The application of this pedagogical instrument itself occurred with a productive group of the Solidarity Economy called Caboclas Women, and the result was equally satisfactory. Finally, we can consider that the implementation of 'Educational Media: from reflection to the practice of the Principles of Solidarity Economy' represents a contribution to the omnilateral formation of an emancipatory character of Solidary Economic Enterprises.

Keywords: Solidarity Economy Movement. Solidary Economic Enterprises. Principles of Solidarity Economy. Emancipatory Formation. Educational Practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Perfil das publicações selecionadas no Periódico Capes e no EduCapes.....	20
Quadro 2:	Composição da Coordenação do Fórum de Economia Solidária da Guarabira e região.....	29
Quadro 3:	Características dos grupos focais e informações do grupo focal desta pesquisa.....	30
Quadro 4:	Principais dificuldades para a prática da Economia Solidária e seus princípios.....	83
Quadro 5:	Descrição das mídias educativas, principais conceitos abordados e questões norteadoras do debate.....	86
Quadro 6:	Símbolos representativos dos dez Princípios da Economia Solidária.....	88
Quadro 7:	Sobre a Estética e Organização das Mídias Educativas.....	91
Quadro 8:	Sobre as Partes das Mídias Educativas.....	92
Quadro 9:	Sobre o Estilo de escrita utilizado nas mídias educativas.....	92
Quadro 10:	Sobre o Conteúdo das mídias educativas.....	93
Quadro 11:	Sobre Atividades presentes nas mídias educativas.....	93
Quadro 12:	Sobre a Criticidade das mídias educativas.....	94
Quadro 13:	Comentários dos avaliadores sobre o PE.....	95
Quadro 14:	Reflexão sobre a primeira mídia educativa: ‘Introdução aos Princípios da Economia Solidária.....	97
Quadro 15:	Reflexão sobre a segunda mídia educativa: ‘O princípio da Autogestão’....	99
Quadro 16:	Reflexão sobre a terceira mídia educativa: ‘A Valorização do saber local, democracia e a cooperação como princípios da Economia Solidária’.....	100
Quadro 17:	Reflexão sobre a quarta mídia educativa: ‘Sobre a centralidade no ser humano, valorização da diversidade, justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras’.....	101
Quadro 18:	Reflexão sobre a quinta mídia educativa: ‘A Emancipação, a valorização da aprendizagem e da formação permanente’.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADSOL – Cadastro Economia Solidária
CCQS – Círculos de Controle de Qualidade
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
COOCASSIS - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários
ES - Economia Solidária
ETIM – Ensino Técnico Integrado ao Médio
FES – GR: Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região
EJA – Ensino Jovens Adultos
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IFPB - Instituto Federal da Paraíba
IFCE – Instituto Federal do Ceará
IFs - Institutos Federais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MÊS – Movimento de Economia Solidária
MPC - Modo de Produção Capitalista
NUCAES - Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários do Brejo Paraibano
PE - Produto Educacional
ProfePT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROGEB – Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira
SEDUP – Serviço de Educação Popular
SENAES - Secretaria Nacional para Economia Solidária
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	DIALOGANDO SOBRE O TEMA.....	11
1.1	POR ONDE TUDO COMEÇOU	11
1.2	DESENVOLVIMENTO DO TEMA EM QUESTÃO.....	13
1.2.1	Breve panorama do debate acadêmico sobre a temática.....	19
1.3	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA.....	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	34
2.1	A ENGRENAGEM CAPITALISTA: CENÁRIO DE EXCLUSÃO.....	34
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVO PADRÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO.....	39
2.3	EDUCAÇÃO EMANCIPADORA PARA A CONSTRUÇÃO DE INDIVÍDUOS OMNILATERAIS.....	50
3	COM A PALAVRA: OS TRABALHADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	60
3.1	MOTIVAÇÃO PARA CONSTITUIR-SE ENQUANTO TRABALHADOR DA ES.....	60
3.2	PRATICANDO A AUTOGESTÃO.....	63
3.3	AUTOGESTÃO ENQUANTO PROCESSO.....	67
3.4	AUTOGESTÃO E AUTONOMIA DOS EES.....	76
4	A PRÁTICA REFLETIDA: CONSTRUÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL PARA OS TRABALHADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	81
4.1	DO PLANEJAMENTO À FACILITAÇÃO DO ENSINO: A AVENTURA DA CRIAÇÃO.....	81
4.2	MÍDIAS EDUCATIVAS: DA REFLEXÃO À PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	84
4.3	AVALIAÇÃO DA APLICABILIDADE EM CONTEXTO REAL.....	88
4.4	AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM UM EES.....	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICE A: ROTEIRO DE GRUPO FOCAL.....	117
	APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA.....	118
	APÊNDICE C: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	119
	APÊNDICE D: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	121
	APÊNDICE E: ROTEIRO-MÍDIAS EDUCATIVAS.....	125
	ANEXO A: REGIMENTO FES – GR.....	132
	ANEXO B: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	137

1 DIALOGANDO SOBRE O TEMA

1.1 POR ONDE TUDO COMEÇOU

Trago aqui um breve relato sobre os aspectos que acredito serem relevantes para o leitor entender a trajetória que me levou a esse momento de construção de uma dissertação e produto educacional na área de educação profissional. Sou paulista, mas, no início da adolescência, vim morar em João Pessoa, Paraíba, onde meus estudos se deram majoritariamente. Meu Ensino Médio deu-se no Instituto Federal da Paraíba – IFPB, antigo CEFET. Esses foram os três melhores anos da minha vida acadêmica e um momento de amadurecimento pessoal. Foi nesse período que me aproximei do movimento estudantil e comecei a entender melhor as contradições desta sociedade, o que me despertou o interesse em estudar economia. Após o Ensino Médio, ingressei na Universidade Federal da Paraíba, UFPB, para me formar em Economia. Neste período, desenvolvi pesquisas e, principalmente, extensão, vinculadas ao viés heterodoxo do curso. Ou seja, me envolvi com a área da economia brasileira e economia política, tendo como método de análise o materialismo histórico-dialético, método no qual estou longe de ser especialista, mas compreendo como uma forma coerente de analisar a realidade.

Além disso, fui vinculada a um grupo de extensão intitulado Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira, PROGEB, e participei como monitora das disciplinas de Economia Política I, II e III, todas com esse viés metodológico. Desta forma, sempre fui vista como “patinho feio” no âmbito da ortodoxia econômica, o que se agravou diante do meu vínculo com o movimento estudantil universitário. Aproximar-me dos diversos movimentos sociais me possibilitou vivências impossíveis de se colocar no papel. Desses momentos, conheci pessoas que lutam pelos direitos das mulheres, dos jovens, dos agricultores e dos marginalizados do mercado de força de trabalho. Esses últimos me mostraram o que é Economia Solidária (ES), como um meio de vida, mas também como um movimento político reivindicatório e, para além disso, traz à tona a expressão do trabalho associado, baseado na solidariedade.

Após a graduação, vinculei-me à UFPB como professora substituta de Economia e, concomitantemente, fiz o mestrado na mesma área, pela mesma instituição, no eixo da Economia do Trabalho. Mantive meu viés heterodoxo, por isso, desenvolvi minha dissertação relacionada à agricultura familiar, esses que são os grupos produtivos esquecidos pela economia tradicional, com vista a analisar a modernização dos empreendimentos de

agricultura familiar do brejo paraibano. Foi um trabalho prático, de aplicação de questionário e diálogo direto com os agricultores familiares, experiência nada comum no programa de pós-graduação em economia, porém substancial enquanto vivência.

Assim que terminei o mestrado, tomei posse como professora efetiva do Instituto Federal da Paraíba – *Campus* Guarabira, como professora de Economia. Não é difícil imaginar a minha satisfação em voltar para a mesma instituição que me trouxe tantas oportunidades. No passar de cinco anos, lecionei para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, contribuindo na área de Metodologia e de Economia. Há menos tempo, tenho contribuído também como professora de Economia em turmas do Ensino Médio Integrado ao Técnico, o que me trouxe uma vivência diversa no que tange ao ato de ensinar.

Desde o início, vinculei-me a diversos projetos de pesquisa e de extensão, o que culminou na construção do Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários, NUCAES, núcleo de extensão/pesquisa que trabalha com empreendimentos (formados, e, sua maioria, por mulheres) que se consideram Economia Solidária, situando-se grande parte no meio rural. Confesso que a nossa atuação ainda é embrionária, somos poucos orientadores para muitos orientandos, mas já somos referência na região. Mesmo assim, sinto que a pouca formação teórica acerca da Economia Solidária afeta a minha contribuição para este espaço de atuação, visto que nunca estudei de forma sistemática e profunda a Economia Solidária. No curso de Economia, o direcionamento à Economia Solidária inexistiu, pois é difícil colocá-la nos modelos teóricos econométricos de viés tecnicista. Então, não tive acesso à Economia Solidária nos ambientes formais de ensino, estando ela também ausente nos professores heterodoxos, os quais busquei aproximação durante a minha formação acadêmica. Mesmo assim, a realidade concreta nos obriga a olhar para esses agentes econômicos.

Além disso, a minha atuação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, inclusive enquanto coordenadora do curso, possibilitou-me a aproximação com a área da administração. Apesar de ser claro o viés ideológico desta área, visto que é focada na administração de empresas capitalistas que, por essencial, buscam o lucro, foi possível visualizar também que vários aspectos desse campo podem ser adaptados e utilizados para a administração de Empreendimentos Econômicos Solidários, podendo-se fazer uso, portanto, de conhecimentos desenvolvidos na educação formal para a formação em espaços não formais.

Neste período, passei a sentir a necessidade de voltar a estudar, e, durante a minha atuação enquanto docente do IFPB, surgiu o interesse pela área da educação, com destaque para a educação profissional, possibilidade essa oferecida pela instituição em que pretendo atuar por um longo tempo. Apesar de meu conhecimento econômico me propiciar uma noção maior sobre a estrutura do sistema econômico capitalista e subsidiar minha atuação cotidiana, a educação é uma área específica de conhecimento, que requer estudo aprofundado. Foi daí que surgiu o meu interesse em ingressar no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado ao IFPB, principalmente por ser um programa com foco na educação profissional e objetivar o desenvolvimento de produtos educacionais, indo para além do aprofundamento teórico.

Hoje, a produção educacional advinda desta pesquisa, além de poder servir como contribuição à área educacional, intenta fortalecer também os empreendimentos solidários. Dessa maneira, a construção de um produto educacional que responda às demandas desses empreendimentos é um grande motivador para mim, além de propiciar conhecimento aprofundado sobre a temática.

1.2 DESENVOLVIMENTO DO TEMA EM QUESTÃO

É característica do sistema capitalista, no qual todos nós estamos inseridos, a organização produtiva fundamentada na concorrência e na busca incessante pelo lucro. Para tanto, é preciso que se mantenha uma massa de trabalhadores à disposição dos interesses do capital, consolidando o desemprego estrutural. Sob esta estrutura, o trabalho é reduzido ao emprego, ou seja, “uma quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento” (FRIGOTTO, 2009, p. 176). A massa de trabalhadores, vista pelo sistema como um mero fator de produção, é constituída, na verdade, por pessoas que precisam trabalhar para conseguir o recurso financeiro necessário à subsistência da família, elas que são as reais geradoras de riqueza. Portanto, a busca pelas mais diversas formas de geração de renda constitui-se como uma resposta concreta à estrutura produtiva que, a cada dia, torna-se mais excludente.

Para Eid, Gallo e Pimentel (2001), o desenvolvimento técnico-científico, baseado na informação, automação e microeletrônica, liberou uma massa trabalhadora de um conjunto de atividades, que passam a ser desempenhadas pela inteligência artificial. Uma parcela dos trabalhadores irá buscar refúgio no setor de serviços que, inchado, não consegue absorver

todos. De outra forma, irão se render à subproletarização, com o oferecimento do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado.

Desta forma, não é difícil compreender o surgimento e a consolidação da Economia Solidária, ES, no Brasil, principalmente a partir da década de 1990. Vivenciou-se, neste período, além da influência da reestruturação produtiva do capital (ANTUNES; ALVES, 2004), a ampla abertura de capitais internacionais, enfraquecimento dos sindicatos, aumento das desigualdades sociais e inflação, que corroeu significativamente o poder de compra da população (OMETTO; FURTOSO; SILVA, 1995). A esse contexto, soma-se o fortalecimento do Movimento de Economia Solidária, MES, em aspecto internacional (LAVILLE, 2009). Assim, no Brasil, uma forma diferenciada de produzir e de se relacionar dentro e fora do espaço produtivo passa a adquirir relevância econômica e interesse social.

A ES é uma forma diferente de desenvolver atividades socioeconômicas como resposta à exclusão. Consiste, portanto, em grupos produtivos que, vinculados a algum setor econômico (produção, serviços, comércio, etc.), organizam-se na busca pela subsistência do grupo, não pelo lucro. Por isso, e para isso, a organização da produção e das instâncias de decisão baseiam-se na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção, aspectos esses que representam uma quebra substancial de paradigmas em relação ao modelo produtivo vigente. Os Empreendimentos Econômicos Solidários, EES, constituem-se, portanto, de uma racionalidade específica, pautada por uma “relação orgânica entre a dimensão solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho” (GAIGER, 2007, p. 61).

Para Costa e Jesus (2017), não podemos considerar a ES apenas no seu ponto de vista operacional (econômico), mas também no seu aspecto simbólico e seu viés político, constituindo-se (também) como um movimento social, que combate a alienação do trabalho norteadora das relações de produção capitalistas através da materialização do trabalho associado, baseado na solidariedade e coletividade.

Entre os pilares que sustentam um EES, destacam-se, portanto, a defesa e a construção de outras relações sociais de produção, essas que devem ser alinhadas com o princípio da solidariedade, do respeito mútuo e da construção coletiva. E, longe de ser uma proposta idealista, o papel social desempenhado pela ES, no Brasil, é perceptível.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016), existem cerca de 19.700 Empreendimentos Econômicos Solidários formalizados a partir do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), que, apesar de não

representar o universo dos Empreendimentos Econômicos Solidários, EES, no Brasil, possibilita uma visão abrangente do perfil dos atingidos diretamente pelo fortalecimento da Economia Solidária no país.

Em geral, os EES situam-se na região do Nordeste do país (40,8%), com maior predominância na área rural. Constituem-se, em grande parte, como grupos recentes, que se consolidaram a partir dos anos 2000. Foram, na sua maioria, motivados pela busca de uma fonte complementar de renda (48,8%) e como alternativa ao desemprego (46,2%) e faturam, em média, menos de R\$1.000,00 por mês (34%), sendo essa a fonte principal de renda – 45,8% (IPEA, 2016). Desta forma, são grupos que carregam na sua origem a marginalização e estão na construção da ES como um meio efetivo de vida.

Esses empreendimentos apresentam diversas dificuldades operacionais devido ao caráter dual de praticarem a ES, mas estando condicionados às leis de mercado capitalista. Muitas dessas dificuldades estão relacionadas ao processo cotidiano de gestão do empreendimento (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015) que tem efeitos sobre a autonomia do grupo. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), essas iniciativas são marcadas por duas lógicas distintas, a empresarial e a solidária:

No tocante ao caráter empresarial dessas iniciativas econômicas, pode-se dizer que elas enfrentam os mesmos desafios que uma microempresa comum, por apresentarem estruturas produtivas análogas e se ressentirem de problemas semelhantes, tais como: “padrão tecnológico modesto, atuação em pequena escala, carência de recursos para modernização, atrelamento a empresas maiores e outros agentes econômicos etc.”. Por outro lado, o caráter solidário é citado como o principal fator de diferenciação desses empreendimentos em relação às demais empresas capitalistas, que se baseiam na posse privada dos meios de produção (bens de capital) e organização assalariada do trabalho (p. 15).

O Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES (2015), no Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), elenca os desafios que precisam ser enfrentados para a consolidação da Economia Solidária enquanto estratégia de desenvolvimento. Dentre eles, destacam-se: I) A formulação de referenciais teóricos, políticos e pedagógicos que orientem as práticas educativas na Economia Solidária, tendo como referência a Educação Popular; II) A consolidação de uma identidade e linguagem própria; III) O fortalecimento da autogestão que, muitas vezes incompreendida, gera baixo compromisso, além de fortalecer a persistência de comportamentos individualistas e desagregadores; IV) o estímulo à organização interna para sanar deficiências de gestão.

Da sensibilização em relação a este contexto, além da convivência e da aproximação com algumas dessas pessoas que vivem e sobrevivem da Economia Solidária, surgiu a angústia que germinou a presente pesquisa. Esta angústia parte, precisamente, de um questionamento que se repetiu durante a vida acadêmica da pesquisadora, sempre inserida na educação formal, como relatado brevemente, tendo desenvolvido alguns conhecimentos e entendimentos que pareceram, muitas vezes, desconectados da realidade e sem intencionalidade concreta de fazer a diferença na vida de alguém. No entanto, qual o sentido disso?

Percebe-se que a escola, como espaço de acesso ao conhecimento sistematizado e elaborado historicamente pela humanidade, tem a contribuir com o enfrentamento dos desafios dos grupos sociais. Parte-se, aqui, do princípio de que este espaço institucionalizado, mesmo sendo produto das relações sociais e de produção vigentes, é essencial para a sociabilidade e a formação omnilateral, com vistas à emancipação e à autonomia humana (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Os Institutos Federais, IFs, têm papel substancial na construção de uma educação omnilateral, por possibilitar a indissociabilidade entre formação intelectual, física e tecnológica. Esse potencial, no entanto, nem sempre é visto na prática, pois vai de encontro com a ideia de escola de caráter puramente tecnicista, presente no ideário de muitos e fortalecida pelos interesses do capital (FRIGOTTO, 2009). Além disso, é preciso lembrar que não existe neutralidade. O desenvolvimento tecnológico, por exemplo, é construído socialmente e direcionado a fins específicos. Diante disso, a educação propiciada pelos IFs está em disputa, e uma das formas de contribuir para a efetiva educação omnilateral é, precisamente, atuar nos espaços de construção do saber com propostas educativas que rompam com o pensamento limitador da educação, estimulando a formação cidadã e a inclusão.

Como resposta à imposição da realidade para a preparação profissional já no Ensino Médio, os IFs proporcionam educação profissional tecnológica em vários níveis. O Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio - ETIM é oferecido nas mais diversas áreas, contemplando, inclusive, cursos de Administração e Contabilidade, campos do conhecimento fundamentais para os EES e que, ao mesmo tempo, são áreas a ser ocupadas e estudadas pela juventude deste país, aqueles que têm o futuro nas mãos e que podem alimentar diferentes formas de ver o mundo e estar nele, como propõe a ES.

É importante ressaltar, também, que os IFs se pautam no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com a intenção de transpor os muros da instituição e fomentar o conhecimento para a mudança social. Para tanto, a extensão tem papel de destaque, por representar a ponte entre a sala de aula e as ruas. Para Silva e Melo Neto (2015), ela possui a capacidade de conectar o ensino e a pesquisa, além de integrar o saber local e o científico, a partir da percepção de que qualquer atividade pedagógica que objetive atuar com e para agentes externos à escola representa uma via de mão dupla.

Colocar em prática este tripé é um desafio cotidiano, até porque o conhecimento científico precisa estar acessível àqueles que não têm propriedade sobre o linguajar e o padrão acadêmico que fundamentam a educação formal e que, como destacado anteriormente, possuem uma racionalidade específica. Assim como é imprescindível que se dê a mesma credibilidade ao conhecimento popular e ao científico, com vistas ao fomento de novos saberes.

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba, IFPB, tem como objetivo “proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento de pesquisas na área” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 04). Desta forma, o ProfEPT apresenta visão e valores condizentes com a construção de uma educação omnilateral e emancipatória, buscando, por meio do desenvolvimento de propostas de ensino, fundadas também na pesquisa e na extensão, de aspecto inovador e expressas em um produto educacional, a formação científica, teórica e prática dos grupos inseridos em espaços formais e não formais, como os EES.

Neste ponto, vale destacar que a educação profissional e tecnológica representa uma mudança qualitativa na chamada educação tradicional, muitas vezes pautada na teoria, para a busca por uma aprendizagem contextualizada, orientada pelo desenvolvimento e pelo uso de tecnologias e de recursos dispostos a desenvolver habilidades para a solução de problemas (BARBOSA; MOURA, 2013). Esta dissertação busca, portanto, contribuir com a educação profissional e tecnológica, de caráter emancipatório e formação omnilateral, junto aos EES.

A consolidação desta pesquisa fortalece os valores do ProfEPT, assim como colaborar com a defesa por um projeto de educação que considera o trabalho como um princípio educativo (DUARTE, OLIVEIRA, KOGA, 2016). Além disso, Neta *et al.* (2018) nos lembram que a contribuição para os espaços educativos não formais, em especial, possibilita a socialização do conhecimento desenvolvido dentro dos muros da instituição,

como também o acesso e a assimilação de conhecimentos sociais dispostos fora dela, ou seja, a integração entre o saber local e o científico. Já o produto educacional que resultou desta pesquisa está disponibilizado não só para os EES, mas no suporte para a rede de entidades que apoiam o MES, como também pode ser incorporado no ensino profissional tecnológico formal, por exemplo, nas disciplinas de empreendedorismo oferecidas nos diversos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio dos Institutos Federais – IFs.

Destaco, ainda, que propor o diálogo acadêmico e desenvolver um PE a partir de uma instituição de ensino pública e direcionado aos trabalhadores da ES representa um ato de resistência, principalmente na atual conjuntura de tendência a desvalorização e maior exclusão desse público que, após anos de luta por reconhecimento e acesso a políticas públicas específicas, deparam com o cenário de retrocesso. Por exemplo, em 2019, durante a reforma institucional do governo do Presidente Jair Bolsonaro, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, foi subalternizada ao Ministério da Cidadania, adquirindo outro nome, Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana. Assim, vinculou-se a ES às políticas de assistência social, não mais ao trabalho, além de ter havido rebaixamento conceitual do setor, limitando-se à esfera urbana.

Do ponto de vista acadêmico, a contribuição do desenvolvimento desta pesquisa fica clara ao observar que esta temática ainda é pouco abordada em publicações de caráter acadêmico, como é expresso no breve estado da arte sobre a temática, desenvolvido no próximo tópico.

Diante do exposto, destaca-se enquanto problema desta pesquisa o cenário de desafios sentidos pelos trabalhadores da ES, que afeta a sustentabilidade deles, em contraposição ao potencial de transformação a partir da educação. Questiona-se, portanto: **Como contribuir com a formação omnilateral de caráter emancipatório dos Empreendimentos Econômicos Solidários?**

O objetivo principal desta pesquisa consiste em contribuir com a formação omnilateral e de caráter emancipatório dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Para tanto, pretendeu-se: I) Identificar as principais necessidades advindas dos Empreendimentos Econômicos Solidários; II) Construir o produto educacional por meio das necessidades identificadas; III) Aplicar o produto educacional em um EES, visando uma educação profissional, tecnológica e emancipatória.

1.2.1 Breve panorama do debate acadêmico sobre a temática

Para se ter ideia do cenário de aprofundamento, na esfera acadêmica, da temática proposta aqui, foi realizado um levantamento da produção científica no campo da Economia Solidária, vinculada à Educação Profissional, em pesquisas indexadas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e no EduCapes. O primeiro é uma base de grande representatividade sobre a produção científica no Brasil (SILVA, 2018). O segundo é um portal de objetos educacionais direcionados para o uso de docentes e discentes, da educação básica, superior e pós-graduação. Engloba, em seu acervo, milhares de objetos de aprendizagem, nos mais diversos formatos, submetidos pelos autores para domínio público. Por isso, um banco de dados apropriado para trazer o que se tem avançado em instrumentos pedagógicos para a ES.

A busca foi realizada utilizando os seguintes descritores: “Economia Solidária” AND “educação profissional”. As aspas foram utilizadas para garantir a identificação das palavras juntas, evitando inflar os resultados com trabalhos que abordem apenas um dos aspectos. Ainda, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos avaliados por pares, publicados nos últimos 20 anos (tempo máximo disponibilizado pela plataforma), e estar em português. Como resultado, tem-se cinco artigos, cuja publicação mais antiga se deu em 2015, e a mais recente, em 2018, como se observa no Quadro 1.

Para a busca no EduCapes, foram considerados os seguintes descritores: “Economia Solidária” AND “educação profissional” em qualquer parte do trabalho, e estar em português. Vale destacar que esta plataforma possibilita o levantamento de matérias que possam ter relação com produtos educacionais e, pelo seu próprio perfil, cujo descritor não possa ser revisado por pares. Esta busca culminou em 12 resultados, publicados entre 2010 e 2020. Particularmente sobre essa base de dados, observou-se uma variedade de tipos de publicações, tais como e-books, dissertações, teses, monografia, além de artigo científico, como se destaca no Quadro 1.

Como se observa no Quadro 1, todas as publicações ocorreram entre 2010 e 2020, com maior predominância no ano de 2016, com sete publicações realizadas. Os seis artigos científicos encontrados foram, na sua maioria, publicados na revista *Holos* (três). As demais publicações se dividiram entre teses (três), dissertações (três), monografia (uma), e-book (três) e projeto de extensão (um).

As áreas de atuação das pesquisas são diversas, o que mostra o caráter multidisciplinar desta temática. Com relação às áreas de conhecimento das publicações, foram encontrados estudos voltados para: educação (sete trabalhos), geografia (quatro trabalhos), interdisciplinar (dois), saúde (um), psicologia (um), serviço social (um) e ensino em história (um). A área da educação se destacou, portanto, com sete publicações, com duas variedades de tipos: e-book (três) e artigos científicos (quatro). A área da geografia também merece destaque, com quatro publicações, sendo duas teses, uma dissertação e uma monografia.

No que tange ao caráter metodológico, todas as publicações são qualitativas, e a grande maioria foi fruto de pesquisas empíricas (11) de aspecto descritivo (nove). E, no que tange à contribuição para a educação profissional, nove publicações discorreram sobre educação formal, e sete, sobre educação não formal. Uma publicação, Freitas *et al.* (2018), não trata da educação, apenas cita.

Após a análise dos aspectos mais gerais das publicações, procurou-se classificá-las em categorias de relevância para este estudo. O exercício da categorização destas pesquisas deu-se por meio do entendimento de que a importância deste levantamento consiste na maior percepção das contribuições acadêmicas sobre a temática da Economia Solidária, relacionada à educação profissional, assim como o avanço no que tange às intervenções realizadas diretamente sobre grupos de ES e às propostas pedagógicas surgidas para o avanço da educação profissional deste público. Desta forma, os trabalhos foram organizados em três categorias: I) Pesquisas que culminaram em propostas pedagógicas; II) Pesquisas cujo objeto de estudo e/ou intervenção foram os trabalhadores da ES; III) Pesquisas diversas, que apenas tangenciaram a temática da ES.

A categoria que inclui as pesquisas que culminaram em propostas pedagógicas possui dois trabalhos, ambos direcionadas ao ensino formal.

Araújo (2020) desenvolveu uma pesquisa na área da educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino Profissional e Tecnológico, ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal do Ceará, IFCE, e trouxe como produto educacional um e-book sobre Economia Solidária direcionado para o uso nas salas de aula do Ensino Médio Integrado ao Técnico, ou seja, para os futuros trabalhadores. O livro divide-se em quatro capítulos temáticos, e, no final de cada um, a autora sugere maneiras de aplicar o conteúdo, disponibilizando links para vídeos e sites vinculados à temática.

Quadro 1: Perfil das publicações selecionadas no Periódico Capes e no EduCapes

BANCO DE DADOS	AUTOR (es)	ÁREA	TIPO DE PUBLICAÇÃO	CARÁTER METODOLÓGICO	CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO
EduCapes	Araújo (2016)	Geografia	Dissertação	Empírico, Qualitativo e Estudo de Caso	Não-formal
EduCapes	Araújo (2020)	Educação	E-book	Teórico, Qualitativo e Descritivo	Formal
Periódicos Capes	Azevedo e Tavares (2015)	Educação	Artigo científico	Empírico, Quantitativo e Descritivo	Formal
EduCapes	Camargo (2017)	Geografia	Monografia	Empírico, Qualitativo e Descritivo	Formal
EduCapes	Carvalho <i>et al.</i> (2013)	Interdisciplinar	Projeto de extensão	Empírico, Qualitativo e Relato de Experiência	Não-formal
Periódicos Capes	Freitas <i>et al.</i> (2018)	Saúde	Artigo científico	Teórico, Qualitativo e Descritivo	-
EduCapes	Gomes (2016)	Ensino em história	Dissertação	Teórico, Qualitativo, Exploratório e Descritivo	Formal
Periódicos Capes	Gonçalves <i>et al.</i> (2015)	Interdisciplinar	Artigo científico	Empírico, Qualitativo e Relato de Experiência	Formal
EduCapes	Lussari (2016)	Geografia	Tese	Empírico, Qualitativo e Estudo de Caso	Não-formal
Periódicos Capes	Matos, Bisco e Lima (2017)	Educação	Artigo científico	Empírico, Qualitativo, Relato de Experiência e Descritivo	Formal
EduCapes	Mazzeu (2010)	Educação	E-book	Teórico, Qualitativo e Descritivo	Não-formal
EduCapes	Meneghetti <i>et al.</i> (2013)	Educação	Artigo científico	Empírico, Qualitativo e Pesquisa Ação	Não-formal
EduCapes	Nascimento, Ferreira e Cunha (2016)	Educação	E-book	Teórico, Qualitativo e Descritivo	Formal
EduCapes	Nicoline (2010)	Serviço social	Tese	Empírico, Quantitativo, Qualitativo, Descritivo e Exploratório	Não-formal
Periódicos Capes	Oliveira e Scopel (2016)	Educação	Artigo científico	Teórico, Qualitativo, Bibliográfico e Documental	Formal
EduCapes	Torres (2016)	Psicologia	Dissertação	Empírico, Qualitativo e Pesquisa de Campo	Não-formal
EduCapes	Torrezan (2014)	Geografia	Tese	Empírico, Qualitativo e Pesquisa Ação	Formal

Fonte: Elaboração própria (2020)

Camargo (2017) desenvolveu uma pesquisa que estudou a relação entre alguns princípios da ES e emancipação, a partir de um estudo empírico com participantes de um

projeto de extensão vinculado ao Ensino de Jovens Adultos, EJA. Este trabalho foi defendido como uma monografia na área de geografia e propõe algumas práticas pedagógicas como intervenção sobre esse público.

Na categoria trabalhos com intervenção em grupos de ES, tem-se oito publicações, a ver: Araújo (2016); Torres (2016); Lussari (2016). Torrezan (2014); Meneghetti *et al.* (2013); Carvalho *et al.* (2013); Nicole (2010); Mazzeu (2010). Todas as propostas trazem contribuição para a educação não formal, como é de se esperar pelo perfil desta categoria, com exceção da tese desenvolvida por Torrezan (2014) que propôs, a partir de uma pesquisa ação, discutir a relação da comunidade com o programa de EJA e ES no município de Presidente Prudente.

Considerando os objetivos do presente estudo, merecem destaque os trabalhos de Maneghetti *et al.* (2013) e Mazzeu (2010), sendo duas pesquisas ligadas diretamente à área da educação. Meneghetti *et al.* (2013) desenvolveram uma pesquisa-ação que buscou estudar demandas específicas de educação matemática para os EES, a partir da intervenção sobre três EES: uma cooperativa de limpeza, uma marcenaria e um grupo de fabricação de sabão caseiro. Os autores defenderam a aprendizagem significativa e aplicaram a etnomatemática. Perceberam que, até mesmo para grupos que possuem familiaridades por serem de ES, é preciso desenvolver intervenções diferenciadas a partir das particularidades de cada um. Já Mazzeu (2010) propõe um e-book teórico e de caráter descritivo, em que defende a pedagogia da alternância como proposta para repensar a formação dos catadores de materiais recicláveis.

As demais pesquisas vinculadas a essa categoria são de áreas diversas. Araújo (2016) e Lussari (2016) trazem a discussão para a área da geografia. A dissertação de Araújo (2016) apresenta um estudo realizado numa cooperativa de crédito, e a tese de Lussari (2016) analisou uma cooperativa vinculada à coleta seletiva. Torres (2016) desenvolveu uma dissertação na área da psicologia, na qual acompanhou o cotidiano dos trabalhadores da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região – COOCASSIS. Nicoline (2010) escreveu sua tese na área de serviço social com foco em uma cooperativa de reciclagem. Por fim, Carvalho *et al.* (2013) apresentam um projeto de extensão interdisciplinar que discute a assessoria prestada pela Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp (Núcleo de Assis), Incop Unesp ASSIS à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região – COOCASSIS.

Na terceira categoria proposta aqui, há os estudos que não tiveram como foco principal a ES e/ou Educação Profissional, mas que, de modos diferentes, trouxeram esses temas para a discussão, mesmo que de forma tangencial. São eles: Gomes (2016); Nascimento, Ferreira e Cunha (2016); Matos, Bisco e Lima (2016); Azevedo e Tavares (2015); Gonçalves *et al.* (2015); Freitas *et al.* (2015) e Oliveira e Scopel (2016). São todas publicações que tratam, de alguma forma, do conhecimento na esfera formal, com exceção da de Freitas *et al.* (2018), que não se encaixa como intervenção na esfera formal ou não formal da educação, já que traz uma pesquisa na área da saúde, em que irá discutir os limites e obstáculos do SUS. Dentre os grupos a serem atingidos pelo SUS, tem-se os trabalhadores da ES.

Quatro trabalhos estão vinculados à área da educação. Nascimento, Ferreira e Cunha (2016) propuseram um e-book destinado a motivar e orientar os professores da educação básica a tratar do tema da água. Traz o assunto da sustentabilidade e teve como um dos colaboradores um profissional que atua na área da ES. Matos, Bisco e Lima (2016) publicaram um artigo empírico que relata a experiência do projeto “novembro negro”, realizado entre 2011 e 2013 no Instituto Federal da Bahia – IFBA. Essas atividades contaram com a presença de alguns grupos de ES. Azevedo e Tavares (2015) também publicaram a análise dos projetos e programas ofertados pelo CNPQ que discutem o EJA na educação profissional. Para a caracterização desse público, os autores citam a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Oliveira e Scopel (2016) publicaram um artigo bibliográfico e documental sobre o PROEJA, resgatando aspectos legislativos e históricos, evidenciando as políticas públicas no âmbito do trabalho, para qualificação profissional e formação para ES. Já o artigo de Gonçalves *et al.* (2015), publicado na revista Interface, de caráter interdisciplinar, analisa o programa de educação pelo trabalho para a saúde. Durante a pesquisa, os autores lembram algumas experiências bem-sucedidas com grupos de ES. Por fim, Gomes (2016) desenvolveu sua dissertação na área do ensino em história e buscou estudar o museu vivo de São Bento, situado em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Há, neste museu, artesanato produzido por mulheres da ES.

Percebe-se, a partir da breve descrição das pesquisas, que os grupos que atuam diretamente com a preservação do meio ambiente se destacaram como objetos de estudo em áreas diferentes, o que mostra como essa discussão é interdisciplinar e como o envolvimento da ES com a preservação ambiental tem chamado a atenção dos pesquisadores. Vale destacar que a primeira categoria, apesar de ser a menor em quantidade de trabalhos, é a que mais se

aproxima da proposta desta pesquisa, apesar de serem trabalhos atuantes prioritariamente no âmbito da educação formal.

Após esse breve levantamento e descrição das publicações direcionadas à ES e à educação profissional, percebe-se que esta é uma área ainda em construção, principalmente em se tratando de pesquisas que culminem em intervenções pedagógicas direcionadas aos trabalhadores da ES. Desta forma, fica evidente a contribuição da pesquisa proposta aqui para a área acadêmica.

1.3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A presente pesquisa classifica-se, segundo a sua natureza, como uma pesquisa aplicada, dirigindo-se ao interesse prático de buscar solução para problemas específicos e reais (MARCONI, LAKATOS, 2010), envolvendo os interesses locais dos EES enquanto espaços de educação não formal. Tem-se, também, um viés tecnológico, visto que buscou, dentre seus objetivos específicos, a geração de um produto educacional voltado para o ensino, a pesquisa e a extensão, numa construção profissional do ser no âmbito social.

Quanto à abordagem metodológica, opta-se pelo materialismo histórico dialético. Pires (1997) argumenta que este método constitui-se como um instrumento lógico, por possibilitar desvendar o fenômeno desmistificado, tornando a realidade do objetivo de estudo mais bem compreendida. A dialética possibilita uma visão dos fenômenos por meio da ação recíproca de forças contraditórias inerentes a eles. Mas destaca-se a dialética marxista que “tem como sujeito o próprio real, a lógica da coisa e não a coisa da lógica, do conceito, razão pela qual ele nem é um método subjetivista [...] nem um método puramente objetivo [...] que toma o pensamento como atividade passiva e a realidade como algo já acabado, pronto” (CHAGAS, 2011, p. 56). Reconhece-se, aqui, essa abordagem como mais interessante para a pesquisa proposta, isto porque:

A atuação profissional na educação coloca a necessidade de conhecer os mais variados elementos que envolvem a prática educativa, a necessidade de compreendê-la da forma mais completa possível. No entanto, não se pode fazer isto sem um método, um caminho que permita, filosófica e cientificamente, compreender a educação. E, se a lógica formal, porque é dual, separando sujeito-objeto, foi se mostrando insuficiente para esta tarefa, parece possível buscar, no método materialista histórico dialético, este caminho (PIRES, 1997, p. 84).

No que tange aos objetivos propostos, este estudo tem caráter exploratório e descritivo. Seu caráter exploratório se dá pela necessidade de uma exploração inicial das dificuldades, no que tange à formação profissional dos trabalhadores, que tem influência sobre a sustentabilidade dos EES. Tem caráter também descritivo porque os fatos serão

observados, analisados e interpretados (ANDRADE, 2010). *A priori*, foi necessária a aplicação de um instrumento adequado para diagnosticar as principais dificuldades dos EES, para, posteriormente, construir o produto educacional. Desta forma, a continuidade da pesquisa foi condicionada à descrição das principais necessidades levantadas pelos EES. Como procedimento técnico, foi realizada uma pesquisa de campo que, segundo Prodanov e Freias (2013):

É aquela realizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos provar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (p. 59).

A escolha por esse procedimento se deu pelo fato de estarmos buscando um maior aprofundamento das dificuldades dos empreendimentos, estudando o grupo em termos da sua organização produtiva, o que requer certa flexibilidade na intervenção. Para Gil (2008), no estudo em campo, “estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes” (p. 57). Prodanov e Freitas (2013) enfatizam a necessidade, para esse tipo de intervenção de coleta de dados, da realização de uma pesquisa teórica sobre o tema em questão, seguido do estabelecimento de modelo teórico inicial de referência.

Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se como predominantemente qualitativa, que, como afirma Vieira (2008), possibilita o levantamento de opiniões, de crenças e de significados nas palavras dos participantes da pesquisa. A pesquisa qualitativa permite analisar os espaços mais profundos das relações, por trabalhar com o universo de significados, de motivos e de aspirações, explorando a compreensão dos agentes a respeito da sua vida diária (VIEIRA, 2008). Desta forma, ajudou a retratar a complexidade das dificuldades cotidianas para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos.

Pereira (2015) considera que:

A investigação qualitativa dos dados coletados leva-nos para uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (p. 138).

Para a efetivação da pesquisa qualitativa, foi empregada a análise de discurso, seguindo a linha francesa. Em geral, a análise de discurso é a prática de análise que considera que o discurso do sujeito não é transparente, mas efeito da história, assim como os sujeitos

do discurso são seres de linguagem psicossociais. Desta forma, o analista dá sentido à multiplicidade do discurso a partir da linguagem, e o sentido não é dado de antemão, mas construído no transcorrer da interação (GUIMARÃES, 2015). Em relação à linha francesa de interpretação, esta caracteriza-se por articular o aspecto logístico com o social e o histórico (PÊCHEUX, 2002). Os instrumentos utilizados para o diagnóstico inicial das dificuldades dos empreendimentos foram: I) Grupo Focal e II) Entrevista semiestruturada.

Aschidamini e Saupe (2004), a partir de uma revisão da literatura sobre grupos focais, destacam que “Grupo Focal consiste na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados, a partir da discussão com foco, em tópicos específicos e diretivos” (p. 10). Para Oliveira, Leite Filho e Rodrigues (2007), esta é uma modalidade de entrevista estabelecida de acordo com um roteiro que dará respostas ao pesquisador. A escolha pelo grupo focal se deu pelo entendimento de que o momento de interação em grupo ajuda na reflexão sobre o tema, visto que se procura, dentro das particularidades de cada organização participante do grupo focal, as dificuldades em comum no que tange à formação profissional deles na busca pela sobrevivência dos EES.

Oliveira, Leite Filho e Rodrigues (2007) destacam que o processo de construção dos grupos focais requer certos cuidados para a garantia das exigências metodológicas. Segundo eles, os grupos focais são utilizados para pequenas amostras, compostas, em geral, por seis a doze participantes que irão dialogar por intermédio de um moderador. É preciso que exista homogeneidade entre os participantes. Ou seja, similaridade entre os membros, para evitar interações e conflitos que gerem questões secundárias ao roteiro. O ambiente para a aplicação do grupo focal deve ser informal e confortável, de modo a estimular comentários espontâneos. Os dados para a pesquisa serão resultados das discussões transcritas. Logo, o registro deve ocorrer por meio da gravação e da filmagem, a fim de possibilitar o registro de expressões faciais e movimentos corporais que possam trazer conteúdo à análise subsequente.

O moderador tem papel-chave nesse processo, pois é o responsável em estabelecer a relação entre os participantes, manter direcionada a discussão, além de motivá-los a exporem todas as suas opiniões, sem discriminação. Para tanto, o moderador deve apresentar algumas características para o sucesso do grupo focal, tais como a capacidade de interação e improvisação, delicadeza acompanhada de firmeza, habilidade motivacional, além de ter conhecimento aprofundado dos tópicos sugeridos para a discussão.

O processo de planejamento, que consiste na definição dos entrevistados, composição do roteiro de perguntas e organização do local, horário e forma de registro dos dados é uma etapa essencial para alcançar os resultados esperados a partir desse momento de entrevista coletiva.

A partir do aprofundamento teórico, foi elaborado um roteiro (disponível no Apêndice A desta dissertação) para o grupo focal. A composição dos participantes se deu por meio da constituição de uma amostra não probabilística, por acessibilidade ou por conveniência. Segundo Prodanov e Freitas (2013):

As amostras não probabilísticas são compostas de forma acidental ou intencional. Os elementos não são selecionados aleatoriamente. Com o uso dessa topologia, não é possível generalizar os resultados da pesquisa realizada, em termos de população. (...) Amostras por acessibilidade ou por conveniência: constituem o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo são destituídas de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. Aplicamos esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, em que não é requerido elevado nível de precisão (p. 97 e 98).

Definiram-se, para a composição da amostra não probabilística por conveniência, os seguintes critérios: I) Participantes de grupos que realizam a produção e a comercialização dos produtos de forma coletiva ou participantes de entidades de apoio aos EES; II) Participantes de EES e entidades de apoio vinculados ao Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região¹ – FES-GR; III) Representantes dos EES e entidades de apoio que compõem a coordenação do referido fórum. Desta forma, foi garantida a homogeneidade do grupo participante, como sugerido por Oliveira, Leite Filho e Rodrigues (2007),

O FES – GR estruturou-se a partir de um espaço de diálogo amplo e de viés organizativo, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2018. Esta data representa a primeira assembleia geral do fórum e foi um momento de discussão sobre a Economia Solidária da região, assim como eleição dos coordenadores do fórum. Os agentes escolhidos para a coordenação são representantes dos empreendimentos que sentem a necessidade de, a partir

¹ A iniciativa de constituição deste fórum partiu da atuação de uma dessas organizações de suporte técnico: O Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários do Brejo Paraibano – NUCAES, vinculado ao Instituto Federal da Paraíba – IFPB, *Campus* Guarabira. Como uma das atividades desenvolvidas em 2017, o NUCAES organizou o primeiro Encontro de Integração dos EES do Brejo, chamado de INTEGRASOL. O evento visou proporcionar a interação entre os grupos organizados com vistas ao fortalecimento da Economia Solidária na região. Como um dos resultados deste encontro, propôs-se a articulação do Fórum Regional de Economia Solidária da cidade de Guarabira e região, espaço que busca viabilizar a troca de experiências e de discussão sobre temas que tangenciam o dia a dia dos empreendimentos, assim como a busca pelo fortalecimento do Movimento de Economia Solidária em articulação com as políticas públicas voltadas para a Economia Solidária da região. Este Fórum consolidou-se em 2018.

dos problemas cotidianos que afetam a sustentabilidade dos seus empreendimentos, buscar o fortalecimento da ES da região e que estão dispostos a participar ativamente deste processo de consolidação e de fortalecimento da Economia Solidária da região. São, portanto, empreendimentos ativos na produção e/ou comercialização de produtos, tendo sido escolhidos, pelos pares, como coordenadores das atividades do fórum.

Vale destacar que participam do fórum não só empreendimentos, como também organizações de suporte democraticamente eleitas pelos atores e que possuem experiência no acompanhamento do cotidiano dos EES (entidades de apoio aos EES). Desta forma, optou-se pela aplicação do diagnóstico em um espaço que possibilite a contribuição dos empreendimentos, como também dessas organizações. O Quadro 2 mostra a atual composição da coordenação do fórum.

Como observado pelo Quadro 2, a coordenação do fórum é composta por seis empreendimentos, sendo os três primeiros os titulares e os três seguintes suplentes, além de quatro entidades de apoio (duas primeiras titulares, seguidas das suplentes). Em geral, cada empreendimento e entidade escolhe o seu representante, a partir do papel de liderança e perfil dentro da organização. Portanto, a coordenação é composta por dez pessoas que possuem papel de destaque dentro de suas organizações e acompanham o dia a dia dos empreendimentos. Em anexo (Anexo A), consta o regimento do referido fórum.

A aplicação do grupo focal se deu no mês de agosto de 2019, em uma sala do Instituto Federal da Paraíba – *Campus* Guarabira. O espaço físico foi preparado, a fim de que os participantes se sentissem à vontade para trazer suas opiniões. O momento contou com a participação de oito integrantes do FES – GR, foi gravado e filmado, para posterior transcrição. A gravação durou 3 horas e 34 minutos.

Quadro 2: Composição da Coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e região.

Empreendimentos Econômicos Solidários	Feira de Economia Solidária do Logradouro	A feira surgiu em agosto de 2017. Hoje conta com a participação de 38 EES, divididos em agricultores rurais e artesãos, abrangendo também a gastronomia. Atuam no mercado 14 famílias.
	Mulheres Guerreiras do Mutirão	O grupo iniciou as suas atividades no ano de 2017. Atuam na área urbana de Guarabira, no bairro do Mutirão. Os sócios do empreendimento são todos catadores de material reciclável e produzem sabão ecológico com óleo de cozinha reutilizado.
	Banco Lagoa de Dentro	O Banco Comunitário foi criado em dezembro de 2015, junto à primeira Feira de Economia Solidária, e foi inaugurado oficialmente em abril de 2016. Ele apoia 20 empreendimentos diretamente e outros 15 indiretamente. Possui 70 estabelecimentos comerciais cadastrados que recebem moeda social.
	Mulheres Caboclas	Comunidade de produtores rurais de agricultura familiar. A associação dos moradores do sítio Caboclo e Pedra Grande iniciou as suas atividades em 1994, com a luta contra a fome e a precariedade das condições de vida da população local. Após uma capacitação realizada pela EMATER, em 2014, deu-se início à criação de galinhas de capoeira, que são vendidas no restaurante local conhecido como "Sabor Camponês".
	Pimentas Leonel	O empreendimento surgiu em 2017, a princípio, com uma capacitação para o cultivo das pimentas. Porém, com o passar do tempo, aprimorou-se o conhecimento, utilizando-se as pimentas para a produção de Licores e Geleias. Hoje, o grupo produz diversos tipos de plantas e hortaliças, juntamente com as pimentas, os licores e as geleias.
	Associação para Desenvolvimento da Comunidade de Chã de Jardim	A associação iniciou as suas atividades em 2006. Atua na área rural no município de Areia. Conta com a presença de agricultores, artesãos, artistas e outros trabalhadores autônomos. Suas atividades são destinadas à produção, à comercialização ou à organização da comercialização-venda, consumo, uso de infraestrutura e aquisição e a obtenção de clientes ou de serviços para os sócios.
Entidades de Apoio aos Empreendimentos	Cáritas	É uma sociedade civil de direito privado de caráter diocesano, beneficente e filantrópico. Foi criada no ano de 1996, com a finalidade de promover e articular ações de assistência social, cultural, educacional e de promoção da solidariedade.
	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	A Comissão Pastoral da Terra não só apoia as lutas dos camponeses, como também se solidariza participando das ocupações de terra e convivendo nos acampamentos, oferecendo os serviços de formação política e de assessoria jurídica, o que resulta em uma prática relacionada à realidade local. Atua em Guarabira desde 1979.
	Serviço de Educação Popular (SEDUP)	Atua na formação sociopolítica dos movimentos sociais populares. Foi criado pela diocese de Guarabira. Hoje é uma associação autônoma de serviço de Educação Popular em diferentes ações formativas e organizativas junto aos movimentos populares e pastorais a serviço da vida.
	Núcleo Catalisador de Empreendimentos Econômicos Solidários do Brejo Paraibano (NUCAES)	Núcleo vinculado à pró-reitoria de extensão e cultura do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), no <i>campus</i> Guarabira. Presta assessoria aos empreendimentos Solidários de Guarabira e Região, desde 2015. Desenvolve projetos entre pesquisa e extensão direcionados aos EES.

Fonte: Elaboração própria (2020).

A seguir, o quadro-resumo (Quadro 3) das características do grupo focal, segundo a literatura sintetizada por Oliveira, Leite Filho e Rodrigues (2007), seguido das características do grupo focal aplicado nesta pesquisa.

Quadro 3: Características dos grupos focais e informações do grupo focal desta pesquisa

Características	Sugestões da literatura	Grupo focal desta pesquisa
Tamanho do grupo	8 a 12 pessoas	8 pessoas
Composição do grupo	Homogênea	Participantes do FES-GR
Contexto físico	Atmosfera descontraída	Sala do IFPB adaptada
Duração	1 a 3 horas	3h34min
Gravação	Uso de fitas de áudio e vídeo	Uso de fitas de áudio e vídeo
Moderador	Habilidades interpessoais e entendimento da temática	Pesquisadora

Fonte: Adaptado de Oliveira, Leite Filho e Rodrigues (2007).

Em complemento ao grupo focal, foi realizada a aplicação de entrevistas. A escolha pela entrevista se deu pela possibilidade de ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais, sendo um instrumento adequado por possibilitar obter informações com maior profundidade sobre o que as pessoas sabem, esperam, sentem ou desejam. Segundo Gil (2008):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (p. 109).

Alguns dos participantes que compõem a coordenação do Fórum foram entrevistados após o grupo focal, a fim de possibilitar a análise das considerações de alguns a partir do debate possibilitado no grupo focal.

Essas entrevistas são muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados. Mas também podem ser utilizadas para investigar um tema em profundidade, como ocorre nas pesquisas designadas como qualitativas (GIL, 2008, p. 114).

A escolha pela entrevista ser semiestruturada se deu pela necessidade, por parte da pesquisadora, da construção de um roteiro pré-estabelecido que, longe de tornar a entrevista rígida, garantiu que todos os fatores a serem considerados nos diagnósticos fossem abordados nas falas, a partir do estabelecimento dos pontos de discussão (ver no Apêndice

B). Vale destacar que se optou-se pelo uso da saturação teórica, com vistas a limitar os sujeitos envolvidos nas entrevistas, mas, ao mesmo tempo, garantindo a realização do diagnóstico. Desta forma, foram realizadas três entrevistas, ocorridas no mês de agosto de 2019. Os momentos de entrevista foram, também, gravados e filmados para que não se perdessem informações relevantes, literais e extraliterais, para posterior análise. As três pessoas que foram entrevistadas diretamente atenderam aos critérios: são participantes da coordenação do FES-GR; uma delas não participou do grupo focal por falta de disponibilidade; a outra participou do grupo focal e foi uma das mais participativas, apresentando profundidade reflexiva sobre a temática, e a terceira participou, mas foi a menos atuante, talvez por ter vergonha de se expressar em público.

Vale destacar que todos os entrevistados foram instruídos sobre o intuito da pesquisa e convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, e apenas aqueles que concordarem e assinarem o TCLE poderão participar dela. Os termos, assim como os procedimentos propostos por esse projeto, foram aprovados pelo Comitê de Ética do IFPB, como consta no Anexo B.

Em relação ao Produto Educacional, a sua consolidação se deu após pesquisa inicial de levantamento do diagnóstico dos empreendimentos, tendo como referência os resultados do grupo focal e das entrevistas, como explicado há pouco, cuja análise está presente no capítulo de resultados desta dissertação. Isso porque se corrobora a visão de Lüdke e André (1986), que consideram a existência de algumas etapas básicas que fundamentam um processo de investigação. Primeiro, deve ser evidenciado um problema a partir da realidade, pois, somente a partir da inquietação inicial, será possível definir um tema de estudo.

A partir deste diagnóstico inicial, foi formulado um produto educacional que possibilite intervir sobre algumas das dificuldades principais dos empreendimentos, seguindo a proposta de construção de uma efetiva tecnologia social, ou seja, “desenvolvida através da interação com o público-alvo e buscando a transformação social” (RUTKOWSKI, 2007, p 69). A etapa diagnóstica possibilitou, portanto, observar a existência de lacunas que influenciam a práxis dos trabalhadores da ES. Logo, o conteúdo deste PE está vinculado a esse diagnóstico.

Destaca-se que foi considerada a importância de o PE ser de fácil aplicação, para que seja possível qualquer trabalhador da ES usá-lo sem a necessidade de um aplicador capacitado. Neste ponto, vale lembrar que uma das características principais dos EES é a

autogestão². Assim, o PE foi construído a partir do entendimento de que é necessário que os grupos desenvolvam autonomia para o uso, para que não fiquem dependentes de agentes externos.

O formato escolhido para o PE foi em mídias educativas, ou seja, vídeos de curta duração e de fácil acesso e assimilação dos interessados. Como bem observou Locatelli e Rosa (2015), as mídias educativas objetivam facilitar os processos de ensino-aprendizagem, permitindo autonomia na construção do conhecimento, impulsionados pela criticidade e reflexão.

Após a construção do PE, foi realizada a sua aplicação em um dos EES participantes da pesquisa diagnóstica, o grupo Mulheres Caboclas. A escolha deste grupo se deu pelo critério de conveniência. Como estamos passando por uma realidade de pandemia mundial, que requer o isolamento social, esse grupo possui a vantagem de seus participantes morarem na mesma residência ou nas proximidades, possibilitando a participação da maioria no processo coletivo de reflexão. O contato entre a pesquisadora e as participantes se deu a distância e ocorreu no mês de julho de 2020. As integrantes do grupo Mulheres Guerreiras tiveram acesso a um roteiro de avaliação composto por dezenove questões abertas, elaboradas a partir do PE. Elas enviaram as respostas por áudio, para a transcrição e posterior análise, disponível no quarto capítulo desta dissertação. O instrumento de avaliação está disponível no Apêndice C.

Além da aplicação em um EES, foi realizada a avaliação da aplicabilidade em contexto real por uma banca composta por cinco pessoas escolhidas por meio dos seguintes critérios: dois professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico que tratam dos temas adjacentes à ES em sala de aula e que tenham experiência de extensão com EES; um profissional que trabalha com Educação Popular e Economia Solidária; um profissional que trabalhe com ES e tenha experiência em políticas públicas para a ES; e um representante de Incubadora de ES.

Esta banca avaliadora de aplicabilidade teve acesso ao PE no mês de julho de 2020 e fez a avaliação com base em um instrumento composto por vinte e nove questões dicotômicas e um espaço de considerações qualitativas sobre o material. As questões foram elaboradas a partir de Leite (2008) e versaram sobre os seguintes eixos: I) estética e organização das mídias educativas; ii) as partes das mídias educativas; iii) estilo de escrita

² Na perspectiva de que os próprios trabalhadores são responsáveis pelo processo decisório no que tange à gestão do empreendimento.

apresentado nas mídias educativas; iv) o conteúdo das mídias educativas; v) as atividades presentes nas mídias educativas; vi) a criticidade das mídias educativas. Ao final, os avaliadores foram convidados a responder se este produto educacional contribui para a educação profissional e tecnológica dos trabalhadores da Economia Solidária, se contribui para o processo de autonomia e formação emancipatória dos trabalhadores da Economia Solidária e se existe aplicabilidade dos vídeos em contexto real. O instrumento avaliativo completo se encontra disponível no Apêndice D.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir, serão desenvolvidos os aspectos teóricos que fundamentam a presente pesquisa. Parte-se do entendimento do sistema econômico, a fim de perceber seu desenvolvimento nas últimas décadas, principalmente no que tange à organização do trabalho e ao conseqüente efeito sobre o mundo do trabalho. Em seguida, contextualiza-se o surgimento da ES como forma alternativa de produção, com ênfase no seu papel no Modo de Produção Capitalista – MPC, suas características e princípios. Por fim, discute-se o potencial emancipador da educação, se construída para a formação omnilateral do homem.

2.1 A ENGRENAGEM CAPITALISTA: CENÁRIO DE EXCLUSÃO

O sentido do trabalho é a busca pela modificação do meio com vistas na sobrevivência da humanidade, diante das necessidades vitais, culturais e sociais. Não obstante, as relações sociais e econômicas que estabelecem a organização do trabalho, em cada etapa de desenvolvimento de um sistema econômico específico, trazem conseqüências para a qualidade de vida do trabalhador e para a concepção que ele mesmo tem sobre o ato de trabalhar. No MPC, o labor é uma atividade alienante e excludente, apesar de ser parte da essência do homem.

Com o passar das décadas, as formas de organização de trabalho mudaram, foram aperfeiçoadas com o objetivo de atender aos interesses do capital, ou seja, na busca de otimizar a geração de lucro. Estas mudanças, entretanto, apenas consolidaram um dos alicerces deste sistema: o fetiche das mercadorias.

O fetiche constitui-se como a alienação/coisificação dos homens (MARX, 2008). Esses que não percebem que as mercadorias geradas são produzidas por eles próprios, como trabalhadores que estão imersos em relações sociais de produção, ou seja, o trabalho é negado como atividade humana. O trabalhador não possui a compreensão do seu papel nesta sociedade, não domina as técnicas do seu trabalho, assim como não compreende a finalidade do seu ofício. Para Frigotto (2009), o trabalho, na sua dimensão ontológica, é reduzido a emprego, “uma quantidade vendida ou trocada por alguma forma de pagamento” (p. 176).

Segundo Marx (2005), a alienação da atividade prática humana se dá a partir de dois aspectos: a relação do trabalhador com o produto do trabalho, ao vê-lo como a um objeto estranho que o domina; e a relação do trabalho com o ato da produção dentro do trabalho. Sobre esse segundo aspecto, complementa:

Tal relação é a relação do trabalhador com a própria atividade assim como com alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, apropria energia física e mental do trabalhador, a vida pessoal – e o que será a vida senão atividade? – como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence, esta é a auto-alienação, em contraposição com a acima mencionada alienação da coisa (MARX, 2005, p. 115).

De outra forma, a força laboral é considerada uma mercadoria como qualquer outra, e o trabalhador não se percebe como parte de um todo envolto de relações sociais de produção e de reprodução da sua própria existência. Aqui vale lembrar que todo indivíduo é um ser social e, desta forma, todas as manifestações da vida humana constituem uma expressão de uma vida social (MARX, 2005). Entretanto, a divisão social do trabalho tem o papel de individualizar para aumentar a produtividade, contribuindo para uma visão parcial do universo do processo produtivo. Para o trabalhador, sua atividade é solitária (DUARTE; OLIVEIRA; KOGA, 2016). Para Antunes (2012), a teoria de Mészáros gira em torno da existência de um culto à privacidade tomada de forma abstrata pelo trabalhador alienado: “Por meio de uma espécie de automização imposta pelo estado de alienação e reificação absolutamente imperante sobre o capital, a consciência social do ser humano cede lugar a uma idealização da individualidade” (ANTUNES, 2012, p. 41). Este é um sentimento sentido pelo trabalhador, independentemente da estrutura de organização do trabalho no qual está inserido, pois, em se tratando do MPC, as relações de trabalho estão fundamentadas na alienação estruturante deste sistema, que tem como produto a propriedade privada (MARX, 2005). Porém, o entendimento do processo de reestruturação produtiva do capital nos permite perceber as nuances deste processo no decorrer da história.

Antunes (1999), ao analisar as mutações no mundo do trabalho, traz considerações importantes que nos permitem observar o processo heterogêneo de alienação do trabalho, esse que vem se intensificando e assumindo diferentes formas no decorrer da evolução do sistema capitalista.

No século XIX, predominou o regime de acumulação rígida do capital, baseado na organização fordista/taylorista do trabalho, que tinha como característica a produção em larga escala, homogênea, com organização produtiva verticalizada, que seguia o seguinte raciocínio: maior quantidade produzida, menores custos por unidade, menores preços e, como consequência, maiores vendas (ANTUNES; ALVES, 2004). Neste regime, os trabalhadores são selecionados e treinados para executar um trabalho no qual se especializam, visando a um desempenho rápido e com a máxima eficiência.

Este padrão produtivo se estruturou com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho [...] a subsunção real do trabalho ao capital³, própria da fase da maquinaria, estava consolidada (ANTUNES, 1999, p. 37).

De fato, Gramsci, ao teorizar sobre a história e a cultura dos grupos subalternos, percebeu como a fragmentação dificulta a luta por hegemonia pela classe operária fordista/taylorista, como destacou Roio (2007) ao estudar algumas obras dele:

A racionalização capitalista da produção sob a forma taylorista e fordista, como avanço de maquinário e do automatismo, gera uma situação contraditória de aprofundamento da alienação e de criação das condições para a negação da subalternidade operária. Cria a condição para o indivíduo trabalhador se apropriar parcialmente da técnica produtiva, mas o isola e fragmenta do ser classe operária (p. 73).

A partir da década de 1970, período que marca a nova realidade chamada de globalização, tem-se o processo de trabalho sob nova base tecnológica, fundamentada na revolução informacional, na microeletrônica e no avanço dos meios de comunicação. As novas tecnologias passam a exigir um novo envolvimento do trabalho vivo na produção, modernizando o fetichismo. São estabelecidos novos padrões de gestão da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade, CCQs (EID; GALLO; PIMENTEL, 2001). O trabalhador qualificado, mais participativo, polivalente e multifuncional, contribui para a fábrica racionalizada. Assim, o capital passa a se apropriar da dimensão intelectual do trabalhador, envolvendo-se mais na sua subjetividade (ANTUNES; ALVES, 2004).

Um exemplo forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra-fetice que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 347).

A acumulação flexível do capital iniciou um novo processo de reorganização das formas de dominação societal que, no plano ideológico, deu-se por meio do “culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 1999, p. 48). Logo, inaugurou-se um novo patamar, marcado pela intensificação das condições de exploração da força de trabalho e conseqüente aumento da fragmentação da classe

³A chamada subsunção do trabalho representa a captura, por parte do capital, da subjetividade operária. O trabalho constitui-se como capital, mistificando-se, assim o valor gerado pelo trabalho.

trabalhadora, já que a ideia de “multifuncionalidade”, incorporada à noção do trabalho polivalente, na verdade, gera um trabalhador “pluriparcelar”, e o processo de alienação do trabalho se mantém.

Para Benini (2011), a alienação do trabalho, inclusive, vai além da relação do trabalhador com o fruto do seu trabalho, “mas também está relacionada com as condições organizacionais, sociais e, em última análise, com as condições políticas de autodeterminação dos seres humanos enquanto trabalhadores” (p. 72 e 73). O trabalho, visto como um objeto a ser gerenciado, mostra o caráter ideológico da administração, por isso, tem-se a heterogestão como base institucionalizada das organizações modernas. Mesmo diante da incorporação de espaços de trabalho aparentemente horizontalizados (formação de equipes de trabalho, por exemplo) ainda é retirada do trabalhador qualquer possibilidade de criar, de pensar ou de controlar o processo produtivo na sua totalidade, principalmente se a inovação não gerar ampliação do valor de troca (NOVAES; CASTRO, 2011).

A estruturação produtiva do capital e a heterogestão como estrutura organizacional da produção estão imersas nas concepções neoliberais: “o capitalismo altera seu regime de acumulação utilizando-se, para tanto, de estratégias políticas e ideológicas [...] Assim, juntamente ao “novo padrão”, associam-se as políticas neoliberais e o pensamento pós-moderno” (DAMASCENA; NASCIMENTO; MOURA, 2015, p.6).

O neoliberalismo representa uma metamorfose do liberalismo clássico, porém mais conservador. Autores liberais clássicos, como Smith (1983) e Locke (1991), defendem o intervencionismo estatal para manter a garantia aos direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade, além do provimento de alguns bens e serviços, como educação, defesa e legislação.

Já o neoliberalismo está baseado no combate a qualquer regulação do mercado por parte do Estado e na defesa da atuação dele apenas para garantir as leis que fortaleçam a hegemonia do capital, intensificando a tendência intrínseca do sistema à concentração de riqueza via, inclusive, flexibilização do trabalho para maximizar lucros e ampliar a competitividade.

Santos (2001) destaca o impacto do modelo neoliberal no acirramento das contradições sociais e na polarização dos interesses de classe, mistificadas pela noção de globalização que, na verdade, representa a mundialização das transações de capitais e consequente fortalecimento dos impérios. Para a autora, uma das forças propulsoras do Modo de Produção Capitalista é, além da produção e da reprodução do capital, a dicotomia

acumulação-exclusão, que se expressa, em meio ao mundo globalizado, pelo contraste entre o contingente de desamparados e o crescimento dos condomínios fechados e mansões, constituindo dois polos: riqueza e pobreza.

O que significa a globalização para as classes subalternas, em especial para os marginados do sistema dominante? Sua crescente exclusão da riqueza social por ela gerada e seu afastamento dos centros de decisão política. Implica também a deterioração das suas condições de vida em termos de alimentação, saúde, habitação, saneamento e educação, entre outros aspectos. A análise do processo de globalização reforça a convicção de que sua lógica implacável, mais do que bem-estar, tem produzido um aumento da exploração da força de trabalho e promovido maior destruição de todas as formas de sobrevivência que não se adaptam aos padrões econômicos da sociedade global (SANTOS, 2001, p. 184).

Eid, Gallo e Pimentel (2001) corroboram essa ideia e defendem o aspecto multidimensional da exclusão, visto que abarca a falta de acesso a bens e serviços, como também à segurança, à justiça e à cidadania. Ou seja, “relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas” (p. 69).

É exemplar o estudo de Martins (2008) sobre esse tema. Segundo ele, a sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, porém esta inclusão é subalternizada e desumanizada. Encontramos indivíduos integrados aos mecanismos de reprodução das relações sociais capitalistas que, porém, estão excluídos socialmente. A exclusão é um sintoma da coisificação das pessoas. Assim:

A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não tem teto, não tem trabalho e, sobretudo, não tem esperança (MARTINS, 2008, p. 21).

O “panfletário na mentalidade” pode ser interpretado como o trabalhador que, sem uma consciência crítica, é mero reprodutor e divulgador do ideário capitalista. Os “indiferentes” o são por não se perceberem enquanto um ser social, ou seja, estão alienados, presos ao individualismo do seu trabalho fragmentado.

Os excluídos, ainda sob a concepção de Martins (2008), são capturados pela sociedade que os rejeita por meio do consumo, tornando-se consumidores marginais, restritos aos resíduos do sistema. Assim, o consumo é um meio de formação social e de definição de identidade. Desta forma, o sistema exclui para incluir.

O que é próprio e característico desta sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercados sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e aquilo que elas estavam acostumadas a ser. Por que o capitalismo faz isso? O capitalismo faz isso para incluir (...) há duas portas para se entrar nessa sociedade. Uma é a mais geral da transformação de todos em

produtores e consumidores de mercadorias. Tudo tende a ser reduzido a mercadoria (...) Em segundo lugar devem ser todos transformados em consumidores dos produtos produzidos por essa mesma sociedade (MARTINS, 2008, p. 120 e 121).

Percebe-se, portanto, que o problema não está na exclusão, mas sim nas formas perversas com que esses agentes são incluídos, por meio da desvalorização do trabalho e embutindo a necessidade social do consumo desenfreado. Diante deste cenário, é possível encontrar formas de viver do trabalho que foge da dicotomia capital/trabalho. Os trabalhadores da ES surgem a partir busca pela subsistência, dentro deste sistema, mas de forma alternativa, seguindo princípios que combatem a exploração, como veremos a seguir.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOVO PADRÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

Os fatores da exclusão econômica nos ajudam a entender a consolidação da ES no Brasil, a partir da década de 1980 e, com mais ênfase, na década de 1990, por representar uma proposta de solução para o elevado desemprego estrutural que se consolidou nesta época, marcada pelas contradições da globalização. Não é de se espantar, então, o aumento dos microempresários e dos operadores autônomos neste período, assim como o fortalecimento do cooperativismo como alternativa às empresas capitalistas, nos moldes das experiências internacionais, consolidadas desde o século XIX (EID; GALLO; PIMENTEL, 2001).

Para Silva e Nagem (2012, p. 311), “A Economia Solidária despontou, portanto, como uma proposta alternativa de organização associativa do trabalho e suas relações de produção (dada a hegemonia do trabalho assalariado) em busca de novas estratégias de inclusão social”. Singer (2015) corrobora essa visão e defende que a construção da ES é uma estratégia de organização da produção que permitirá, na medida em que se fortalece, dar a muitos, “que esperam em vão um novo emprego” (p. 138), uma alternativa para reingressar na produção. No entanto, podemos considerar a ES como algo a mais: “escolas” de produção de uma cultura do trabalho “e que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do sistema capitalista” (TIRIBA, 2008, p. 2).

A Economia Solidária é uma forma diferente de realizar uma atividade econômica de produção, de oferta de serviços, de comercialização, de finanças ou consumo, que tem como alicerce novas formas de organização, fundamentadas pela cooperação, autogestão e busca do fortalecimento da economia local (SINGER, 2015). Também se consolida como

uma alternativa de valorização da cultura, matéria-prima e modo de ser de certa localidade, vinculando-se a valores diferenciados retroalimentados pela necessidade de se haver corresponsabilidade, “pelo bem-viver de todos e de cada um em particular” (MANCE, 1999, p. 178). Já em aspectos políticos, constitui um movimento social baseado na solidariedade (FBES, 2018). Segundo relatório da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006: “a Economia Solidária contribui para construir uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é, necessariamente, includente (...) Entende-se como uma sociedade sem classes a sociedade socialista” (CNES, 2006, p. 04).

Para França Filho (2007):

A Economia Solidária é construída por iniciativas de natureza associativa ou cooperativa que envolvem moradores que, num determinado contexto territorial, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, através do fomento à criação de atividades sócio-econômicas. Neste sentido, a criação das atividades sócio-produtivas ou a oferta de serviços surgem em função de demandas reais, expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, no território, um circuito integrado de relações sócio-econômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede (p. 160).

A prática da ES tem como objetivo romper com a separação entre capital e trabalho, alimentando o empenho de todos pelos vários aspectos organizacionais e produtivos do empreendimento (GAIGER, 2008). Os excedentes gerados pela produção, inclusive, não se caracterizam como lucro, e sim como sobras, que deverão ser repartidas a partir do interesse coletivo dos trabalhadores que se envolvem em todo o processo de decisão.

Assim, o fator organizador desses empreendimentos é o trabalho, que neles ocupa uma posição central. Podemos considerar que os EES praticam a gestão social que, segundo França Filho (2003), consiste na gestão das demandas vinculadas às necessidades sociais. Tratando-se do seu aspecto organizacional:

Pretende subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas (...) O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, que podem definir-se também em termos culturais (de promoção, resgate ou afirmação identitária etc.), políticos (no plano de uma luta por direitos etc.) ou ecológicos (em termos de preservação e educação ambiental etc.) (FRANÇA FILHO, 2003, p. 3 e 4).

Nascimento (2019) considera que a ES representa o alicerce de um novo modo de produção, por significar a reapropriação do que foi tomado pelo capital, e considera que estratégia da Economia Solidária autogestionária está fundamentada no aproveitamento das

contradições do capitalismo, que cria oportunidades para o desenvolvimento de organizações econômicas com lógicas opostas.

As mutações atuais no mundo do trabalho, as novas possibilidades abertas com essa revolução tecnológica-cultural, a crise social em todo o mundo capitalista e, a derrota político-cultural e material do socialismo estatal, abrem novas perspectivas para a reflexão e experimentação social autogestionárias, sobre as possibilidades de construção da hegemonia do trabalho sobre o capital (NASCIMENTO, 2019, P. 143)

Diante do exposto, podemos considerar a ES para além de uma forma diferente de produzir, mas como uma forma diferente de ‘estar no mundo’, de se relacionar com as outras pessoas e com o meio ambiente (SINGER, 2015). Por isso, a ES tem como alicerce dez princípios norteadores intimamente conectados entre si e que se retroalimentam para constituir este modo diferente de fazer economia. Para Batista Filha, Martins e Guimarães (2012) a identidade de ser um trabalhador da ES está diretamente relacionada à prática e ao respeito aos seus princípios, a ver: I) a democracia; II) a cooperação; III) a valorização do saber local; IV) a valorização da diversidade; V) a centralidade no ser humano VI) a justiça social na produção, na comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico; VII) o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras; VIII) a autogestão; IX) a emancipação; X) a valorização da aprendizagem e da formação permanente.

O princípio da **democracia** está relacionado à procura pelo combate a subordinação do trabalho ao capital. Aqui é importante lembrar que a ES busca romper com a dicotomia capital e trabalho (GAIGER, 2008). Para além disso, este princípio fortalece a ideia de que é preciso haver respeito com as opiniões de todos, assim como o envolvimento de cada um na produção. Assim, todas as opiniões devem ser igualmente consideradas na tomada de decisão coletiva. Segundo Barber (2003), uma democracia forte consiste em:

Um modelo político participativo onde os conflitos são resolvidos mediante ausência de pressupostos independentes, por meio de um processo participativo contínuo que se aproxima da autoregulação e criação de uma comunidade política capaz de transformar mutuamente indivíduos privados em cidadãos livres (BARBER, 2003, p. 132)

Mesmo com a existência de lideranças coletivamente legitimadas, todos os trabalhadores devem exercer orientação sobre ela de modo a garantir participação ativa e coletiva nas escolhas importantes do EES. Para tanto, é preciso que se construa e legitime espaços democráticos, como as assembleias entre os sócios e até mesmo a constituição de conselhos, como conselhos diretores e fiscais, a depender da necessidade organizativa do

empreendimento. Segundo Locks e Gugliano (2013), as assembleias constituem as principais instâncias de decisão dos EES na prática, com a participação de todos com o mesmo direito a voz e voto, que ocorrem, em geral, com periodicidade mensal, não havendo impedimento, porém, para a ocorrência de reuniões menores de caráter operacional.

A **cooperação**, enquanto princípio, refere-se a um valor intrínseco relacionado ao modo como se dão as interações sociais entre os trabalhadores dentro do EES (LEAL; RODRIGUES, 2018), que tem como base a procura pela busca e pela construção coletiva de um objetivo em comum, por meio das trocas recíprocas, ao invés da competitividade. Segundo FBES (2006), a cooperação rompe com a ideia de competição, “convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador (...) acabando com a ‘guerra sem tréguas’ em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto” (FBES, 2006, p. 33)

A partir de um horizonte em comum, a cooperação ocorre por meio da soma das contribuições individuais, realizadas de forma coordenada, direcionada ao objetivo em comum, de modo a fomentar uma estrutura administrativa baseada na consensualidade (LEAL; RODRIGUES, 2018). Por isso, o diálogo é essencial também para colocar em prática este princípio.

O princípio da **valorização do saber local** está relacionado ao entendimento de que o modo de ser e fazer de uma comunidade é fruto de uma construção coletiva e, principalmente, histórica. (BATISTA FILHA; MARTINS; GUIMARÃES, 2012). Ao valorizá-lo, está preservando a cultura de certa localidade e as tecnologias populares. Podemos entender a cultura como um processo social transmitido por atitudes, costumes e representação de valores (CLAVAL, 2011). Para Corrêa (2003), a cultura é observada mediante representações e práticas vividas no cotidiano, ligadas a saberes, crenças e técnicas desenvolvidas para o bem comum. As tecnologias populares, ou saberes práticos (GAIGER, 2008) são frutos do desenvolvimento de habilidades desenvolvidas a partir das necessidades da comunidade e levando em consideração os recursos disponíveis, o que torna específico o modo de produzir em cada local. Desta forma, este princípio parte da premissa de que o saber é um processo em construção e o que já foi construído não pode ser esquecido.

A **centralidade no ser humano** representa uma inversão de prioridades em relação ao MPC. Uma das principais particularidades da ES, por meio deste princípio, consiste na prioridade pela preservação do trabalho, em contraposição à busca por excedente econômico.

Na empresa autogerida, a preservação dos postos de trabalho substitui a lucratividade como objetivo máximo. Os trabalhadores-gestores se dispõem a

fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. Na empresa capitalista, os empregados competem por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia. Na empresa auto ou cogerida a confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para a recuperar a competitividade, não há possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento dos outros (SINGER, 2015, p. 137).

Assim, faz parte da racionalidade proposta pela ES a ideia de que os benefícios da atividade econômica devem ser usufruídos por aqueles que realizaram tal atividade, ou seja, os trabalhadores (ALVES *et al.*, 2016, p. 244). Mas, para além disso, a centralidade no ser humano dever ser influenciadora de todas as atitudes de quem pratica a ES, não só na produção, mas em todas as esferas da vida em sociedade.

O princípio da **valorização da diversidade** indica a importância de não haver qualquer tipo de discriminação (de raça, etnia, crença, cor e gênero), como o reconhecimento de que todos são iguais em direitos. Além disso, este princípio representa o reconhecimento da própria diversidade evidente dentro da ES. Sobre isso, Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) observaram que:

A Economia Solidária veio a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 89)

E, em cada uma dessas categorias e modalidades de organização, existem outros tipos de diversidade. Desta forma, valorizar a diversidade é fortalecer a ES.

O princípio da **justiça social** tem como alicerce a crítica às relações de produção que fundamentam o MPC, baseadas na distribuição desigual da riqueza produzida, tendo como consequência a desigualdade social. Esta realidade de injustiças tem como primórdio a produção, por meio da geração de mais-valia, conhecida como lucro (MARX, 2005). Aliás, a próprio conceito de lucro já carrega o cenário de desigualdades, como já dialogado aqui.

Mas a realidade de injustiça não se limita à esfera da produção: existe também na comercialização e no sistema financeiro, que, em geral, favorecem os grandes produtores que possuem maior capital de giro e competitividade no mercado. O desenvolvimento tecnológico também está à mercê dos interesses do capital. Em contraposição, espera-se, pelo princípio da justiça social, que haja justiça em todo o percurso da riqueza que está sendo gerada pelos trabalhadores do empreendimento, “com vistas na promoção do bem-viver das coletividades” (FBES, 2018, p. 34)

O cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras também são princípios ligados à busca pela eficiência social, por meio de uma relação harmoniosa com a natureza, com vistas à qualidade de vida e ao equilíbrio com o ecossistema.

O respeito aos recursos naturais, que precisam ser utilizados dentro dos limites da capacidade de regeneração do meio ambiente, permitindo que, não somente as gerações futuras, mas também a atual tenham acesso iguais a ele, garantindo-se condições mínimas de sobrevivência (JESUS; SPAREMBERG, 2009, p. 72).

Diante do exposto, o respeito ao meio ambiente e o cuidado com as gerações futuras devem estar presentes em todos os contextos que norteiam o dia a dia dos trabalhadores da ES como influenciadores das decisões a serem tomadas.

O princípio da **autogestão**, influenciado pela prática dos demais princípios, remete à forma de os trabalhadores se relacionarem no processo produtivo, constituindo-se como uma quebra substancial em relação a uma empresa capitalista, já que se espera, pela autogestão, que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e participativa, rompendo com a figura do patrão e do empregado.

A autogestão se apresenta como uma forma alternativa de administrar os empreendimentos de Economia Solidária, em contraposição ao padrão de organização do trabalho baseado no heterogestão, como explica Eid, Gallo e Pimentel (2001):

O primeiro passo para o sucesso de uma experiência autogestionária é distinguir entre o engajamento efetivo do coletivo e um envolvimento formal e aparente. O caminho a ser percorrido é tentar desarmar as relações humanas em um patamar mais saudável, moralmente mais maduro e politicamente mais consciente. Da mesma forma que não existe auto-gestão sem um engajamento efetivo, apenas a vontade sincera do grupo não garante nada. É preciso estar atualizado com relação às questões de produção, administrativa e comerciais, buscando implementar qualquer ideia nova que porventura pareça útil para tornar o empreendimento mais eficiente e apto a sobreviver no mercado (p. 82).

Benini (2011) vê a Economia Solidária como uma práxis organizacional, por constituir um tipo específico de relação de trabalho que não se esgota na sua organização produtiva imediata, mas sim na ressurreição de outros valores, cujo alicerce é a autogestão. Neste sentido, Nascimento (2011) admite que autogestão e Economia Solidária, se não são sinônimos, caminham juntos e são indissociáveis. Ainda segundo o mesmo autor, a construção da ES depende deles próprios, da disposição de aprender e experimentar, da adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e, principalmente, da força em seguir com esses princípios no cotidiano (dentro e fora da produção). Desta forma,

dialogar com o entorno da ES vai além da produção cotidiana do empreendimento. Por isso, podemos considerar a autogestão como uma estratégia política.

Para Nascimento (2008), a autogestão deve ser observada sobre dois ângulos: “como “meio de luta”, abrindo caminho, e, como “meio de reorganização da sociedade”, a transformação “de baixo para cima” da vida cotidiana e do Estado” (p. 32). Para ele, a autogestão é, portanto, o alicerce de um novo modo de produção. O mesmo autor, em obra mais recente, defende que a estratégia da Economia Solidária autogestionária está fundamentada no aproveitamento das contradições do capitalismo, que cria oportunidades para o desenvolvimento de organizações econômicas com lógicas opostas.

As mutações atuais no mundo do trabalho, as novas possibilidades abertas com essa revolução tecnológica-cultural, a crise social em todo o mundo capitalista e, a derrota político-cultural e material do socialismo estatal, abrem novas perspectivas para a reflexão e experimentação social autogestionárias, sobre as possibilidades de construção da hegemonia do trabalho sobre o capital (NASCIMENTO, 2019, P. 143)

Desta forma, a autogestão não se limita ao âmbito da produção, mas abrange todas as esferas da sociedade. Para Novaes e Castro (2011), a autogestão deve ser considerada enquanto processo pedagógico que, entretanto, não está imune a dificuldades e contradições. Em contraposição à heterogestão, a autogestão requer a percepção e o controle coletivo do processo de produção, algo que só se concretiza a partir da ação coletiva e gradual dos envolvidos que deverão sentir-se corresponsáveis pelo empreendimento. Para Santos e Silva (2018), a coletividade é o condicionante para o fortalecimento do grupo, para a organização e a produção e efetiva geração de renda.

Controlar requer, primeiramente, conhecer o processo produtivo na sua totalidade, mas também promover a articulação dos diferentes saberes dos trabalhadores que, de forma democrática, estarão subvertendo a lógica do capital. Desta forma, a apropriação dos meios de produção é condição necessária, mas não suficiente. É necessária a articulação dos saberes que antes estavam fragmentados pelo capital e a apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender e reconstruir os sentidos do trabalho, fundamentando uma nova cultura do trabalho.

Para Faria (2017), existe uma diferença entre autogestão e processos de gestão. A autogestão tem uma dimensão social e, portanto, somente poderá existir efetivamente quando o sistema social for autogestionário. Ou seja, o combate completo à alienação do trabalho não possui determinação única no processo produtivo.

A autogestão, entretanto, deve ser entendida como uma transformação completa da sociedade em todos os planos (econômico, político e social). Dessa forma, trata-se também (e não apenas) de outra forma de administração, porque a autogestão reconhece a necessidade de um planejamento, de um projeto social, embora não delegue o encargo (e seus privilégios) a uma minoria de especialistas. Sua função é ser uma analisadora no campo histórico e crítico dos sistemas capitalista e da burocracia, no sentido de demonstrar que não existem leis universais para toda a economia, todos os regimes políticos e toda a administração que possam depender, por conseguinte, da ciência dos especialistas. (FARIA, 2017, p. 633)

Carvalho (2012) corrobora a concepção ampla de autogestão e defende que a emancipação completa do trabalho tem sua determinação para além da empresa isolada, mas em uma nova sociedade, já que, mesmo com a organização diferenciada do processo produtivo (analisado isoladamente), o ritmo e o caráter da produção continuam sendo ditados pelo capital.

Seguindo esse raciocínio, Faria (2017) defende que os EES praticam, *a priori*, a Organização Coletivista de Produção Associada (OCPA), considerada por ele como uma autogestão restrita, já que a plena só é possível em outra sociedade. Porém, a autogestão plena, social, é contemplada e, ao mesmo tempo, contempla a OCPA. Desta forma, não perde a sua importância a discussão travada aqui acerca do controle direto pelos produtores sobre os elementos econômicos e político-ideológicos e pedagógicos da gestão do trabalho.

Para o aprofundamento do entendimento do que é praticar a autogestão, vale o exercício de se buscar a sua negação, ou seja, o que a fere (FARIA, 2017; FARIA, 2013; NEMIROVSKY *et al.*, 2015; TIRIBA, 2008; SINGER, 2015; GAIGER, 2008):

- i) A hierarquia, já que a separação entre atividade de gestão e da produção é prática típica da organização alienante do trabalho;
- ii) A remuneração não pela quantidade de trabalho empregado, mas por lugar e por função no processo;
- iii) A Centralização das decisões;
- iv) A busca pelo lucro e não obediência ao princípio de “a cada um segundo sua contribuição e suas necessidades”;
- v) A exploração da força de trabalho via prática do assalariamento, pois isso exclui o empregado do direito de gestão, tornando-o um heterogerido.

Em contraposição, a base organizacional da autogestão deve ter (FARIA, 2017; FARIA, 2013; NEMIROVSKY *et al.*, 2015; TIRIBA, 2008; SINGER, 2015; GAIGER, 2008):

- i) Valorização da participação coletiva de seus membros (produtores) no processo decisório. Ou seja, a gestão coletivista de produção como sua característica diferencial, tendo como estratégia o planejamento democrático e a constituição de assembleias de ampla participação;
- ii) O controle, por todos, do processo de produção, com base na colaboração e na solidariedade. Este critério só é possível pela difusão do conhecimento sobre o processo de trabalho entre todos os membros do empreendimento, o que representa, ao analisar a esfera da unidade produtiva, integrar-se não só na produção propriamente dita, mas na concepção do produto e na sua destinação;
- iii) A formação de uma inteligência coletiva (dimensão empreendedora) mobilizada como recurso para lidar com a realidade contingente, com vistas a alcançar a sustentabilidade em longo prazo;
- iv) Responsabilidades mútuas em todas as instâncias ou fases do processo de produção, de modo que todos se tornem conscientes de sua responsabilidade para com o sucesso ou insucesso do empreendimento;
- v) Adoção de critérios de remuneração dos produtores segundo sua participação proporcional ao trabalho aplicado na formação/elaboração do produto e/ou de acordo com suas necessidades individuais;
- vi) Adequação Sociotécnica como fonte de reestruturação das forças produtivas. O que requer processos formativos que coloquem em pauta a qualificação dos trabalhadores associados para a consumação de seu domínio sobre o trabalho.

Faria (2017) ainda chama a atenção, visto que, mesmo com a existência de atividades que requerem conhecimento especializado, não se pode romper com a democratização da gestão. Segundo Rutkowski (2007), para uma efetiva autogestão, é preciso haver o pleno acesso dos envolvidos às informações e ao exercício do poder, de modo a evitar o acúmulo e a concentração de informações nas mãos de alguns. O que se coloca aqui como pilar da ES é que seja garantido que as diferentes condições e habilidades não resultem em privilégios e em hierarquias, garantindo-se o respeito às individualidades como um direito. Vê-se aqui uma relação direta entre o princípio da autogestão e o da democracia.

Percebe-se que os condicionantes acima destacados estão interligados, compondo uma unidade. Assim, é preciso articular a sobrevivência no mercado com o aperfeiçoamento

organizacional e pessoal, aprimoramento das questões técnicas, administrativas e comerciais do ramo produtivo em que o empreendimento está inserido, assim como o desenvolvimento de diferentes formas participativas de tomada de decisão.

Entretanto, levando em consideração que a dimensão prática da atividade produtiva autogestionada não pode estar desconectada da sua dimensão política, social e formativa (NEMIROVSKY *et al.*, 2015), é preciso considerar que a práxis da Economia Solidária tem como eixo nuclear a autogestão, mas também requer que se coloque em prática os demais princípios.

Por meio da **emancipação**, enquanto princípio da ES, evidencia-se a dimensão política e de caráter transformador da ES, pois refere-se à busca individual e coletiva pela transformação de todos em sujeitos de suas próprias histórias (OLIVEIRA, 2016), ou seja, a busca por liberdade. Parte-se, portanto, da premissa de que, *a priori*, não somos sujeitos da história, isso porque os trabalhadores da Economia Solidária, assim como boa parte do povo, possuem o condicionamento histórico de submissão, exclusão e opressão, como já tratado aqui e bem lembrado por Freire (1987):

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu redor em compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal (...). Os oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não tem finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores (FREIRE, 1987, p. 25 e 26).

O mesmo autor atesta para o fato de a educação sozinha não ser responsável pela emancipação de alguém, mas, sem ela, a emancipação é impossível, já que ela é capaz de fomentar sujeitos autodeterminados, com consciência crítica e entendimento de que a realidade não é estática e que os indivíduos, portanto, são sujeitos de mudança.

Para Marx (2005), a emancipação da sociedade está relacionada ao fim da propriedade privada, já que esta última é produto da alienação.

Do mesmo modo como a propriedade privada constitui apenas a expressão sensível do fato de o homem ser para si algo de objetivo e se tornar para si um objeto estanho e não-humano, do fato de a sua manifestação da vida ser a sua alienação da vida, de a sua realização ser a sua desrealização, a emergência de uma realidade estranha; assim também a eliminação positiva da propriedade privada, ou melhor, apropriação sensível da essência e da vida humanas, do homem objetivo, das criações humanas para e por meio do homem, não deve considerar-se apenas no sentido do ser (MARX, 2005, p. 141).

Aqui, tem-se a importância de valorizar a propriedade coletiva dos meios de produção como característica da ES. Para Batista Filha, Martins e Guimarães (2012), a emancipação almejada pela ES tem primazia pela autonomia. De fato, Freire (1987) defende

que a busca pela liberdade (emancipação) requer que os oprimidos expulsem a sombra dos opressores que está introjetada no seu agir e pensar. Para tal seria necessário que eles “preenchessem o “vazio” deixado pela expulsão, com outro “conteúdo” – o de sua autonomia” (p. 22). A autonomia, portanto, está relacionada à capacidade de reflexão crítica do cenário de opressão a que o oprimido está submetido e da construção de uma diferente forma de agir e pensar.

O mesmo autor, ao discutir a pedagogia da autonomia (FREIRE, 1996), esclarece que esta se constrói no cotidiano, “na experiência de várias inúmeras decisões que vão sendo tomadas” (FREIRE, 1996, p. 55). Por isso, é preciso que se estimulem experiências de decisão e responsabilidades, “vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 1996, p. 55).

Para Cattani (2006), na ES, é importante a prática da autonomia coletiva, que se refere à possibilidade de se tomar decisão enquanto coletivo, no que tange à escolha das tarefas (o que fazer e como fazer), as metas a serem estipuladas (planejamento e eleição de objetivos não imediatos), a forma de organização geral e as relações de trabalho estabelecidas.

De fato, é inevitável relacionar a emancipação com a busca por autonomia. Roio (2007), ao estudar os escritos de Gramsci em relação à emancipação do subalterno, enfatiza que, além da autonomia, o autor compreende que emancipação está relacionada à capacidade de auto-organização, e autoeducação das massas, para o desenvolvimento de um “espírito popular criativo” (ROIO, 2007, p. 77). A auto-organização, a partir do contexto e da intencionalidade dos escritos de Gramsci, está relacionada com a organização como oposição à ordem social vigente, como contestação à subalternização. Ao trazer para a realidade dos trabalhadores da ES, pode-se relacionar com a ideia de autogestão, por representar a ruptura com a forma organizativa capitalista. Já a autoeducação está relacionada ao papel assumido pela educação na teoria de Gramsci. Trata-se de uma educação “capaz de superar as dicotomias existentes entre o pensar e o fazer, entre a cultura popular e a cultura erudita. É aquela capaz de estabelecer as bases das relações hegemônicas entre os diferentes segmentos sociais” (BAPTISTA, 2010, p. 106).

Baptista (2010), com base nos estudos das obras de Gramsci, destaca que, para o autor, a emancipação do homem se dá pelo fortalecimento do seu protagonismo político, fomentado pela compreensão acerca das contradições do real, da realidade de opressão, exclusão e submissão, visto que estimula a consciência crítica e o processo emancipatório

do ser. Os espaços educativos, nesta perspectiva, têm caráter ativista, já que podem (e devem, na concepção do autor) buscar a emancipação, caso contrário, irá reproduzir os valores pertencentes à classe dominante.

Nesta perspectiva, tem-se o décimo princípio da Economia Solidária: **a valorização da aprendizagem e da formação permanente**. A formação técnica é imprescindível, já que o trabalho desempenhado pelos trabalhadores da ES requer o profundo entendimento de todo o processo produtivo, como fruto da reflexão, da prática, do conhecer, do aprender, do criar e modificar. Mas, para além disso, é preciso valorizar espaços de aprendizagem que fortaleçam uma visão de mundo diferenciada, não centrada no capital (FREIRE, 1996), fomentada pela práxis dos princípios da Economia Solidária. Sendo assim, o trabalho desempenhado na Economia Solidária precisa ser retroalimentado por uma formação que estimule o seu alicerce, uma educação que fortaleça uma cultura solidária. A seguir, trataremos com maior profundidade acerca do caráter desta educação.

2.3 EDUCAÇÃO EMANCIPADORA PARA A CONSTRUÇÃO DE INDIVÍDUOS OMNILATERAIS

A alienação do trabalho, que, como vimos, desumaniza e tem forte influência sobre a educação, na verdade, apresenta uma relação íntima e – por que não dizer? – dialética entre o entendimento comum de qual é e como deve ser fomentado o conhecimento mínimo e essencial para todos os cidadãos, e o que é necessário para a manutenção das relações de produção vigentes.

A sociedade, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, formula projetos pedagógicos que atendem às demandas de formação de subjetividades, de acordo com as necessidades da divisão social e técnica que caracteriza determinada etapa de desenvolvimento do modo de produção dominante (GRABOWKI; KUENZER; 2016). Seguindo esse raciocínio, podemos inferir que a educação proporcionada pelo sistema de educação formal também é alienante, fortalece o sistema excludente e, portanto, não tem como foco principal o estímulo à consciência crítica e à autonomia necessária para, por exemplo, o fortalecimento da Economia Solidária. Na interpretação de Antunes (2012), Mézáros, defende que “o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus objetivos e fins específicos” (ANTUNES, 2012, p. 76 e 77). Desta

forma, o projeto burguês de educação tem como objetivo a perpetuação do capital, já que são internalizados valores que buscam assegurar os parâmetros reprodutivos gerais do capital. Todavia, somente este tipo de educação é possível?

Para Althusser (1985), a escola é aparelho ideológico do Estado. Esse, por sua vez, tem como objetivo manter e (re)criar condições favoráveis ao desenvolvimento do capital na sociedade capitalista. A concepção reducionista da força de trabalho, considerando-a como simples mercadoria, implica a divisão entre os que controlam o processo do trabalho e os que o executam. Na escola, diferencia-se o ensino para quem controla do ensino para quem executa.

Saviani (2007) mostra, a partir de aspectos históricos, que o surgimento da propriedade privada fundamentou a divisão da sociedade entre classes e, por consequência, a divisão na educação, chamada por Gramsci de escola dual. Mesmo com a universalização da educação, não houve a ruptura deste processo, pelo contrário:

A estrutura dualista na sociedade ainda manifesta-se “horizontalmente”, distinguindo e separando aqueles que continuam os estudos em busca da ciência daqueles que são obrigados a deixar os bancos escolares pelas bancadas de trabalho, “verticalmente”, separa os que estudam em escolas “desinteressadas”, isto é, de rigor científico e de ampla cultural geral que os habitam pra os cargos de direção da sociedade, dos que frequentam as escolas “interessadas” que habitam tão somente para a execução do trabalho e a aplicação da técnicas (escola profissionalizante. (NOZELLA; AZEVEDO, 2012, p. 26-27).

Por meio da repulsa desse dualismo, Gramsci fundamenta o seu projeto pedagógico, tendo como pilar a possibilidade de transformação do mundo pela educação e pela cultura. Seu raciocínio parte da noção de que cada pessoa, e o educador em particular, é molécula do Estado, e, como campo social, o Estado está em disputa (NOZELLA; AZEVEDO, 2012).

Nosella e Azevedo (2012) nos ajudam a entender o seu raciocínio: a atuação do Estado depende da interação dialética das forças da sociedade política e civil. Particularmente, essa última direciona a atuação do Estado, a depender da força hegemônica que a controla. O grupo hegemônico da sociedade civil utiliza-se das mais diversas esferas da vida social, como a igreja e a escola, para direcionar o viés ideológico do Estado. Porém, a hegemonia pode ser assumida por outro grupo, que trará ao Estado outros valores de sociedade. Assim “o conceito gramsciano de Estado exprime a possibilidade de transformação da sociedade” (NOZELLA; AZEVEDO, 2012, p. 31).

A escola, portanto, cria e recria ideologias e culturas que são influenciadoras do Estado. Porém, novas ideias podem se tornar força material, em busca pela hegemonia, se

assimiladas pelo povo. A educação transformadora pode (e deve) contribuir com esse processo. Aqui está o cerne da visão de educação revolucionária para Gramsci.

Com vistas a romper com a dualidade da educação, que apenas fortalece o individualismo e afasta os subalternos da hegemonia do Estado, Gramsci propõe a universalização da escola unitária desinteressada, uma escola humanizada, que possibilite uma educação ampla, capaz de propiciar ao trabalhador a compreensão do mundo do trabalho, levando em consideração suas raízes históricas e potencialidades técnicas (NOSELLA; AZEVEDO, 2012).

A escola unitária, esboço de um sistema de ensino com base no princípio educativo do trabalho (SAVIANI, 2007), é proposta por Gramsci como uma construção concreta de um espaço de formação fundamentado na instrução intelectual, física e tecnológica para todos, com o propósito de superar a dicotomia histórica entre o trabalho manual e intelectual. Desta forma, não se limita à ascensão social, ou qualificação profissional (DUARTE; OLIVEIRA; KOGA, 2016).

Nosella e Azevedo (2012) explicam que o conceito de unitariedade escolar evoluiu, tendo como enfoque, na atualidade, não apenas os conteúdos escolares, mas também a situação social que força alguns a escolherem a formação que não desejam. Assim, o caminho para a sociedade unitária está, sobretudo, no “oferecimento de condições objetivas para que todo cidadão possa optar livremente pela formação naquilo que é de seu gosto” (p. 32). Além disso, tem-se a preocupação de garantir que todos usufruam dos bens gerados pela sociedade.

Assim, a igualdade social e cultural significa a participação de todos os cidadãos na produção “desinteressada” do saber, da ciência e da técnica e também no gozo dos elevados prazeres humanos, sobretudo das atividades culturais mais elaboradas e sofisticadas. Para esse objetivo complexo, a escola unitária tem sua enorme tarefa: ensinar a produzir algo com qualidade e a usufruir de tudo com responsabilidade (NOSELLA; AZEVEDO, 2012, p. 33).

Podemos considerar que a proposta de escola unitária corrobora o projeto de educação omnilateral (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015), a partir do entendimento de que a formação humana consiste no domínio dos fundamentos científicos, teóricos e práticos dos diversos processos do trabalho. Assim, “Poderíamos definir uma formação omnilateral dessa forma, que procura potencializar todas as lateralidades do ser humano. Que leve o ser

humano a construção de sua existência de forma emancipada, livre de limitações alienantes” (DUARTE; OLIVEIRA; KOGA, 2016, p. 08).

Diante do exposto, a proposta de formação humana omnilateral ou unitária é um projeto de sociedade, não só educacional, por fundamentar sua busca pela transformação de uma sociedade, com vistas a combater o trabalho alienado, a inclusão excludente e que, portanto, coloque em prática o papel revolucionário dos espaços educativos. Esta defesa tem com alicerce a concepção de que os espaços educacionais são também espaços de luta, de resistência, de transformação e de modificação da sociedade.

Mészáros (2005) nos lembra que a educação está profundamente articulada à existência humana e que, em se tratando do potencial emancipador da educação, é preciso considerar a totalidade das práticas político-educacionais e culturais que desencadeiem propostas de educação para a vida, que rompam com a internalização dos valores do capital, ou seja, uma educação para além do capital. Por esse raciocínio, apesar de a educação, por si só, não ser a capaz de mudar a sociedade, é preciso haver uma reciprocidade entre educação e transformação, com vistas à emancipação social.

A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo (...) e vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades de transformação social emancipadora e progressivas em curso. (MÉSZÁROS, 2005, p. 76 e 77)

Outro autor que nos ajuda a refletir concretamente sobre este projeto é Paulo Freire, que, por meio da sua prática e dos seus livros, dirige-se aos explorados, aos oprimidos, guiado pelo entendimento de que: “Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, (...) entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas” (FREIRE, 1967, p. 12). Desta forma, “É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga” (FREIRE, 1967, p. 42).

Para Paulo Freire, faz parte do processo de aprendizagem entender que o mundo não está acabado, mas em transformação, e que todos (educadores e educandos) são agentes da transformação deste mundo. Por isso, afirma: “O mundo não é, o mundo está sendo” (FREIRE, 1996, p. 40). Esta visão vai de encontro com as ideias fatalistas e naturais das relações sociais desiguais, alimentadas pela ideologia neoliberal.

Sua concepção “otimista” sobre a possibilidade de mudança da realidade depende, entretanto, da possibilidade de o povo ver e perceber o mundo, sentindo-se parte dele. Por isso, a importância de se fazer uma reflexão sobre a prática educativa que, para ele, precisa ser a favor da autonomia do ser dos educandos, respeitando a leitura de mundo de cada um com o foco, inclusive, de despertar a sua curiosidade.

Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. É preciso que, ao respeitar a leitura do mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa. E a curiosidade assim metodicamente rigorizada faz achados cada vez mais exatos. No fundo, o educador que respeita a leitura de mundo do educando, reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, desta forma, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica (FREIRE, 1996, p. 63).

Com a visão de uma educação emancipadora, o autor coloca em evidência a importância do estímulo ao pensar, mas um pensar com reflexão crítica. Desta forma, a prática educativa só tem sentido se conduzida pela busca da liberdade do oprimido, e a essência desta prática se dá via participação livre e crítica do educando.

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE, 1967, p. 36).

Termos como integrado, ativo, sujeito e subversivo são frequentes em seu pensamento, em contraponto ao acomodado, passivo, objeto e adaptado. Paulo Freire (1967, 1987, 2011) esclarece, portanto, o perfil dos homens e das mulheres que devem emergir a partir da educação libertadora. Para ele, não se deve sacrificar a nossa capacidade criadora, pelo contrário, é preciso estimulá-la sempre, assim como a nossa capacidade de tomar decisões. No entanto, para o homem agir e pensar como sujeito, é preciso, *a priori*, entender-se no mundo, “não apenas estar no mundo, mas com o mundo” (FREIRE, 1967, p. 39).

O “estar com o mundo” requer, portanto, o acesso à realidade desmistificada por meio da “dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com o mundo. Do homem com o seu Criador. É essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas, que o faz histórico” (FREIRE, 1967, p. 59). Desta forma, o diálogo, como princípio pedagógico, deve estar presente em todo o processo educativo,

sendo o substrato da pedagogia do oprimido que, mediante a práxis, tornar-se-á a pedagogia do povo.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se a práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p. 23).

Assim, a dialogação, para ele, implica a reponsabilidade social e política do homem, o que requer uma quebra de paradigma e de herança cultural. Pela recordação do histórico de colonização predatória brasileira, Paulo Freire (1967) enfatiza que o brasileiro foi culturalmente estimulado à submissão, à acomodação e à não integração. Desta forma, não só a estrutura mistificadora capitalista, mas também a invasão cultural, que todo brasileiro carrega, favorece o imobilismo. Esta invasão consiste, precisamente:

Na medida em que os invadidos vão reconhecendo-se “Inferiores” necessariamente irão reconhecendo a “superioridade” dos invasores. Os valores deste passem a ser a pauta dos invadidos. Quando mais se acentua a invasão, alienando o ser da cultura e o ser dos invadidos, mais estes quererão parecer com aqueles: andar como aqueles, vestir à sua maneira, falar a seu modo (FREIRE, 1987, p. 89).

Neste ponto, vale lembrar que, a despeito da invasão cultural, que está deveras presente no cotidiano do povo brasileiro e que deve ser combatida no processo pedagógico, a cultura tem papel substancial na transformação do mundo, principalmente em se tratando da cultura popular que, diferente da cultura de massas, é produzida pelo povo, criada e recriada continuamente por ele.

Esta ideia é fortalecida por Gohn (2011), que considera a cultura como força social transformadora para a liberdade humana. Em outras palavras, como mola propulsora de mudanças sociais, isso porque a cultura e a sociedade estão se construindo e reconstruindo cotidianamente, por não ser uma entidade estática. Desta forma, é preciso considerar o indivíduo como ator social, agente de mudança sociocultural.

Aqui podemos nos lembrar dos trabalhadores da ES, que buscam romper com as formas de ser e de produzir ditadas pelos MPC, por meio de uma cultura baseada na solidariedade e centrada no homem, agentes estes que precisam de formação omnilateral contínua para conseguir manter-se como contraponto à estrutura produtiva capitalista. Nas palavras de Oliveira (2016):

A Economia Solidária tornou-se uma nova maneira de nomear, conceituar e interconectar muitos tipos de valores econômicos transformadores, práticas e

instituições que existem em todo o mundo (...) A ES trata, ainda, de unir essas diferentes formas de economia transformadora numa rede de solidariedade: solidariedade com uma visão compartilhada, solidariedade com troca de valores, a solidariedade com os oprimidos. O que há de comum em todas essas denominações é que todas estão associadas a uma outra econômica, articuladas como um projeto de sociedade que implica novos valores (p. 77).

As considerações de Mészáros, Gramsci e autores subsequentes são essenciais para entendermos o caráter emancipatório da educação voltada para o povo. As colocações de Paulo Freire sobre a prática educativa são substanciais para a atuação com os EES, já que a construção de um produto educacional só terá utilidade se partir da realidade de vida deles, assim como suscitar interesse e curiosidade pelo novo.

Para Oliveira (2016), o processo de formação constitui a base de sustentação dos EES e contribui efetivamente para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário.

Desta forma, comungamos do entendimento da educação em Economia Solidária como uma construção social inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para a ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas, como base de um novo modelo de desenvolvimento, reconhecendo a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção da sustentabilidade e orientando ações econômica, política, cultural e pedagógica autogestionárias e solidárias. (OLIVEIRA, 2016, p. 128).

Desta forma, o autor defende que os EES são espaços de formação e que as práticas educativas propiciadas nesses espaços colaboram com a perspectiva formação emancipatória, constituindo-se como “um celeiro de desenvolvimento ideológico contra-hegemônico” (OLIVEIRA, 2016, p. 214).

Seguindo esse raciocínio, podemos entender a educação para além do espaço da escola. Tratar da formação omnilateral e emancipatória dos EES é uma tarefa pedagógica, que envolve transpor os muros das escolas a partir do entendimento, defendido por Gohn (2011), visto que a educação também deve ser conclamada para a superação da miséria do povo, “promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social” (p. 17). Defende-se aqui, portanto, a ideia de Oliveira e Paiva (2016) de que os EES são espaços de coletividade com intencionalidades específicas, constituindo-se como espaços pedagógicos fomentados a partir das relações cotidianas e do trabalho coletivo, de modo a promover aprendizagem mediante a troca de vivências e experiências, não se enquadrando, desta forma, na educação formal. Tem-se, aqui, a dimensão pedagógica da ES.

Se estamos considerando a educação como um mecanismo de inclusão social, promotora do acesso aos direitos à cidadania e à civilidade, tratá-la como forma de ensino/aprendizagem desenvolvida apenas em espaços específicos (espaços formalizados) é restringir o ato de aprender aos mecanismos padronizados. Na verdade, corrobora-se a ideia de Oliveira e Paiva (2016), que considera a educação no seu aspecto amplo, o que significa considerar a articulação entre a educação formal, informal e, também, a não formal.

A educação formal é desenvolvida em espaços sistematizados, inseridos em planejamentos pedagógicos das escolas (GOHN, 2010). Já a educação informal “Ocorre nas experiências do dia-a-dia” (ALMEIDA, 2014, p. 03). Porém, destaca-se aqui a educação não formal, como sendo aquela que compõe uma ampla variedade de atos pedagógicos que visam atender a interesses específicos de determinados grupos, ocorrendo em espaços alternativos, geralmente na própria comunidade atendida (ALMEIDA, 2014).

A educação não formal, para além de uma extensão da educação formalizada, ganha relevância maior na medida em que se percebe o maior entendimento de que é necessário valorizar processos de aprendizagem em grupos específicos, com vistas ao fortalecimento dos valores culturais, esses que articulam as ações individuais. Segundo Gohn (2011), a educação em espaços não formais merece atenção por apresentar flexibilidade no estabelecimento dos conteúdos, esses que precisam ser adaptados à necessidade e às realidades do grupo específico a ser atendido, além de ter um caráter coletivo.

Ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações social. Seus objetivos não são dados A priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara formando e produzindo saberes nos cidadãos, educado o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo etc. (GOHN, 2010, p. 19).

Desta forma, “A educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e em ações coletivas cotidianas” (GOHN, 2010).

A mesma autora (GOHN, 2010 e 2011) ainda destaca as áreas de abrangência da educação não formal: I) A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, ou seja, o processo de conscientização dos indivíduos para se ter uma compreensão política do mundo que o cerca, para além dos problemas emergentes locais; II) A capacitação

dos indivíduos para o trabalho, por meio do desenvolvimento de aprendizagens e habilidades, com o desenvolvimento de potencialidades; III) A aprendizagem e práticas que capacitam o indivíduo a se organizar com objetivos comunitários, com vistas à solução de problemas coletivos cotidianos, assim como construção e reconstrução da identidade coletiva do grupo; IV) aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados (GOHN, 2011).

Para Oliveira (2016):

A educação não formal não é herdada, é adquirida. Ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo e pode abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem ao longo do processo interativo, gerando uma evolução educativa. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado aos interesses e às necessidades dos que participam. (p. 93)

Assim, fica evidente a conexão entre educação não formal e emancipação social, que perpassa a autonomia do grupo, vista aqui como instrumento de formação cidadão. Para Gohn (2010), um desafio é a construção e a implementação de processos educativos que contemplem a autonomia e que preparem os educandos para adquirirem visão crítica sobre o mundo. Oliveira (2016), ao tratar especificamente sobre o processo educativo nos EES, admite que se trata de uma complexa construção social, que vai além de processos educativos de caráter exclusivamente técnico.

Acreditamos que um teor político no princípio educativo dos Empreendimentos Econômicos Solidários contribui para além dos critérios da eficiência (basicamente reportado ao grau de cumprimento de metas) da eficácia (relacionado ao grau de cumprimento de metas financeiras), devendo-se dar relevância aos benefícios econômicos, políticos, culturais e sociais efetivamente trazidos pelo processo educativo para os sujeitos. Ou seja, a ação de qualificação profissional precisa ser avaliada também pela capacidade de propiciar o empoderamento, como sujeitos individuais e coletivos, dos públicos envolvidos, seja como trabalhadores assalariados, como trabalhadores autônomos, ou cooperados. (OLIVEIRA, 2016, p. 123)

Para tanto, o educador social tem o papel substancial de estimular a escolha de temas geradores, já que não se pode ocorrer de forma aleatória ou imposto do exterior para o interior do grupo. Eles devem emergir do cotidiano do grupo. Além disso, as atividades devem ter um direcionamento para ocorrer um diagnóstico e possível solução para o futuro, já que “O futuro como possibilidade é uma força que alavanca mentes e corações, impulsiona para a busca de mudanças” (GOHN, 2010, p. 54).

Oliveira (2016) destaca o desafio da educação para a ES:

Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como

princípio a autonomia, devendo viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão (p.128).

Seguindo esse raciocínio, tem-se a importância do desenvolvimento de tecnologias sociais que estejam ao alcance da educação não formal e, em particular, dos trabalhadores da ES. Rutkowski (2007) admite que os EES, por se constituírem enquanto formas sociais de produção específicas, necessitam ter acesso a tecnologias alternativas, processos produtivos ou meios de produção adaptados às suas necessidades, objetivos e características.

Vale destacar que as tecnologias sociais podem ser entendidas como técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, “desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (RUTKOWSKI, 2007, p 69). Desta forma, podemos entender a importância da formulação de propostas pedagógicas por meio das tecnologias sociais.

Trata-se da construção de uma tecnologia social a qual dependerá do uso de métodos que permitam a apreensão da diversidade interna de uma comunidade organizada no interior de um empreendimento solidário, ou seja, a compreensão da sua dinâmica social, com seus valores e diversidades, o que sugere a pesquisa-ação como a metodologia a ser empregada (RUTKOWSKI, 2007, p 69).

Para Mello e Mello (2010), a sinergia entre ‘Economia Solidária’ e ‘Tecnologias Sociais’ é evidente, já que essas últimas contrapõem o determinismo tecnológico mediante a inserção ativa dos agentes na construção da tecnologia. Desta forma, valoriza-se o saber local, “acumulado tacitamente ainda que não sistematizado e, muitas vezes sequer refletido, pelas populações que trabalham em busca de formas de como sobreviver e de como se inserir no mercado com dignidade e autonomia” (MELLO; MELLO, 2010, p. 10)

Diante do exposto, a presente pesquisa tem um delineamento metodológico, como já apresentado, baseado no diagnóstico coletivo e no respeito à cultura produtiva e organizativa dos grupos de ES, com vistas à construção de um produto, uma tecnologia social, capaz de contribuir na resolução de algumas das suas dificuldades cotidianas e que contribua para a formação profissional de caráter emancipatório.

3 COM A PALAVRA: OS TRABALHADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Não há pessoa melhor para conversar sobre o dia-a-dia de um EES que os próprios trabalhadores da ES, isso porque são eles os desafiados cotidianamente na busca pela sustentabilidade de seus empreendimentos. A seguir será possível dialogar sobre algumas temáticas, a partir dos relatos de alguns entrevistados que, durante a aplicação de um grupo focal e de entrevistas semi-estruturadas, expuseram suas opiniões e angústias. Com isto será possível, portanto, o maior entendimento sobre as dificuldades e as concepções deles em relação ao papel que desempenham enquanto trabalhadores da ES.

3.1 MOTIVAÇÃO PARA CONSTITUIR-SE ENQUANTO TRABALHADOR DA ES

Os trabalhadores da ES apresentam histórias de vida diferenciadas, mas algo em comum quando se trata da constituição dos EES. Foi preciso, para cada um, uma dose de coragem e força de vontade. Quando questionados sobre os fatores que motivaram a constituição dos empreendimentos, os relatos trazem o aspecto econômico financeiro em primeiro lugar, ou seja, a busca pelo aumento de renda. Existe uma noção que a ES representa a busca pela melhoria das suas vidas, mesmo sendo desafiados cotidianamente.

E o que que a gente sente de bacana nisso? É que o pessoal diz: olha, eu não posso sair daqui, porque é renda que eu tô conseguindo de qualquer forma [...] Então, **a motivação surgiu a partir dessa necessidade de a gente melhorar.** (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

O que veio na cabeça da gente é pra **ver se a gente tinha uma rendinha melhor, né?** (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Eu percebo que foi **mais essa questão da necessidade, da necessidade mesmo financeira.** (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Querem estar em um grupo **fortalecendo a questão produtiva pra poder aumentar a sua renda.** Eu acredito que seja o principal ponto. Eles buscam uma vida melhor, eles buscam uma vida que tenha um pouco mais de rendimento. Esse é o principal motivo. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Não se pode esquecer que o surgimento e fortalecimento da ES, principalmente se considerarmos o Movimento de Economia Solidária no seu aspecto mais amplo, está diretamente ligado ao processo de exclusão (EID; GALLO; PIMENTEL, 2001), suscitada em grande parte pelo pouco (ou nenhum) acesso ao mercado de trabalho, ou ainda pelo acesso ao mercado superprecarizado, sazonal, e sem garantias trabalhistas. E, enquanto

pequenos produtos, continuam excluídos dos grandes mercados. Esta é uma realidade que se repete na atualidade.

Existe casos de pessoas que [...] **que não consegue acompanhar o mercado porque ele é desigual, né?** Ele [...] ele não [...] não pensa a sociedade como um todo, então óbvio que vai ficar, né? **Uma parcela da sociedade sem conseguir acessar recursos, sem conseguir competir, né?** Com a estrutura que está aí. Mas também aquelas pessoas que pensa diferente, e aí eu falo mais das comunidades que encontra, né? Na própria organização coletiva, a partir da sua comunidade, a partir do associativismo, né? **Algo diferente e constrói um novo jeito de gerar riqueza, de gerar recurso, né?** A partir dessa [...] dessas experiências coletivas. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Porque são pessoas que, por não terem acesso ao mercado... a maioria dos empreendimentos que a gente acompanha são pessoas acima de 30 anos, 30, 40, 50 anos, nessa faixa etária, e tem muitos jovens também que estão chegando, mas a maioria, que coordena [...] Então são pessoas que o mercado não oferece mais tantas oportunidades assim, são pessoas que não tem tanta qualificação para o trabalho, **tem qualificação pra empreender, mas o mercado não absorve porque o mercado quer outro tipo de mão de obra [...]** eles são excluídos por duas formas, pessoal, pela falta de qualificação, pela idade de estar no mercado de trabalho e como produtores porque produzem em pequena escala. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

No nosso caso, **a necessidade de sobrevivência, de renda, de estruturar-se também.** Porque como faz parte de agricultura familiar, a gente tinha uma safra no ano, né? Então, produzia e aí acabava. **E muitas pessoas tinham a necessidade de migrar pra outro lugar ou concorrer a um contrato de prefeitura, que é uma coisa horrenda.** Você apoia o candidato, você tem quatro anos naquele contrato, quando o candidato perde, você perde também, então é quatro anos trabalhando e quatro anos sem trabalho. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

É porque lá onde eu moro é uma área de assentamento, lá o povo trabalhava com cana de açúcar, as usinas cada vez mais falindo da nossa região, ficando mais difícil e o povo se deslocando, São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa, todos cantos pra arrumar a feira, então eu falei: **eu tô ficando velho, eu já tô ficando meio cansado, então eu vou tentar me organizar,** que de qualquer forma eu não vou [...] não é impossível. (ENTREVISTADO 2, grifo nosso)

Os entrevistados apresentaram também, como fator de motivação para o desenvolvimento do EES, o entendimento que suas produções irão responder a uma demanda da sociedade. Neste ponto, vale lembrar que um dos alicerces que sustentam as atividades econômicas da ES consiste no fortalecimento da economia local (SINGER, 2015), pois trata-se de produtores que buscam renda sem o anseio cego pelo lucro. Em geral, possuem vínculo com a comunidade ao redor e são também fortalecidos por ela. Os depoimentos a seguir trazem um pouco dessa discussão.

E em Logradouro foi a necessidade de um, assim, de uma [...] **um desenvolvimento econômico na cidade,** que trouxe, a gente... a criar e a viver a Economia Solidária. E, graças a Deus, foi uma, assim, uma alternativa positiva. (ENTREVISTADO 1, grifo nosso)

Então, a **própria necessidade do mercado foi motivando a gente** a montar o restaurante. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

As entidades de apoio, através da organização de espaços formativos, também são estimuladoras da constituição de alguns EES, como observa-se em alguns relatos. Na busca por fortalecer o Movimento de Economia Solidária, tem-se relatos de diversas intervenções, organizadas por Organizações Sem Fins Lucrativos – Ongs, núcleos de extensão, incubadoras, entre outras, no sentido de aproveitar as potencialidades de grupos e de regiões.

Eu fiz um curso de formação e, falar a verdade, a Secretaria do Estado, ela ficou cobrando, como foi aqui no Brejo que fez esse curso de formação, e ela disse pra mim uma palavra que eu nunca me esqueci. Ela disse que o dinheiro que foi pras pessoas que foram formada no Brejo tinha descido pelo ralo. **E eu fiquei com aquilo me machucando. Eu digo: pois não vai descer pelo ralo não, porque só se o povo quiser.** (ENTREVISTADO 1, grifo nosso)

Porque foi um curso que essa benção levou lá pra, ela e doutor Elias conseguiram o professor e levaram pra lá. Só que, eu sempre digo e não tenho vergonha de dizer, sou analfabeta, não sei ler, não sei escrever, só sei só assinar o meu nome. Mas, mesmo assim, **a gente continuou nesse curso.** (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Um fator interessante, percebido nos depoimentos, é que os trabalhadores da ES sentem e necessidade de se constituírem enquanto grupo produtivo. O fato de estar em grupo motiva cada um a ultrapassar as barreias cotidianas. O ato de produzir em um EES consiste, também, em momentos de relação social, de interação com os outros trabalhadores, que são, também, amigos, vizinhos, parentes etc. Este espírito de solidariedade se torna, inclusive, um diferencial em relação às empresas capitalistas.

E o que é que motiva a gente tá nessa luta e nesse trabalho? **O que motiva é a gente perceber no semblante de cada um.** (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Querem estar em um grupo fortalecendo a questão produtiva pra poder aumentar a sua renda [...] **é o fato de estar em grupo.** Que eu já ouvi de alguns, de outros, que estar em grupo, conversar, que dá risada, isso é importante pra eles também. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Eles também percebem que o processo produtivo, a partir dos alicerces da ES, fomenta o empoderamento dos envolvidos. Empoderar-se representa tomar o poder para si, nas mais diversas perspectivas possíveis: o poder da tomada de decisão, o poder sobre seu horário de lazer e trabalho, o poder sobre o que você produz, o poder de ser considerado igual ao outro, o poder sobre o seu corpo, etc. Os relatos destacados abaixo trazem esta percepção sobre a necessidade de empoderar-se.

E uma das coisas que eu sempre colocava na associação lá é o seguinte: que **o empoderamento, ele parte, além da sua identidade, de você assumir o que você é** enquanto agricultor familiar, enquanto mulher, é também pelo lado econômico. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

O banco poderia também ser um instrumento para fomentar o empoderamento tanto dos trabalhadores da agricultura familiar, os homens e as mulheres, **porque a gente fala muito de empoderamento das mulheres, a mulher, mas os homens também precisam de um empoderamento consciente, né?** (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

O empoderamento, visto como um processo, pode ser considerado um dos pontos chaves para a efetivação da ES enquanto forma socialmente benéfica de se produzir, já que a autogestão, enquanto forma de gerir um EES, se efetiva a partir dele. A seguir iremos abrir o diálogo em torno da prática da autogestão, na perspectiva de buscar vê-la aos olhos dos trabalhadores da ES e entender a magnitude do desafio de colocá-la em prática.

3.2 PRATICANDO A AUTOGESTÃO

Colocar em prática a autogestão vai de encontro com as experiências observadas e vividas por alguns que trabalharam em empresas capitalistas antes de se tornarem trabalhadores da ES. A heterogestão permite e direciona a tomada de decisão a uma pessoa ou um grupo que está, de forma hierárquica, acima dos trabalhadores (NOVAES; CASTRO, 2011), apesar desses últimos serem os reais produtores. Ao trabalhador resta cumprir a sua jornada de trabalho e garantir a produtividade, para manter o seu emprego. Logo, a transição para a autogestão não é automática. O trabalhador se depara com o desafio cotidiano que é trabalhar em grupo e de forma autogestionária. Quando questionados se praticam autogestão, os entrevistados demonstram que o processo de consolidação da autogestão existe, mas ainda em construção.

Sim. Eu acredito (que praticam autogestão), **mesmo que grande parte desses ainda não saibam**, mas como se trata de grupos familiares, de coletivos, né? De mulheres ou coletivo misto que estão trabalhando junto, que enfrenta diversas dificuldade pra poder decidir sobre o que vai fazer, né? Sobre a quem vai vender, sobre como se organizar. Então, mesmo passando, em alguns casos, **acontecendo alguns conflitos**, né? Por ter uma ou outra pessoa que iniciou, né? O processo e que às vezes dá um passo à frente, não tem muita paciência de [...] de trabalhar no coletivo. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Alguns, sim, outros não conseguem. Alguns, sim. O que eu vejo na maioria dos empreendimentos é uma pessoa levando o grupo, né? [...] exatamente porque tem essa dificuldade de organização interna, de encaminhamento das coisas, então ficam sempre achando que aquela pessoa que está coordenando é que deve fazer as coisas. E até eu [...] eu percebo que até essas pessoas que estão à frente, elas

absorvem um pouco disso, elas dizem “eu, eu, eu”, né? Vou fazer. Então, como grupo, eu não percebo muito não, isso não. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

É, tudo é eu. Tudo é eu porque a gente faz tudo aqui, né? **Aí tudo tem que ser eu.** (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

A participação efetiva dos trabalhadores de forma autogestionária requer, à priorie, a noção de responsabilidade e corresponsabilidade na tomada de decisão. Mas, o que estimula a corresponsabilidade? Observa-se essa preocupação nos depoimentos a seguir.

As discussões, às vezes acalora, né? As discussões, mas [...] mas depois a gente chega sempre a um consenso e trabalhar sempre com essa ideia, né? **Que a responsabilidade é corresponsabilidade.** (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Então, eles aos poucos passaram a perceber que a feira não dependia de mim, dependia de cada um de nós, então se eu tivesse ausente, eles topavam, se eles não tivessem, eu tava lá com quem tivesse pra topar. **Isso é autogestão, agora pra fazer autogestão, a gente precisa de um certo equilíbrio, tem uma responsabilidade, né?** Tem um espírito colaborativo, porque senão não rola. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Trazer essa perspectiva da responsabilidade solidária, onde cada componente, né? Ela [...] ele também se responsabilize e pense a instituição ou pense o empreendimento enquanto um todo, né? Então, é importante essa questão de trazer essa... essa responsabilidade [...] essa responsabilidade que ela deve ser incorporada por cada um... por cada um que faz parte de um empreendimento, de **saber também fazer essa diferenciação do que é uma autogestão numa perspectiva solidária.** (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Podemos encontrar uma relação íntima entre responsabilidade e o sentimento de pertencimento. O sentir-se pertencente a um grupo pode estimular a responsabilidade nas tarefas e o entendimento que o empreendimento também é deles, que a produção é deles. O depoimento a seguir possibilitam essa reflexão. O entrevistado usa em seu discurso categorias próprias do Modo e Produção Capitalista, como o uso dos termos patrão e empregado, na perspectiva de reconfigurar essa relação, colocando o cliente como o patrão. A ideia por trás desse raciocínio reside nas duas lógicas distintas presentes entre os EES, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2016): a empresarial e a solidária. O mesmo entrevistado, em depoimento posterior, demonstra como carrega o ônus de ser dono do seu empreendimento: o risco. Por isso, é preciso estar presente na racionalidade solidária a prática de gestão do empreendimento, uma gestão solidária.

Na Economia Solidária você não tem patrão, você não tem empregado, **mas o cliente, ele é o [...] ele é o todo, é o patrão,** ele é quem dá sugestão, chega: ah, eu gostaria que isso fosse assim! Então a gente tem que adequar aquela vontade, porque você vai perdendo a renda, né? (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

O empreendimento, como acho que ele mesmo descreveu na fala dela, ele é ‘altos e baixos’, né? E dentro de qualquer empreendimento, a gente tem que ter esse... né? Esse gráfico... **aprender a conhecer o empreendimento de acordo com o**

desenvolver, o desenvolvimento [...] no início de tudo, praticamente era uma venda na semana, pouca... preparava tudo, ficava lá, toda fardadinha, bonitinha, esperando na janela, como diz a música e nada acontecia. Então, a gente não tem problema, come, leva pra casa o que não vendemos, ainda hoje isso acontece, né? porque às vezes a gente tem que dizer assim: **hoje não deu pra mim, mas eu tenho que manter o empreendimento, e aí tem muita gente que não tá acostumado a fazer isso, né?** Que parece que [...] ah, eu quero salário, eu quero salário, e se for com essa ideia, não sai. Então, um mês pode sair bem, um mês pode sair menos, outro menos sai. Nossa, que bacana, dá até pra mim fazer algo diferente, e isso tem que ser muito bem calculado, **porque se você não investir no empreendimento constantemente, ele passa a não ter capital [...] é também ter o cuidado, o zelo, porque o empreendimento acaba sendo mais do que um filho.** (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Destaca-se a necessidade de se entender a autogestão na perspectiva da ES, ou seja, na perspectiva da gestão solidária. Constituindo-se como pilar da ES, a autogestão representa um modo diferente de administrar o grupo produtivo. Faz parte da autogestão, portanto, a noção da inexistência de hierarquia. Desta forma, o papel do patrão deve ser substituído pelo grupo. Este grupo deve apropriar-se de todo o processo que envolve a idealização, produção e comercialização do produto ou serviço, e participar democraticamente dos momentos de decisão, da construção cotidiana da equipe que irá desenvolver o pensamento coletivo.

Aí nós, forma de produção, nós trabalha junto, nós produz tudo junto, **aí hoje nosso patrão é nós mesmos**, e o bom é que a gente [...] por exemplo, verdura nós não compra mais, verdura nós não compra, hoje é nossas verduras, hoje tem alface, tem coentro, tem tudo lá no nosso quintal. (ENTREVISTADO 2, grifo nosso)

Pra mim, a autogestão é um pouco disso, **é o conhecimento estar na mão de todo mundo**, mesmo que todo mundo não consiga fazer as mesmas coisas, mas que isso seja, de certa forma delegada em reuniões, em momentos conjunto, né? De decisão. Então, **é a decisão coletiva da [...] do empreendimento**, em tudo que o empreendimento se constrói e em tudo que o empreendimento é, né? (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Nós somos uma equipe, nós trabalhamos coletiva [...] com a coletividade, quer dizer, nós somos um grupo aonde a gente divide ideias e a gente não tem uma ideia só, a ideia de dez é a ideia de um, a ideia de um não pode ser a dez, a de dez é que pode ser a de um, mas a de um não pode ser a de dez. (ENTREVISTADO 1, grifo nosso)

Seria o grupo sentar nas necessidades que cada um tem, pensar o trabalho, pensar as formas de fazer o trabalho e pensar as formas de vender o produto do trabalho. Seria essa questão de **pensamento coletivo**, né? [...] individualmente você ter... ter as condições de administrar o que você se propõe a fazer, né? Qualquer coisa que você propõe a fazer e você vai [...] vai desenvolvendo essa... essa capacidade de organizar, de pensar, de planejar, de encaminhar aquilo que você decidiu fazer, e como empreendimento seria isso em grupo, que gera um pouquinho mais de trabalho porque significa **chegar a um consenso de objetivo**, de planejamento, de encaminhamento e isso dá bastante trabalho, **e os empreendimentos não têm tanta capacidade, não estão tão capacitados pra essa [...] pra esse gerenciamento ainda**, talvez porque nem tenha essa [...] essa capacidade ainda de um planejamento pessoal, de organização, então no grupo é um pouquinho mais difícil ainda. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Destaca-se a opinião do entrevistado acima, ao trazer a dificuldade de se colocar em prática a construção coletiva diante de uma incapacidade que, segundo sua interpretação, é proveniente da falta de capacitação e manejo para gerenciamento. Mas, como estimular o pensamento coletivo? Que tipo de capacitação seria necessária para sanar essa dificuldade? Está presente no argumento dos entrevistados que a prática da autogestão é vista com mais clareza nos momentos de tomada de decisão coletiva, principalmente no gerenciamento econômico financeiro e na divisão das tarefas.

Mas assim, **o momento em que a gente põe tudo na mesa, né?** Tem que ter esse momento [...] os **momentos, eu diria, mais chatos, os momentos burocráticos**, conta de banco, a gente ter que se adequar as tecnologias pra você facilitar o trabalho e isso também é um custo, né? (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Então, nessa experiência, a gente já construiu cinco cisternas, então tem uma outra que está em processo de construção, **e esse trabalho tá sendo feito de forma coletiva e tá sendo gerido pelas própria [...] pelas próprias famílias, né?** Que estão... que vivem nesses assentamentos. Então **há um trabalho de [...] de construção coletiva** das próprias cisternas. Então de fazer [...] deles **fazer as reuniões, né? Pra poder designar quem que vai fazer o que**, quem que vai gestar o quê. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Outros pilares da ES estão presentes nos discursos dos entrevistados, como prática cotidiana, tais como a ideia de produção em rede, que faz os trabalhadores da ES perceberem que priorizando relações comerciais com outros trabalhadores da ES terá um efeito cadeia sobre o seu empreendimento, pois estará fortalecendo o Movimento Economia Solidária. Também está presente nos depoimentos o espírito solidário, o cuidado com o que está produzindo, no que tange a qualidade do produto, mas também a responsabilidade com a higiene e com o meio ambiente. Também destaca-se, nos depoimentos a seguir, que o trabalho é colocado como categoria central para os trabalhadores da ES, como já discutido por Singer (2015). É entendido, desta forma, que o valor criado origina-se do trabalho, logo, a remuneração de cada um deve ser mensurada de acordo com a quantidade de trabalho empregada.

Que quando eu posso também, eu compro alguma coisa de outro empreendimento, porque entre nós também tem que ter essa [...] essa venda, **pra que um fosse fortalecendo o outro**. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Também têm que ter aquela regra, infelizmente, a economia solidária tá dentro de um sistema capitalista, a gente precisa de anotações, de anotar as entradas, as saídas, o que arrecadou, o que gastou, né? A movimentação que vai ter, qual é o melhor produto que tá dando aceitação e **quando a gente fala no espírito solidário dessa gestão**, autogestão dessa economia solidária, a gente tem que entender que a pimenta que eu produzo, eu não tô produzindo só pra vender, eu tô

produzindo pra mim consumir, então se eu não quero problemas de saúde pra mim, eu não quero pra professora Tatiana, pra Rosângela, ou pra qualquer outra pessoa que vai consumir o meu produto, **então eu tenho que ter responsabilidade com o meio ambiente, com a higiene, né? Com a qualidade do produto que eu vou vender, né?** (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

O trabalho, às vezes a gente uma semana a gente trabalha pouco, mas tem semana que você [...] teve um dia que gente trabalhou 14 horas, 16 horas, e você: meu Deus do céu! Mas [...] no outro dia você não trabalha nenhuma, então porque a **gente também tem que cronometrar isso aí**, isso aí a gente coloca no cronograma de quanto cada um está trabalhando, porque eu acho que **o justo é receber conforme o seu desempenho de trabalho, né?** Quem trabalha mais, produziu mais, quem trabalha menos, produziu menos. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Aqui vale lembrar a racionalidade genuína que diferencia a ES da Economia Capitalista, bem explicada no depoimento abaixo.

Então, a economia solidária, ela nasce desse propósito, não é [...] não vou trabalhar muito pra poder ter mais, eu **vou trabalhar pra poder ter o necessário**, né? Ter aquilo que é importante pra mim, né? Pra minha família, pra minha comunidade. Então tem o [...] **o pensamento, ele é outro, né?** O pensamento não é ter lucro e ficar rico, mas o pensamento é eu cons [...] me construir e estar bem comigo, com a minha comunidade, com a sociedade, com a família. Então, acho que o pensamento, ele é diferente, né? (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Diante do exposto, colocar em prática a autogestão é um processo cotidiano de fortalecimento dos fundamentos que sustentam a ES enquanto perspectiva ideológica: corresponsabilidade, pensamento coletivo e democracia solidária. A seguir será possível avançar nesta discussão na perspectiva de discutir os problemas para se colocar em prática a autogestão. Alguns deles já estão presentes nessa análise, mas serão melhor aprofundados adiante.

3.3 AUTOGESTÃO ENQUANTO PROCESSO

A autogestão é um dos aspectos basais que diferencia um empreendimento de ES de um empreendimento capitalista. Como parte da autogestão, a tomada de decisão se torna mais complexa por envolver todos os trabalhadores vinculados ao empreendimento. Ao serem questionados sobre o processo de tomada de decisão que ocorre no cotidiano produtivo, a busca pela forma coletiva de decisão é bastante presente entre os entrevistados, seguindo a perspectiva de todos empoderar-se de tudo que se trata o empreendimento e o processo de decisão coletiva se tornar (de fato) uma experiência cotidiana, como expresso nos relatos adiante. Nos chama atenção, também, que faz parte deste processo ter a sensibilidade de entender que os trabalhadores podem expressar interesses diferentes e que, nessas situações, será preciso chegar ao consenso.

Então eu via dona [...] ou até mãezinha com 20 reais de lucro esperando uma reunião pra decidir o que que iam fazer com aquele lucro das primeiras feiras, né? Então, isso são... são experiências pequenas, né? De [...] de um grupo que tá ainda nesse processo de fortalecimento, mas que tem dentro do seu [...] do seu dia a dia, essa **experiência de saber decidir de forma coletiva** o que que vai fazer, né? (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Eles têm uma [...] uma experiência de se reunir, né? Uma vez por mês pra poder **pensar o que que vão fazer**. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Tem esse **exercício constante**, né? De decidir as coisas de forma coletiva. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Os relatos destacados a pouco nos mostram a busca pela tomada de decisão coletiva, até mesmo nas pequenas decisões. Vale destacar a importância de entender que cada integrante tem o seu tempo, e que o empreendimento deverá caminhar no ritmo que for consensuado pelo grupo, como mostra o depoimento adiante. Os processos avaliativos também são essenciais para a garantia do respeito a coletividade e, como bem expressou o entrevistado 5, compartilhar as angústias. Como cada empreendimento terá desafios e experiências únicas, o processo de aprendizagem precisa ser contínuo, e a aprendizagem também se dá a partir da avaliação de suas práticas. Os princípios da ES são, desta forma, fortalecidos a partir da vivência.

Eu acho que esperar o tempo do outro também é ser solidário, porque muitas vezes o **meu tempo tá lá na frente e os outros tão lá atrás**, né? E você tem que dar uma rézinha. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

A feira é o que deixa transparecer mais essa discussão de autogestão, qual é o momento de autogestão que vocês têm... que nós temos? É quando, ao final de cada feira, **a gente faz uma avaliação**, a gente avalia como é que tá a feira, não se preocupando de tá vendendo, mas se vale a pena tá aqui, aí por quê? Porque a gente tá aprendendo isso, a gente tá fazendo aquilo, descobrir coisa que eu não sabia, certo? Naquele momento de avaliação da feira, também é o momento em que a gente passa as orientações, a gente **compartilha entre nós as angústias** com relação às vendas. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso).

O pessoal da feira tem feito isso, a cada final de feira, a gente faz a avaliação, a gente apresenta sugestões e a gente decide de forma comum, não é mais uma imposição, assim: ah, foi x que decidi, foi y que decidi, dona x que decidi. Então, **eles avaliam tudo**, desde o comportamento da pessoa que não tá inserida, **não incorporou o espírito solidário ainda, né?** (ENTREVISTADO 5, grifo nosso).

FBES (2018) nos lembra que as iniciativas de ES constituem um movimento baseado na solidariedade. Singer (2015) segue o mesmo raciocínio e destaca a valorização da economia local. Nos chama atenção, a partir do depoimento destacado adiante, que a preocupação com o fortalecimento da economia local se faz presente, como já observado anteriormente.

Aí quando vem um domingo melhor, como foi o dia dos pais, que a gente apurou mais, mas aí tinha a menina que já fazia uns dias que não recebia, a água, o boião, aí foi distribuído tudo, aí ficamos sem, mas pelo menos a gente fechou toda a rede que a gente tinha, porque a gente lá usa o gás, é o mínimo que vende lá, por que **a gente optou pelo gás de lá, é bem mais caro, mas já é uma ajuda pro menino que já fica lá.** (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

Desta forma, ao levar em consideração que defende-se uma forma diferente de pensar, a administração do empreendimento deve ocorrer colocando como prioridade a sustentabilidade do empreendimento, porém, os valores levados em consideração no processo decisório são outros.

O desafio da a autogestão se faz presente em vários aspectos. Um dos entrevistados mostrou a dificuldade presente em alguns empreendimentos de se desvincular das entidades de apoio, até o ponto de ficarem esperando as orientações delas.

Centralizados ainda, ou então **esperando** que as instituições tomem as decisões por eles. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Vale lembrar que as entidades de apoio compõem a rede de suporte da ES, sendo crucial para o fortalecimento da Economia Solidária no mercado capitalista (FRANÇA FILHO, 2007). Assim como, já foi observado aqui que muitas entidades de apoio foram motivadoras da constituição dos EES. Entretanto, este apoio e acompanhamento não pode interferir na construção da autogestão e autonomia do empreendimento.

Na prática cotidiana da produção, os trabalhadores coletivamente organizados se deparam com diversas decisões. A divisão das tarefas, de modo a gerar bem-estar para todos os envolvidos e eficiência na produção, se dá levando em consideração a habilidade adquirida de cada um, a experiência em tarefas específicas e também a afinidade. A preocupação em buscar eficiência de forma natural, sem ser por imposição, fica evidente nos depoimentos.

É porque é assim, cada pessoa [...] no meu ponto de vista **cada pessoa tem um ponto melhor**, que sabe produzir melhor e mais, entendeu? (ENTREVISTADO 2, grifo nosso)

A gente usa o critério do... de que **a experiência (é irmã da ciência)**, mas é adquirida com o tempo. Então, a gente tá aprendendo isso com o tempo, cada momento a gente aprende um fato novo, né? (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Então, um dos princípios é a **habilidade** daquele grupo. Cada um tem uma habilidade diferente. (ENTREVISTADO 4, grifo nosso)

Também está presente nos depoimentos, destacados a poucos, o entendimento que a *expertise* ocorre com o tempo, então é preciso ter paciência para que os trabalhadores do empreendimento recém construído alcancem a produção desejada, assim como contribuam da melhor forma e de acordo com suas capacidades. Para Faria (2017), a organização do empreendimento solidário precisa ser baseada na democratização da gestão, inclusive na divisão das tarefas, o que inclui o respeito às individualidades como um direito.

Apesar de se fazer presente a divisão das tarefas, o entendimento de todo o processo produtivo, por parte de todos os trabalhadores é essencial para a prática efetiva da autogestão. Um dos entrevistados, inclusive, destaca a experiência de compartilhamento do conhecimento adquirido em espaços formativos que, em geral, são frequentados por um dos integrantes do empreendimento, enquanto os demais garantem a continuidade da produção. Entretanto, apesar de possuírem uma visão completa da produção, um dos entrevistados destaca que a prática do “chegar e fazer” não tem sido acompanhada de uma organização prévia, de um pensar coletivo antes da ação.

Tem que ter [...] Então, de qualquer forma, **todo mundo tem que saber de alguma coisa, mas tem aquele que a pessoa se identifica mais.** Então, aquilo que mais me identifica, mais tem que fazer. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

Eu percebo que sempre tem aquela ou a [...] sempre tem aquela que fez um curso, né? Que sabe mais. Então, no caso das mulheres que produzem sabão tem aquelas que fizeram curso pra aprender, né? E **aprendeu a fazer o sabão e elas repassaram as informações pras outras.** (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Acho que eles têm noção inteira, não acho que eles [...] eles façam em pedaços não. Só a forma de se organizar é que chega e faz, né? **Não é aquela coisa pensada** como uns empreendimentos assim já de maior organização, as cooperativas, por exemplo, né? (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

De fato, a organização do processo produtivo ainda é um desafio. A prática tem ditado a tomada de decisão cotidiana, principalmente no que tange a divisão das tarefas, mas já se torna uma preocupação a falta de planejamento, que poderia tornar o processo mais organizado e passível de projeções a médio e longo prazo. Um dos entrevistados dos depoimentos disponíveis a seguir alega que a dificuldade é de autogestão, já que alguns não se auto-organizam de forma natural, visto que necessitam que um tome a frente. Aqui vemos o papel do líder do empreendimento. A liderança é benéfica se for surgida naturalmente e propiciar o desenvolvimento do empreendimento, mas sem ferir a autogestão.

Coloca-se também a falta de compreensão dos trabalhadores sobre o trabalho em grupo, justificada por uma falta de credibilidade no que fazem. De fato, para o grupo se

fortalecer enquanto grupo é preciso, primeiramente, acreditar no diferencial que se tenta construir a cada dia. O entendimento que o seu produto fortalece um movimento mais amplo, chamado de Movimento de Economia Solidária, e a crença nos seus princípios, ajuda na construção coletiva e no próprio fortalecimento deste movimento.

Não acho que elas sentaram e disseram: olha, a sua função vai ser essa, a sua função vai ser essa. **Foi simplesmente se organizando na prática**, na vivência lá do trabalho. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Mas é porque existe [...] **eu sinto uma falta de planejamento**, muita coisa, às vezes, não acontece por conta de um planejamento. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso).

Eu acho que não tem essa coisa organizada não, até porque isso já é um resultado de uma autogestão, e acho que a maior [...] **a maior fragilidade é essa falta de autogestão**. Então, não acho que seja muito assim não, organizado não. Alguns ainda esperam por outros, se [...] se aquela não [...] não puxar, a coisa não vai funcionar [...] Eu acho que eles **não conseguem ter uma compreensão ainda de como um grupo se organiza**, mas acho também que é um pouco de **falta de credibilidade** no que eles mesmo fazem. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Ainda é possível observar a repetição de práticas usuais do meio laboral capitalista no cotidiano de um EES. Neste ponto, vale lembrar que no capitalismo o trabalho é reduzido a um emprego (FRIGOTTO, 2009) e as relações de produção propiciadas são hierárquicas, havendo aqueles que mandam e os outros que obedecem. Até mesmo nas estruturas aparentemente horizontalizadas, é retirado do trabalhador as possibilidades concretas para a tomada de decisão e criação. Esta é a base da heterogestão predominante nas organizações modernas. Foi percebido em um dos depoimentos a situação em que a liderança de um empreendimento assume a função de gerência ou patrão dos demais, e assume-se esse papel legitimada pelos demais, demonstrando, inclusive, dependência em relação a divisão e cumprimento das tarefas, como observa-se nos depoimentos a seguir.

Quando ela chega, sempre eu aviso: olha fulana, você vai faça isso. Você faça isso e eu faço aquilo, porque pra deixar tudo pra uma pessoa só aí já é demais. Se fosse só meu, eu poderia fazer só, mas não é, da turminha que tá junto, cada (qual) faça. (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Aí a menina fica naquela, **fica tudo só se escorando em mim**, tudo tem que ser eu, se é pras meninas descer comigo, se é pra descer pra pegar o óleo, tem que ser comigo, se é pra comprar material, tem que ser comigo, no dia que é pra fazer os produtos tem que tá na casa delas chamando, chamando pra elas ir, pra não desistir, porque desistir é pior. (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Não se pode negar que o papel da liderança é crucial. Entretanto, a prática de esperar que um tome a decisão, assumindo o papel de gerência, vai de encontro com a ideia de

liderança democrática. Essas experiências mostram como é grande o desafio da autogestão, até porque a existência de lideranças em cada empreendimento é fruto de uma construção natural. Esta liderança, entretanto, deve assumir o desafio maior que é estimular a democracia dentro do grupo, como destaca o entrevistado a seguir.

A liderança, ela é fundamental, porém, **tem que ser uma liderança que consiga fazer essa [...] esse diálogo democrático**, organização democrática, encaminhamento democrático, planejamento democrático, e tenha essa capacidade. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Esta prática pode ser evitada se desenvolvida a pró atividade dos envolvidos, já que se não for delegada a tarefa eles não fazem, assim como criar mecanismos de estímulo a criatividade ao ponto que as ideias possam ser escutadas e discutidas em espaços colaborativos. Essas experiências estimularão o senso de corresponsabilidade. Nas palavras de Eid, Gallo e Pimentel (2001), o sucesso de uma iniciativa autogestionária está além da vontade sincera do grupo, é preciso concretizar-se na prática cotidiana, na busca, inclusive, pela implementação de inovações que contribuam para a sobrevivência do empreendimento no mercado. Além disso, é importante fomentar a reflexão e compreensão do diferencial que eles possuem em relação a uma empresa capitalista. Ou seja, é preciso saber que a construção coletiva requer repartição justa dos ganhos, mas também das tarefas, de modo que a tarefa de um é dependente da tarefa do outro.

A divisão sexual do trabalho, como parte da cultura patriarcal que todos sofremos influência, também é percebida entre alguns EES, principalmente naqueles vinculados ao meio rural, como destaca o entrevistado 6 no depoimento abaixo. Podemos perceber, mais uma vez, que a construção da ES é um processo cotidiano de negação do que estava acostumado a ver e fazer em uma empresa capitalista e nas relações de gênero pré-estabelecidas pela cultura do capital. Benini (2011) nos lembra que trata-se de uma práxis organizacional que não se esgota na organização do empreendimento em si, mas principalmente na ressurreição de valores.

E em relação aos grupos do campo, né? Que são os assentamentos. Então há uma divisão, né? Que a gente pode dizer **divisão sexual do trabalho**. Então, por mais que as mulheres estejam trabalhando nos grandes roçados, né? Nas roças, como eles costumam dizer, as mulheres ainda são responsáveis de fazer o trabalho da casa. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Dentre as dificuldades de colocar em prática a autogestão, os entrevistados destacaram que muitos não possuem o entendimento do que é autogestão, muito menos que é uma característica basal da ES. Ainda tem aqueles que não se reconhecem enquanto ES,

apesar de praticarem a ES. Muitos iniciam o processo produtivo sem uma reflexão acerca da ES. Em outros casos, tem aqueles que se denominam como ES mas mantêm práticas características de empresas capitalistas. Um dos entrevistados, inclusive, usou o termo “autoenganados”, como denominação para a essa prática que pode ser explicada pelo desconhecimento do que é, de fato, Economia Solidária. Em outro depoimento, o entrevistado relaciona a falta de compreensão com baixa autoestima representada pelo desconhecimento, por parte dos trabalhadores, do valor do seu trabalho.

É, não começou assim, né? **A gente não começou praticando autogestão, né?** Como eu falei, veio a ideia por conta da necessidade de capitalizar de fazer a captação de recursos e a proposta da [...] das finanças solidárias apareceu como uma alternativa, daí veio a economia solidária. **E o que era a economia solidária?** [...] Então, quando começamos, **não existia essa preocupação com a autogestão, né?** Eu estava na coordenação do projeto. (ENTREVISTADO 5, grifo nosso)

Mas **não vejo, né? Que todos tenham essa [...] essas informações, né?** Que todos percebem que estão praticando uma economia solidária, autogestão.” [...] Então, a gente sabe que tem vários grupos que vivem numa perspectiva de economia solidária e não sabem, não (têm nenhuma) identificação, como tem outros que estão iludido, vive fazendo um trabalho muito de [...] **que está mais aliado ao capitalismo** do que à economia solidária, mas acha que é economia solidária. Então, eu acho que tem também esses processos, tem esses **autoenganos**. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

A compreensão do que é autogestão, a compreensão do que é empreendimento, a compreensão do [...] do valor do seu trabalho que passa por uma [...] por uma questão de **autoestima** também do meu valor como pessoa nesse grupo. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Você acredita que se vocês se vissem como iguais, seria mais fácil dividir as tarefas? (PESQUISADORA)

Eu acredito que sim. (ENTREVISTADO 9)

E o que falta pra vocês se verem como iguais? (PESQUISADORA)

Se unirem mais, né? (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

A valorização do trabalho, como já exposto, vai de encontro às leis naturais do sistema capitalista. Pelo contrário, no capitalismo os trabalhadores são alienados e não são tratados como iguais no processo produtivo de uma empresa capitalista. Até mesmo para os trabalhadores da ES reside a dificuldade deste entendimento, já que, vale lembrar, a maioria tem experiência laboral em empresas capitalistas. Por isso, é preciso apropriar-se do significado do trabalho para a ES a fim de fortalecer uma nova cultura do trabalho. Esta realidade interfere, inclusive, na noção de coletivo do grupo, como bem expressou um dos entrevistados.

Desta forma, a estrutura de produção que muitos trabalhadores da ES estavam acostumados antes de iniciarem seus empreendimentos trata o trabalho como um fator de

produção qualquer. Não se estimula a reflexão do processo produtivo e participação na tomada de decisão. Assim, o trabalho intelectual é separado do trabalho braçal (SAVIANI, 2007). A partir desse histórico de vida laboral, os trabalhadores da ES ainda não se veem como protagonistas do processo.

Há um certo medo, talvez dos empreendimentos de [...] medo de se pautarem, de se colocarem na frente. Então, acho que a gente ainda tá vivendo esse processo do pessoal, de modo geral, **se entenderem como protagonista**, né? Então, eles estão sendo protagonistas de alguma forma, mas eu percebo que falta essa [...] esse cair na real. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

Os entrevistados trouxeram algumas considerações sobre a dificuldade de se manter o comprometimento dos trabalhadores e a responsabilidade com as tarefas, assim como a convivência em grupo. Um dos grandes desafios reside na constituição do grupo em si. O sentir-se pertencente ao grupo é um processo que ainda requer atenção, como destacado em vários momentos desta análise. Este pertencimento está relacionado com o entendimento da existência de um objetivo em comum, que deve ser alcançado com a contribuição de todos, caso contrário, não será atingido. A falta desta noção tem como resposta a despreocupação com o fortalecimento dos momentos de discussão coletivas e a falta de responsabilidade com o cumprimento das tarefas, assim como o despreparo para lidar com as eventualidades do dia-dia.

Que nem diz a história, a feira for começar muito cedo, nove hora do dia, nove e meia, a maioria dos agricultores já vendeu tudo, graças a Deus, já vendeu tudo. E quando eles vende, eles não querem ficar ali na feira esperando quem não vendeu esperar pra começar não, **a gente já vai embora**, que a gente vai cuidar lá das hortaliça, tem que plantar, tem que aguar, tem que não sei o que lá. (ENTREVISTADO 1, grifo nosso).

Da dificuldade pra mim, que eu acho, é **ter a responsabilidade de fazer tudo na hora certa e não deixar faltar**. Por exemplo, eu crio peixe. Aí não pode deixar passar meia hora, uma hora, não pode. A hora de aguar as planta, não pode [...] nós tem capacidade de ter essa responsabilidade, basta prestar atenção, né? Prestar atenção e dizer assim: eu tenho capacidade! Eu sou uma pessoa bem, eu tenho saúde, eu tenho capacidade! É só a gente procurar ser responsável pelo que faz. (ENTREVISTADO 2, grifo nosso)

Eu acho assim, sabe? Que deveria ter uma formação, pelo menos uma vez por ano, em cada empreendimento, pra conscientizar. (ENTREVISTADO 1)

Sobre o que exatamente? (PESQUISADORA)

Sobre a convivência dos econômicos solidário [...] se tem 20, não é de 10, se tem cinco, não é de três, é de cinco. Aquela responsabilidade ali de agir junto é de... se tem 20, é de 20 [...] mas todo mundo tem que fazer e **todo mundo que tá ali tá no mesmo objetivo, trabalhar junto.**" (ENTREVISTADO 1, grifo nosso)

(Esta noção) Que depende de todos nós e que a energia e a força que um colocar aqui **todo mundo tem que colocar igual** pra coisa acontecer e vai acontecer, tem não. Eles não têm. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Então quais são as dificuldades? Uma delas, a **convivência em grupo**. [...] Essa falta de compreensão mesmo do que é o grupo, tem o desejo de estar ali, de ter uma renda maior, mas isso não acontece num estalo de dedos, **isso é um processo**. Então, nesse processo, quando as coisas não [...] não vão sendo como se pensava ou como se imaginava que fosse, aí tem os recuos. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Como já dialogado aqui, a liderança da comunidade assume papel substancial na constituição do grupo de produção, já que é aquela escutada pelos demais e que, provavelmente, será também a liderança do empreendimento. Entretanto, em um depoimento o entrevistado descreve a dificuldade de lidar com a mistura entre interesses pessoais e coletivos, o que irá interferir no fortalecimento do grupo, já que os interesses coletivos precisam sobrepor os individuais.

Nessa nossa tentativa de organizar o grupo e acreditamos que uma liderança de lá pudesse somar, só que essa liderança de lá não somou, ele dividiu novamente o grupo que tinha **interesses particulares**. Dividiu, corrompeu o grupo no sentido de [...] de não acreditar, de achar que o trabalho pensado, né? Sentado, pensado, organizado não ia pra frente, tinha que ser rápido, tinha que funcionar rápido. Então essa liderança contaminou o grupo, dividiu novamente e não teve organização. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Na busca por encontrar soluções, os entrevistados dialogam em torno da constituição de um cronograma com momentos de formação de forma planejada. Novamente percebe-se a angústia de buscar uma reflexão concomitante com a prática em si.

[...] fazer, sei lá, **um cronograma**, aí vai pra um empreendimento, faz essa palestra. Até porque eu acho que é necessário. (ENTREVISTADO 1, grifo nosso)
 Você tá falando que além [...] seria pensar de forma ordenada, orquestrada, né?
Planejamentos, formação [...]. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)
 Projetos. (ENTREVISTADO 1)
 É, um projetozinho. Entendi. (ENTREVISTADO 6)

Além das dificuldades organizacionais internas no empreendimento, os entrevistados ainda elencam dificuldades para lidar com o fato de o mercado requerer algum tipo de formalização do empreendimento e de não existir uma adequação clara para um trabalhador da ES.

E aí é onde tá o processo todo, ele é artesanal, mas ele tem que ter qualidade, ele tem que ter durabilidade, ele tem que [...] como é que diz? **Essas exigências de mercado, que a gente às vezes não tá sabendo como lidar**, de código de barra, que eu também não sei nem o que é, essa gestão de agricultura familiar, que tem que ser MEI, porque se você não é MEI, você não abre uma conta, você [...] tem tudo isso, mas eu que sou agricultor, como é que eu fico perante a legislação? Então, é muito complicado isso aí. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

Diante do exposto, percebe-se que os trabalhadores da ES se deparam com um leque de dificuldades de cunho cultural, ideológico e operacional, para conseguirem chegar mais próximo do que chamamos de Economia Solidária. A autogestão requer o comprometimento não visto na heterogestão, e a constituição do grupo assume importância maior nesse contexto. A seguir é dada continuidade a essa discussão, mas trazendo um outro aspecto igualmente importante para esses trabalhadores: a autonomia.

3.4 AUTOGESTÃO E AUTONOMIA DOS EES

Construir a autonomia requer ir além das práticas usuais e pensar, por exemplo, na perspectiva de um empreendimento que precisa ter seu espaço no mercado, ou seja, gerar rendimento para os trabalhadores, mas não a qualquer custo. O depoimento a seguir demonstra como a autonomia é um conceito amplo e que, a busca por ela requer legitimar-se enquanto trabalhador da Economia Solidária posicionar-se enquanto ser autônomo às tentações do mercado capitalista. A força para isso está na construção do grupo e da “autonomia de ser”.

Eu fiquei aqui pensando que quando se trata de autonomia, é algo muito, muito amplo, né?! [...] Se o grupo, ele tem esse entendimento que ele construiu na sua [...] na sua forma organizacional, né, uma autonomia econômica, uma autonomia política, então, esse grupo, ele vai conseguir fazer relações sem perder essa autonomia, né? [...] Então, o grupo, ele é autônomo, [...] **Se todos os componentes do empreendimento, ele compreende essa autonomia de ser, né? Essa responsabilidade no fortalecimento, no construir o grupo.** Porque daí ele não vai [...] se ele tem esse entendimento de que eu tenho que o fazer melhor, né, pra [...] e em cima disso ele vai construindo essa ideia de que: ó, nós somos autônomos, a gente tem uma forma... nós somos economia solidária, trabalhamos numa perspectiva [...], então, eu não vou me aliar, nem vou me juntar a nenhum tipo de organização ou figuras políticas ou [...]. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Segundo os entrevistados, falar sobre autonomia remete à reflexão sobre autogestão. Para eles, são práticas que caminham juntas, como observa-se nos depoimentos a seguir.

Ah, **autonomia é justamente essa coparticipação no processo, né?** Na medida que você se empodera do empreendimento e do processo, que deslança aquilo ali, você vai dizer: não, eu sei de cada coisa que tem aqui, eu domino isso, eu domino aquilo, eu sei. **Porque é, por isso que a gente chama, autogestão, né?** Porque à medida em que você vai se empoderando daquilo ali, ele vai [...] ele vai fluindo. A dificuldade é no começo. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

A **autogestão, ela leva a autonomia diretamente**, porque se o grupo, ele tá organizado, se o grupo, ele **pensa** o seu trabalho, **pensa** como se organizar, **pensa** como vai encaminhar as coisas, se ele **pensa** financeiramente, né? Toda essa

questão de como funcionar, ele [...] ele vai desembocar na autonomia. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso)

Uma coisa é ter, o que ela ofereceu, ter um curso de autogestão, ter um plano de formação pra esses empreendimentos. Eles sabem o que fazer na prática deles, **mas aí na maioria das vezes nem todo mundo sabe se autogerir, ter a autonomia**, dizer assim ó: a gente vai tá precisando de cinco mil reais pra ajeitar nosso empreendimento, mas aonde a gente vai buscar? **eles esperam muito**. (ENTREVISTADO 4, grifo nosso)

A partir das falas destacadas percebe-se, inclusive, que eles trazem dois aspectos da autonomia: o individual, na perspectiva do trabalhador entender o processo produtivo e as nuances do seu trabalho na busca por empoderamento para atuar ativamente na tomada de decisão; mas também a visão de autonomia do grupo, na perspectiva do grupo pensar sobre as ações desenvolvidas no e pelo empreendimento, com vistas a não depender de agentes externos para a tomada de decisão. O pensar, a reflexão em si, se tornam essenciais para a prática da autogestão e autonomia.

A autonomia do grupo pode ser refletida a partir de alguns sentidos. Podemos citar aqui três: I) A autonomia econômica, com vistas a não depender de auxílios externos para continuar a produzir, sendo capazes de gerar fluxo de capital para a continuidade e fortalecimento do empreendimento; II) autonomia política, sem vínculos com grupos políticos, III) autonomia (que podemos chamar de) operacional, na perspectiva de não depender de agentes externos, como as entidades de apoio, para fazer acontecer a produção e comercialização dos produtos ou serviços.

Desta forma, discutir autonomia nos leva a retomar a reflexão sobre a relação dos empreendimentos com as entidades de apoio. No depoimento que segue, o entrevistado relata a dependência que alguns grupos para solucionarem dificuldades cotidianas. O depoimento seguinte nos remete a atuação das entidades para com os trabalhadores da ES. Para o entrevistado, as entidades de apoio atuam na construção da autonomia do grupo, mas existe uma dificuldade de envolvimento. Este entendimento nos leva, novamente, a destacar a importância da construção e legitimação do grupo, já que o envolvimento é influenciado pelo sentimento de pertencimento ao grupo, na perspectiva de, inclusive, romper as barreiras culturais que pode fazer os trabalhadores se sentirem dependentes de agentes externos na tomada de decisão. O terceiro depoimento destacado abaixo nos remete a essa reflexão.

Na maioria dos grupos que a gente acompanha, a autonomia, eles esperam muito do que a entidade vai ter a oferecer ao grupo. [...] **eles estão atrelados, esperando que as entidade de apoio apresentem pra eles a solução**. Quando, na verdade, a gente espera o papel inverso. (ENTREVISTADO 4, grifo nosso)

Eu percebo que as entidades, elas [...] as que eu conheço, apoiam e estimulam esse caminhar sozinho. **A crise mesmo é de envolvimento.** (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

A gente é acostumado, porque [...] eu já falei aqui e retorno, desde a colonização, a gente vive assim, num país muito paternalista, assistencialista, né? **E a gente é acostumado com aquela figura de ter alguém pra tá dando aquele suporte** [...] E com o passar do tempo, a gente se apegou muito ao pessoal e a gente percebia que o pessoal queria se livrar da gente, e a gente: não, agora não! (ENTREVISTADO 5, grifo nosso).

Como bem colocado pelo entrevistado, no depoimento a seguir, trata-se de um processo influenciado pelo desenvolvimento do próprio empreendimento.

Mas e **aí há uma construção**, né? Acho que desde a criação dos grupos, a ideia é essa, mas, de modo geral, são autônomos, né? Mas quando eu penso em relação à questão da [...] dos recursos, né? Que esses empreendimentos têm, então, eu penso que pra que seja constru [...] eu penso que [...] que essa autonomia, ela também vai depender do crescimento, né? Do fortalecimento desses empreendimentos pra produzir mais, pra saber, entender melhor daquilo que faz, né? (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

A autonomia econômica esbarra por uma barreira: o mercado. Nos depoimentos abaixo percebe-se a ponderação que os entrevistados fazem quando trazem o diálogo entre autonomia versus mercado. Na visão deles, a autonomia acaba quando são impostas algumas padronizações para comercialização no mercado capitalista, além de estarem na dependência dele para absorver toda a produção.

Nós temos que sobreviver de alguma forma, nós temos que gerar renda, não é? **O mercado, ele determina a nossa autonomia** na hora que ele exige que, pra colocar as nossas mercadorias, a gente tenha o código de barra, isso [...] e o código de barra, depois que a gente conhece, a gente descobre que com um código de barra no seu [...] você vai vender, você vai poder vender, você vai bombar e tudo [...]. (ENTREVISTADO 8, grifo nosso)

Nós temos 15 mil aves, mas **o mercado** só comportou, se eu não me engano, cinco mil. Falta de plano de negócio [...] por isso que a gente tem um monte de agricultor aqui jogando laranja, derramando lá longe, porque não tem uma demanda, aí o mercado... como é que diz? Saturou. (ENTREVISTADO 3, grifo nosso)

Isso acontece porque os produtos da ES são comercializados, em grande parte, no mercado capitalista e, por isso, precisam se enquadrar em um padrão específico, além de estarem sobre a influência dos concorrentes e da demanda. Esta barreira pode ser minimizada a partir da construção e fortalecimento dos já existentes espaços de comercialização específicos para os produtos da ES, que são ocupados pelos consumidores da ES. Mas, além disso, é preciso pensar que a autonomia está relacionada, também, com a forma que o grupo

vai lidar com os percalços da produção e comercialização, pois, as dificuldades sempre existirão, mas a forma como o grupo irá lidar com elas irá definir sua autonomia e autogestão.

Na busca pela ‘autonomia de ser’, o ponto de partida pode ser a ‘consciência de si’. A autonomia econômica, política, operacional etc. é precedida e acompanhada, de forma dialética, pela compreensão do que está construindo, ou seja, do entendimento do que é ES, do que é autogestão. Um dos entrevistados, inclusive, confessa não entender o que é autonomia, como observa-se a seguir.

Vocês [...] vocês se sentem autônomas? Você entende o que seria um grupo autônomo? (PESQUISADORA)

Eu vejo falar, mas eu não entendo. (ENTREVISTADO 9, grifo nosso)

Quando você demanda e precisa de uma formação para um fortalecimento da consciência, não é? Que é justamente, **porque se o grupo tiver fortalecido consciencialmente, aí o grupo vai saber negociar com quem quer que seja.** (ENTREVISTADO 8, grifo nosso)

Se não tiver um bom entendimento da conjuntura, o empreendimento, ele pode ter problemas de autonomia? (PESQUISADORA)

Sim, sim. (ENTREVISTADO 3)

Com certeza. E não só de autonomia, **mas também de entendimento do que que é autonomia**, sabe? Porque, por exemplo [...]. (ENTREVISTADO 6, grifo nosso)

O que que é economia solidária. É, o que que é economia. O que que é autogestão” (ENTREVISTADO 8, grifo nosso).

Quando questionados sobre os processos formativos que participam e/ou gostariam de participar, além das demandas à título de capacitação, percebe-se a angústia em várias áreas. Destaca-se a necessidade de formação sobre a própria Economia Solidária, como observa-se a seguir. No segundo depoimento do entrevistado 6 colocada a sugestão de formações via intercâmbios, com vistas a conhecer a realidade de outros grupos e empreendimentos. De fato, o perfil dos trabalhadores da ES está mais direcionado ao aprendizado via prática e vivências, indo para além dos aspectos teóricos.

Se eles compreendessem, se os empreendimentos **compreendessem a ideia de economia solidária, o que [...] quais são os valores que estão nessa prática**, já seria uma formação política muito [...] muito grande. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

Desde a **própria teoria do que que é economia solidária**, né? [...] acho que uma das formações que eu acho que [...] que a gente deveria construir, seria **formação que perpassa por intercâmbios, né? De conhecimento de outras realidades**, de outros fóruns, de outros grupos, de outras organizações, né? Tanto empreendimento como ONG’s ou até universidades que trabalham com isso, né? (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Especificamente no que tange a formação técnica, os depoimentos a seguir mostram uma demanda maior na formação sobre aspectos da gestão do empreendimento,

tais como gerenciamento de recurso, vendas, divisão das tarefas, repartição das sobras, organização do tempo de produção, venda etc.

De coletivo, de participação, de gerenciamento de recurso, de marketing. Tem um monte de coisa [...] **Gerenciamento dos recursos**, como eles vão organizar esse [...] esse valor do produto, essa [...] a **venda do produto**, a parte de lucro, o que é lucro, o que que tem que ficar pra poder gerar [...] gerar [...] circular [...] Uma ideia mais clara de quem... quem pode ser o **vendedor do produto** [...] E assim, como [...] como fazer o tempo, como **organizar o tempo** pra que tenha uma boa produção, uma boa produção sem [...] sem prejudicar o que cada uma faz, organizar um pouquinho essa divisão de tempo. (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

Orientar a gente. (ENTREVISTADO 2)

Pode orientar em quê? (ENTREVISTADO 8)

Na produção, em [...] nas venda, essas coisa. A gente quer gente que ensine a gente a caminhar. Ensine a gente caminhar. Eu não preciso assim, vamos dizer assim, totalmente, que ele me dê dinheiro, eu não preciso [...] vou te dar tanto. Não, **eu quero que ele me ensine. Porque eu tenho saúde pra trabalhar. Eu quero que ele me ensine.** (ENTREVISTADO 2, grifo nosso)

Destaca-se na fala do entrevistado 2, acima, a ânsia por conhecimento e o entendimento que o futuro do empreendimento está nas mãos deles. Mas eles sentem a necessidade de momentos de aprendizagem, do contato com pessoas que possam partilhar conhecimentos importantes para a sobrevivência dos seus empreendimentos.

Após da discussão proposta aqui, podemos considerar a relação íntima entre autogestão e autonomia. Além disso, a importância da constituição de um grupo forte e consciente do papel que desempenha na sociedade para conseguir colocar em prática a autonomia e autogestão nos mais diversos espaços. A autonomia parte de dentro (autonomia em si) para fora (autonomia do grupo) e esbarra em algumas barreiras, como a cultura da dependência e o mercado, barreiras essas que serão mais bem ultrapassadas através do empoderamento do grupo. Esses trabalhadores anseiam por espaços de aprendizagem, possuem demandas urgentes de espaços de formação, tanto em relação a aspectos técnicos mas, também, direcionados a autogestão e ES.

4 A PRÁTICA RFLÉTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL PARA OS TRABALHADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pretende-se, aqui, apresentar o produto educacional desenvolvido nesta pesquisa, que buscou, como será percebido adiante, contribuir com a reflexão sobre os princípios da Economia Solidária com vistas a estimular o seu fortalecimento na prática cotidiana. Em seguida, o procedimento e os resultados da avaliação de aplicabilidade deste PE serão descritos, assim como as impressões após a sua aplicação em um EES.

4.1 DO PLANEJAMENTO À FACILITAÇÃO DO ENSINO: A AVENTURA DA CRIAÇÃO

A construção de um PE é um grande desafio, considerado por Kaplún (2003) como ‘a aventura da criação’, pois, entende-se por material educativo algo que realmente irá facilitar a experiência de aprendizagem. Ou seja, é preciso que atinja seu objetivo de ser facilitador de aprendizagem.

Diante do propósito pedagógico da formulação de um produto educacional, o planejamento desta construção será mais eficiente a partir da consolidação de alguns eixos norteadores. Kaplún (2003) propõe três grandes eixos a serem considerados na construção de um PE, a fim de contribuir para a formulação de critérios básicos para melhor construir e avaliá-lo, são eles: conceitual, pedagógico e comunicacional.

No eixo conceitual, é preciso ter a preocupação com os conceitos necessários para a construção do PE, sendo imprescindível conhecer com profundidade o tema em questão, assim como a articulação dos conceitos e os debates que podem ser suscitados a partir deste arcabouço teórico (KAPLÚN, 2003). O eixo conceitual do PE, propriamente dito, se dá pela escolha das ideias centrais que nortearão o material, vinculadas a temas principais e secundários. Para tanto, é preciso realizar uma pesquisa anterior que, segundo Kaplún (2003), é de dois tipos: a conceitual, propriamente dita, e a diagnóstica. A conceitual possibilita o aprofundamento dos conceitos norteadores do PE. Já a pesquisa diagnóstica é necessária para conhecer os contextos pedagógicos e os sujeitos a quem o material está destinado.

Para Zabala (2003), a aprendizagem conceitual está condicionada à capacidade de entender os significados, ao ponto de ser capaz de não só memorizar, mas utilizar o conceito

para a interpretação e o uso em situações específicas, “quando é capaz de situar os fatos, objetos ou situações concretas naquele conceito que os inclui” (ZABALA, 2003, p. 43).

Desta forma, o eixo conceitual não se constrói apenas pela teoria. Para o autor, é essencial que se tenha conhecimento do público-alvo, que busque conhecer os sujeitos e seus contextos de vida. Ou seja, é preciso dedicar-se a uma pré-alimentação:

Implica realizar um trabalho de pré-alimentação da mensagem educativa a elaborar, saber o que sabem, o que querem, o que pensam, imaginam, ignoram do tema em questão, e a quais necessidades nosso material poderia responder [...] Significa, além de tudo, conhecer seus códigos e seu universo cultural. Isso facilitará e muito a construção do que aqui chamaremos o eixo comunicacional (KAPLÚN, 2003, p 49).

Esse conhecimento do universo cultural é essencial para dar cabo ao eixo pedagógico do PE, que, segundo o mesmo autor, está relacionado ao estabelecimento do ponto de saída e o ponto de chegada do PE, sendo o articulador deste material. Para, tanto, é preciso que se tenha o conhecimento das ideias prévias dos sujeitos, constituindo-se como um diagnóstico que possibilite aparecer o leque de problemas complexos. A partir dos problemas elencados, pode-se pensar em diversos itinerários pedagógicos a serem propostos pelo material. “Podem existir muitos caminhos sistemáticos mas, no mínimo, é preciso conversar sobre o tema com os sujeitos que serão, potencialmente, usuários do material” (KAPLÚN, 2003, p. 50). Essa conversa, inclusive, deve ser norteada com o intuito de estimular o questionamento sobre as ideias prévias dos sujeitos, público-alvo do material, ou seja, estimular o conflito conceitual (KAPLÚN, 2003).

O eixo comunicacional trata do veículo a ser percorrido, ou seja, a melhor forma de atingir o público-alvo do material educativo. Kaplún (2003) esclarece que não se trata apenas de um instrumento executor do eixo conceitual: “não é apenas transmitir um conhecimento já existente, mas sim, em certa medida, produzir o novo” (KAPLÚN, 2003, p. 58).

A partir da compreensão da importância da construção de um PE efetivamente pedagógico, como proposto por Kaplún (2003), esta pesquisa iniciou-se com o aprofundamento teórico sobre as principais nuances que norteiam a ES. Por isso, foram trabalhados aspectos da engrenagem capitalista, como o cenário de exclusão, que permeia grande parte dos trabalhadores da ES, seguido do aprofundamento da ES enquanto um novo padrão de relações de trabalho, entendendo-se, a partir daí, a importância de se possibilitar educação emancipadora para esses indivíduos. Com base nessa parte teórica do estudo, foi possível desenvolver os roteiros que nortearam a pesquisa diagnóstica dos indivíduos,

realizada de forma qualitativa, como descrito nos aspectos metodológicos deste trabalho. Portanto, está presente, desde o início, a preocupação em trazer uma proposta de PE alinhada com as especificidades do público-alvo. Por isso, o momento do diagnóstico foi crucial para a definição do conteúdo a ser trabalhado no PE, como proposto por Kaplún (2003).

A etapa diagnóstica possibilitou, portanto, observar a existência de lacunas conceituais que influenciam a práxis dos trabalhadores da ES, a partir do próprio olhar deles. Logo, a natureza deste PE é fruto do resultado desta pesquisa e consiste em uma proposta pedagógica que visa suprir algumas dessas lacunas (as principais, ao nosso ver). O tema geral deste PE versa sobre os dez princípios da ES, visto que, por eles, é possível dialogar sobre as principais angústias elencadas pelos entrevistados, sintetizadas no Quadro 4:

Quadro 4: Principais dificuldades para a prática da Economia Solidária e seus princípios

Principais dificuldades elencadas	Princípios da Economia Solidária
Responsabilidade e Corresponsabilidade	Democracia
Pertencimento ao grupo	Cooperação
Entendimento da gestão solidária	Valorização do saber local
A construção coletiva	Valorização da diversidade
O vínculo com as entidades e apoio	Centralidade no ser humano
Planejamento	Justiça social na produção, na comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico
Compreensão do trabalho em grupo	Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras
Compreensão sobre os princípios da ES	Autogestão
Liderança democrática	Emancipação
Proatividade	Valorização da aprendizagem e da formação permanente.
Divisão sexual do trabalho	
O que é Economia Solidária	
Protagonismo	
Comprometimento	
Convivência em grupo	
Constituição do grupo em si	
Interesses pessoais acima dos coletivos	
Formação técnica e teórica sobre ES	

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Percebe-se, a partir o Quadro 4, que todas as dificuldades observadas pelos sujeitos no processo de diagnóstico estão relacionadas aos princípios da ES, estes que definem a identidade da ES, como discutido na fundamentação teórica deste trabalho. Destaca-se, entre as dificuldades elencadas no Quadro supracitado, a falta de compreensão dos princípios e o próprio entendimento do que é ES, noções cruciais para a legitimação do grupo (e de cada trabalhador individualmente) como trabalhador da ES.

Vale destacar que eles foram diretamente questionados sobre possíveis demandas relacionadas à formação. As angústias perpassam por várias áreas, mas a necessidade de momentos de formação específicos sobre ES chamou a atenção. Desta forma, viu-se a necessidade de o PE partir dos princípios, na perspectiva de estimular a reflexão e a reconstrução da prática cotidiana.

Para a escolha do mecanismo comunicador, levou-se em consideração o perfil dos trabalhadores da ES, principal público-alvo da proposta pedagógica. Percebe-se que muitos têm dificuldades com a leitura e a escrita, não possuem tempo para fazer formação, mas são curiosos e buscam se integrar ao mundo virtual. Desta forma, foram escolhidas como instrumentos as mídias educativas, que serão mais bem descritas no próximo tópico. Mas adianta-se que são vídeos de curta duração, interativos e que buscam dialogar com o interlocutor de forma direta, estimulando, a todo momento, a reflexão com perguntas norteadoras dos conceitos. No final, traz a sugestão de se praticar a reflexão coletiva com vistas à legitimização do grupo e ao fortalecimento da sua identidade. A seguir, descreveremos cada um deles com maior detalhe.

4.2 MÍDIAS EDUCATIVAS: DA REFLEXÃO À PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O PE intitulado ‘Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária’ tem como finalidade estimular uma reflexão (crítica, individual e coletiva) daqueles que fazem a ES em relação ao que ocorre no cotidiano de cada EES, com vistas a estimular o debate, com resposta na prática, ou seja, que contribua para o desenvolvimento de alguns pontos, elencado no tópico acima, considerados essenciais para uma efetiva ES.

Como adiantado há pouco, este produto apresenta-se no formato de mídias educativas. São vídeos de curta duração e organizados de modo a atingir o público-alvo. Acredita-se que, por esse meio de comunicação, ficará mais viável o desenvolvimento de momentos de formação autônoma, tanto individual como coletiva. Para tanto, foi utilizado um *software* chamado VídeoScribe, que possibilitou trazer os conceitos de forma clara, objetiva e dinâmica, usando-se animações. Seguindo as pontuações de Paulo Freire (1985), os roteiros dos vídeos, disponíveis no Apêndice E, foram construídos na perspectiva da pedagogia da pergunta, no intuito de estimular a criticidade. Os conceitos, desta forma, são introduzidos a partir de perguntas norteadoras que estimulam o telespectador ao conflito

conceitual (KAPLÚN, 2003), partindo do senso comum em direção ao entendimento sintetizado.

Cada vídeo traz aspectos específicos de cada um dos dez princípios da ES. Optou-se pelo primeiro vídeo ser uma introdução à Economia Solidária, na perspectiva de dialogar sobre o seu diferencial em relação a uma empresa capitalista e possibilitar uma visão mais ampla do que será tratado nos demais vídeos.

O segundo vídeo trata do princípio da Autogestão. Optou-se por tratar exclusivamente deste tema a partir do entendimento, após o diálogo com os sujeitos da pesquisa, de que muitas das suas dificuldades estão relacionadas à falta da noção do que é autogestão, além da incompreensão da sua importância enquanto eixo norteador da ES e do seu diferencial em relação à heterogestão praticada nas empresas capitalistas. Os três vídeos seguintes irão tratar dos demais princípios da ES, como descrito no Quadro 5. Neste quadro supracitado, também há o resgate dos principais conceitos abordados pelo vídeo e as questões propostas para reflexão.

Diante da alegação de muitos em relação à falta de tempo para a realização de processos formativos, garantiu-se um tempo médio de cinco minutos para cada vídeo, com vistas a viabilizar a completude do processo pedagógico, por meio do debate e da reflexão coletiva. Para tanto, ao final de cada vídeo, o espectador é convidado a refletir sobre algumas questões abordadas e levar essa reflexão aos colegas para uma efetiva reflexão coletiva. Por isso, além de propor reflexões específicas para cada vídeo, é dado o chamado padrão: “O que acha de aproveitar para dialogar sobre isso com quem faz Economia Solidária com você, antes de iniciar o próximo vídeo?”

Quadro 5: Descrição das mídias educativas, principais conceitos abordados e questões norteadoras do debate

Mídias Educativas	Conceitos abordados	Questões propostas
<p>Vídeo 1: O que é Economia Solidária?</p> <p>Link de acesso: https://youtu.be/exYLDcJx5uw Duração: 4:04</p>	<p>Economia Capitalismo Capital Economia Solidária Solidariedade Corresponsabilidade</p>	-
<p>Vídeo 2: O Princípio da Autogestão</p> <p>Link de acesso: https://youtu.be/iTfRSDJj7go Duração: 4:53</p>	<p>Gestão Gestão no Capitalismo Gestão na Economia Solidária</p>	<p>E você? tem participado da gestão do empreendimento? Tem estimulado os outros e a outras a fazerem o mesmo? As decisões são tomadas coletivamente em reuniões e assembleias?</p>
<p>Vídeo 3: Valorização do saber local, a democracia e a cooperação como princípios da Economia Solidária</p> <p>Link de acesso: https://youtu.be/fFKWoV9AVyg Duração: 5:00</p>	<p>Cooperação Democracia Saber Local</p>	<p>E você? Está se envolvendo de forma cooperada e democrática nas atividades do empreendimento? Está permitindo que o saber local seja valorizado e considerado no processo de produção?</p>
<p>Vídeo 4: A centralidade no ser humano, a valorização da diversidade, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente como princípios da Economia Solidária</p> <p>Link de acesso: https://youtu.be/-K8bQ5SN8i0 Duração: 5:26</p>	<p>A centralidade no ser humano Diversidade Justiça Degradação do Meio Ambiente</p>	<p>E você? Tem fortalecido os espaços de decisão coletiva? Tem buscado a centralidade no ser humano, agindo sem discriminação e de forma sustentável?</p>
<p>Vídeo 5: A emancipação e a valorização da aprendizagem e da formação permanente como princípios da Economia Solidária</p> <p>Link de acesso: https://youtu.be/hdr6saPIzro Duração: 5:04</p>	<p>Opressão Emancipação Auto-organização Autonomia Autoeducação Educação para o povo</p>	<p>E você? Tem fortalecido os princípios tratados aqui? Como você e seu grupo podem melhorar?</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No decorrer dos vídeos, usa-se como enredo o exemplo de como funciona uma padaria capitalista e, em contraposição, uma padaria solidária. Neste cenário, surge o personagem de Dona Ana, dona da padaria capitalista, e seu Francisco, o padeiro, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Apresentação dos personagens Dona Ana e Seu Francisco



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Utilizando-se de símbolos, a proposta é fazer o espectador se familiarizar com as temáticas por meio de figuras que remetam aos conceitos abordados. Esses símbolos são retomados sempre que necessário, possibilitando ao espectador entender a conexão entre os temas. O Quadro 6 resgata o símbolo ligado a cada um dos princípios da ES.

Quadro 6: Símbolos representativos dos dez Princípios da Economia Solidária

AUTOGESTÃO 	COOPERAÇÃO 	DEMOCRACIA 	EMANCIPAÇÃO
CENTRALIDADE NO SER HUMANO 	CUIDADO COMO MEIO AMBIENTE 	VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE 	JUSTIÇA SOCIAL
VALORIZAÇÃO DO SABER LOCAL 		VALORIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO PERMANENTE 	

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Desta forma, os vídeos podem ser usados como uma sequência, já que o espectador conseguirá ver conexões entre eles, mas também é possível utilizá-los separadamente, para formações em temas específicos. Optou-se pela disponibilização dos vídeos na plataforma de compartilhamento YouTube, para um rápido e fácil acesso. A seguir, a análise da sua aplicabilidade.

4.3 AVALIAÇÃO DA APLICABILIDADE EM CONTEXTO REAL

Como explicado anteriormente, para a formulação das ‘Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária’ enquanto PE desta pesquisa, foi realizado, *a priori*, um diagnóstico com os sujeitos da pesquisa: os trabalhadores da ES. De fato, essa é uma etapa crucial para Kaplún (2003) e autores posteriores que sofrem sua influência, como Leite (2018).

Leite (2018) se dedicou a desenvolver um instrumento de avaliação para os vários tipos possíveis de PE, com vistas a garantir que se tenha o alcance pedagógico. Desenvolveu, então, uma proposta de avaliação de PE no contexto dos mestrados profissionais da área de

ensino do Brasil. Durante essa construção, a autora percebeu que é preciso analisar o PE sob vários ângulos e sempre à luz de averiguar se são, de fato, aplicáveis em contexto real. A partir desta preocupação e diante do fato de estarmos desenvolvendo uma pesquisa no âmbito do mestrado profissional, na área de ensino, teve-se a preocupação de analisar o potencial de aplicabilidade deste PE, por meio da avaliação realizada por uma banca de especialistas e tendo como referências o instrumento proposto por Leite (2018).

Esta banca foi composta da seguinte forma: dois professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico que tratam dos temas adjacentes à ES em sala de aula e que tenham experiência de extensão com EES (avaliadores 1 e 2); um profissional que trabalha com Educação Popular e Economia Solidária (avaliador 3); um profissional que trabalhe com ES e tenha experiência em políticas públicas para a ES (avaliador 4) e um representante de Incubadora de ES (avaliador 5).

Em relação ao instrumento de avaliação, Leite (2018) teve como referência Ruiz *et al.* (2014, *apud* LEITE, 2018), sugerindo a validação de materiais educativos por meio de avaliações individuais e/ou coletivas e propondo a organização de guias de perguntas baseadas nos seguintes critérios: I) Atração: a verificação se os conteúdos são atrativos para o grupo destinatário; II) Compreensão: averiguar se o espectador está compreendendo o que trata o material; III) Envolvimento: se o destinatário compreende que o material é destinado para ele; IV) Aceitação: analisar se o enfoque, o conteúdo e a linguagem foram aceitos pelo espectador; V) Mudança de ação: verificar se o material estimula a mudança de olhar e atitude.

Com base nesses critérios, Leite (2018) propõe um instrumento de avaliação composto por seis eixos. Nas palavras da autora: “Os eixos foram pensados para abarcar tanto reflexões sobre a estética e organização do material educativo, quanto sobre os conteúdos e propostas de cada capítulo, mostrando a indissociabilidade entre forma e conteúdo” (LEITE, 2018, p. 335). São eles: I) Estética e Organização do material educativo; II) Capítulos do material educativo; III) Estilo de escrita apresentado no material educativo; IV) Conteúdo apresentado no material educativo; V) Propostas didáticas apresentadas; VI) Criticidade apresentada no material educativo.

Para cada um dos seis eixos, existem perguntas para nortear a avaliação, que, no caso da avaliação proposta aqui, foram respondidas de forma dicotômica (sim ou não), com possibilidade de incluir observações. Ainda vale destacar que as perguntas foram adaptadas para as especificidades do PE apresentado aqui. Desta forma, os questionamentos em relação

à ‘Estética e Organização do material educativo’ versaram sobre o diálogo entre o que é dito e o que é visto nos vídeos; sobre a compreensão do que é dito; a relação entre informações técnicas e a explanação didática; a forma escolhida de abordar o embasamento teórico no material; o respeito com diversidade.

No que tange às ‘Partes das mídias educativas’, as perguntas versaram sobre: a coerência entre os vídeos; a clareza da origem, objetivo e público-alvo; se existe uma explicação sobre o referencial teórico e a concepção que embasou o PE.

Para avaliar o terceiro eixo, sobre o ‘Estilo de escrita apresentado no material educativo’, os avaliadores foram questionados sobre a clareza dos conceitos e argumentos; acessibilidade do roteiro; as explicações sobre termos técnicos e expressões científicas; a estruturação das ideias com vistas a facilitar o entendimento dos princípios da Economia Solidária; a sua contribuição para o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade.

No que tange ao ‘Conteúdo das mídias educativas’, foi possível avaliar se os conteúdos dos vídeos podem ser adaptados para o uso em disciplinas técnicas oferecidas no Ensino Técnico Integrado ao Médio ou na Educação de Jovens e Adultos e se a forma como a teoria utilizada e apresentada nas mídias educativas é clara e de fácil entendimento.

Sobre as ‘Atividades apresentadas nas mídias educativas’, os avaliadores foram questionados se as atividades sugeridas nos vídeos estão adequadas ao público-alvo; se as atividades suscitam reflexão; se contribuem para a educação científica dos interessados e interessadas; se as perguntas problematizam o conteúdo apresentado nos vídeos; se as atividades colaboram com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade; se as perguntas são atrativas e estimulam a curiosidade e a aprendizagem do espectador; se o espectador precisa ter algum conhecimento prévio para compreender o assunto abordado; por fim, se as atividades propostas podem ser adaptadas para o uso em disciplinas técnicas oferecidas no Ensino Técnico Integrado ao Médio ou na Educação de Jovens e Adultos.

Para a análise da ‘Críticidade das mídias educativas’, os avaliadores refletiram se elas estimulam o posicionamento social e político dos trabalhadores da Economia Solidária; se propõe reflexão sobre a realidade dos trabalhadores da Economia Solidária, levando-os a questionarem o modelo de sociedade vigente; se colabora com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade; se eles forçam

a ideologia dominante da sociedade atual; se podem ser usados em processos de formação de professores; se abordam aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e ambientais.

A partir das respostas dadas, os avaliadores se posicionaram se as ‘Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária’ contribuem para a educação profissional e tecnológica dos trabalhadores da Economia Solidária; se contribuem para o processo de autonomia e formação emancipatória dos trabalhadores da Economia Solidária; se existe aplicabilidade dos vídeos em contexto real. Ainda vale destacar que o instrumento previu um espaço para comentários e observações, a fim de enriquecer a análise.

Após a devolução das avaliações preenchidas, foi possível ter um panorama maior sobre o potencial real de usabilidade das mídias educativas propostas aqui para a educação profissional, de caráter emancipatório, dos trabalhadores da ES.

O Quadro 7 mostra a resposta dos avaliadores sobre as questões relacionadas à ‘Estética e organização das mídias educativas’.

Quadro 7: Sobre a Estética e Organização das Mídias Educativas

QUESTIONAMENTO REALIZADO	A1	A2	A3	A4	A5
Nos vídeos, há um diálogo entre o que é dito e o que é visto?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
O que é dito é de fácil compreensão?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Promove uma análise dinâmica com informações técnicas na mesma proporção em que é didático?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Há respeito com a diversidade?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Como se pode observar no Quadro 7, as respostas foram positivas para todos os questionamentos e por parte de todos os avaliadores, o que mostra que existe uma coerência entre o que é dito e visto, as informações são compreensíveis aos olhos dos avaliadores, além do caráter puramente tecnicista. No geral, percebe-se que foi acertada a forma escolhida para a comunicação com os trabalhadores da ES, além de garantir o respeito à diversidade. Aqui vale lembrar que a diversidade é um dos princípios da ES, então, colocar em prática no vídeo também tem o seu caráter pedagógico.

A avaliação das ‘Partes das mídias educativas’ está disponível no Quadro 8.

Quadro 8: Sobre as Partes das Mídias Educativas

QUESTIONAMENTO REALIZADO	A1	A2	A3	A4	A5
Os vídeos apresentam coerência entre si?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Na apresentação realizada no primeiro vídeo, sua origem, objetivos e público-alvo ficam claros?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Na introdução da mídia educativa, há uma explicação sobre o seu referencial teórico e a concepção que embasa esse recurso?	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Em relação às partes das mídias educativas, dois avaliadores responderam negativamente ao último quesito, relacionado a existência de uma explicação sobre o referencial teórico e a concepção que embasa as mídias educativas. De fato, essa informação não está contida no vídeo em si, pois poderia torná-los mais pesados e longos. Optou-se, desta forma, em trazer essas informações na descrição dos vídeos, na plataforma YouTube.

Sobre o ‘Estilo de escrita utilizado nas mídias educativas’, as avaliações estão disponíveis no Quadro 9.

Quadro 9: Sobre o Estilo de escrita utilizado nas mídias educativas

QUESTIONAMENTO REALIZADO	A1	A2	A3	A4	A5
Os vídeos apresentam conceitos e argumentos claros?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Os vídeos apresentam um roteiro acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Os vídeos explicam todos os termos técnicos e expressões científicas?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
As ideias estão estruturadas, facilitando o entendimento dos princípios da Economia Solidária?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
O material educativo colabora com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Em relação ao estilo da escrita utilizado nas mídias educativas, todos os avaliadores responderam positivamente às perguntas relacionadas. Destaca-se a importância do *feedback* em relação aos termos técnicos e expressões científicas (terceiro questionamento), já que foi uma preocupação durante a concepção deste PE não o tornar tecnicista, sendo um desafio trazer os termos técnicos para o linguajar popular, resultando, desta forma, em um material didático que possa gerar interesse por parte dos trabalhadores da ES.

No que tange ao eixo de avaliação ‘Conteúdo das mídias educativas’, todos os avaliadores responderam ‘sim’ para as perguntas, como mostra o Quadro 10.

Quadro 10: Sobre o Conteúdo das mídias educativas.

QUESTIONAMENTO REALIZADO	A1	A2	A3	A4	A5
Os conteúdos dos vídeos podem ser adaptados para o uso em disciplinas técnicas oferecidas no Ensino Técnico Integrado ao Médio ou na Educação de Jovens Adultos?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
A forma como a teoria utilizada é apresentada nas mídias educativas é clara e de fácil entendimento?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

O resultado apresentado no Quadro 10 é esperado para um instrumento devidamente adequado para o público-alvo, ou seja, que consegue fazer a teoria ficar ao alcance dos sujeitos espectadores. Vale destacar que a avaliação deste eixo, em particular, traz uma informação importante, relacionada à capacidade de utilizar esse PE também na educação formal, mais especificamente para o Ensino Médio Integrado ao Técnico – ETIM e/ou Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O Quadro 11 expõe as respostas dos avaliadores referentes às ‘Atividades presentes nas mídias educativas’.

Quadro 11: Sobre Atividades presentes nas mídias educativas.

QUESTIONAMENTO REALIZADO	A1	A2	A3	A4	A5
As atividades sugeridas nos vídeos estão adequadas ao público-alvo (os trabalhadores da Economia Solidária)?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
As atividades propostas suscitam reflexão?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
As atividades contribuem para a educação científica dos interessados e interessadas?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
As perguntas problematizam o conteúdo apresentado nos vídeos?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
As atividades colaboram com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
As perguntas são atrativas e estimulam a curiosidade e a aprendizagem do espectador?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
O espectador precisa ter algum conhecimento prévio para compreender o assunto abordado?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
As atividades propostas podem ser adaptadas para o uso em disciplinas técnicas oferecidas no ensino técnico integrado ao médio ou na educação de jovens e adultos?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Sobre as atividades presentes nas mídias educativas, as respostas foram positivas para a maioria dos itens. Apenas sobre o questionamento quanto à necessidade de se ter um conhecimento prévio para entender o assunto, todos responderam ‘não’, como esperado, já que o objetivo dos vídeos é possibilitar a reflexão coletiva e crítica dos princípios da ES, independente do nível de instrução ou de acúmulo teórico ou prático sobre o assunto. Vale destacar também: os avaliadores constataram que as atividades contribuem para a educação científica dos trabalhadores da ES, como proposto nesta dissertação. Assim como estimular a curiosidade é essencial para que, efetivamente, esse PE atinja seu objetivo, já que precisa ser interessante para os trabalhadores que possuem pouco tempo para a formação.

Em relação à ‘Críticidade das mídias educativas’, as respostas, disponíveis no Quadro 12, foram igualmente positivas.

Quadro 12: Sobre a Críticidade das mídias educativas

QUESTIONAMENTO REALIZADO	A1	A2	A3	A4	A5
As mídias educativas estimulam o posicionamento social e político dos trabalhadores da Economia Solidária?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Propõem reflexão sobre a realidade dos trabalhadores da Economia Solidária, levando-os a questionarem o modelo de sociedade vigente?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Colaboram com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Reforçam a ideologia dominante da sociedade atual?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Os vídeos podem ser usados em processos de formação de professores?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Os vídeos abordam aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e ambientais?	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Em relação aos resultados apresentados no Quadro 12, apenas o quarto quesito teve respostas negativas, como previsto na construção do instrumento de avaliação. Este retorno positivo é de extrema importância para o objetivo deste trabalho, relacionado à contribuição para a formação emancipatória dos trabalhadores da ES. Além disso, a possibilidade de utilizar esse material para a formação de professores (quinta pergunta) favorece a disseminação das ideias que norteiam a ES como uma forma diferente de viver.

A partir das respostas dadas nos quesitos anteriores, todos os avaliadores se posicionaram positivamente sobre a efetiva contribuição das ‘Mídias Educativas: da reflexão

à prática dos Princípios da Economia Solidária’ para a educação profissional e tecnológica dos trabalhadores da ES, assim como a contribuição para o processo de autonomia e formação emancipatória deles. Também concordaram sobre a aplicabilidade dos vídeos em contexto real. Por fim, quatro avaliadores deixaram comentários sobre o PE, disponíveis na íntegra no Quadro 13:

Quadro 13: Comentários dos avaliadores sobre o PE.

AVALIADORES	COMENTÁRIOS
A1	-
A2	Acredito que podem ser incluídas no início uma pequena apresentação dos teóricos e da teoria utilizada.
A3	Acrescento que o trabalho construído e apresentado pelas mídias educativas, podem ser parte e contribuir com a formação de profissionais com interesse na área, ou não, e também na formação dos grupos de economia solidária. É um conteúdo extenso, com dimensões abrangente e importantes, apresentado de modo simples, uma pedagogia popular
A4	O material educativo é acessível, linguagem, roteiro e conceitos bem fundamentados e produzidos, podendo ser aplicados e adaptados aos diferentes públicos. A animação utiliza uma linguagem pedagógica atual e será de significativa importância aos trabalhadores da economia solidária, da educação e estudantes. São muito restritas as produções voltadas ao aprofundamento dos princípios da autogestão que sejam acessíveis a grupos populares. Essa proposta será bem aproveitada no processo de formação dos empreendimentos autogestionários da Economia Solidária.
A5	Considero os vídeos extremamente didáticos e de grande contribuição ao entendimento da economia solidária por qualquer público. A harmonia dos desenhos com a fala da narradora torna o conteúdo agradável e de fácil assimilação. No entanto, penso que no processo de formação com os/as trabalhadores/as dos grupos produtivos, alguns conteúdos necessitam de uma apresentação prévia ou concomitante a apresentação dos vídeos para facilitar a compreensão. Vejo que as imagens acompanham a fala, mas as vezes elas passam rápidas, o que não vejo muito problema pela possibilidade de pausar e ir dialogando simultaneamente. A observação que faço é que de todos os vídeos que assisti, só visualizei uma pessoa cadeirante, talvez pudesse constar em outros; e outro aspecto é com relação ao referencial teórico, talvez fosse o caso de constar nos créditos. Finalizando, parabéns a você pelo excelente produto elaborado e pela forma simples e comprometida de abordar o tema, e aproveito para estender os parabéns para o seu orientador que conduziu muito bem o direcionamento do seu trabalho. Após a defesa, sugiro imediata publicação.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Em relação às considerações do A2, aderiu-se a sua sugestão a partir da inclusão dessas informações na descrição dos vídeos na plataforma de acesso, como também sugerido pelo A5. O A3 não trouxe sugestões de alteração, mas destacou o aspecto educativo das mídias. Ressalva-se, das observações do A4, a possibilidade de utilizar esse PE no processo formativo dos mais diversos públicos, para além dos trabalhadores da ES. Em relação à existência de apenas uma pessoa cadeirante nos vídeos, como observado pelo A5, reitera-se a preocupação em trazer a diversidade e a inclusão, nos seus vários aspectos, em todos os

momentos cabíveis dos vídeos. Assim, além do cadeirante, é possível encontrar outras imagens que remetem à mesma ideia de inclusão e diversidade.

Após o exposto, interpreta-se como positiva a avaliação da aplicabilidade das ‘Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária’ em contexto real. Entretanto, vale analisar os efeitos sobre um grupo produtivo de ES, como se propõe a seguir.

4.4 AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM UM EES

A fim de analisar o alcance pedagógico do PE ‘Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária’, foi proposta sua utilização como formação interna de um grupo produtivo da ES, as Mulheres Caboclas. Elas receberam os vídeos e um roteiro de perguntas guias para a reflexão coletiva. Após assistirem a cada vídeo, foi sugerido o exercício de responder a algumas perguntas específicas sobre cada um. O roteiro de perguntas, de caráter qualitativo, foi elaborado na perspectiva de ser analisado o impacto do PE no ensino dos trabalhadores da ES, especificamente sobre a visão crítica deles, a fim de possibilitar mudanças na realidade concreta dos empreendimentos. Deste modo, as questões problematizadoras do debate relacionaram-se com os principais conceitos abordados em cada vídeo e foram estruturadas de modo a possibilitar a conexão com o dia a dia delas, buscando não o conceito teórico, mas as ideias centrais dos princípios da ES a partir do que ocorre no empreendimento.

O roteiro para o debate continha dezenove questionamentos, divididos entre os cinco vídeos. O primeiro, que trouxe uma introdução aos princípios da ES, contou com três perguntas que resgatavam a identidade de um EES, assim como o conceito de ‘ser solidário’ e de corresponsabilidade. O segundo vídeo, que discutiu o princípio da autogestão, contou com quatro perguntas relacionadas ao entendimento do que é autogestão na prática, assim como a identificação da autogestão no dia a dia e a importância de se ter o entendimento completo da produção para existir autogestão.

O terceiro vídeo trouxe à tona os princípios da valorização do saber local, a democracia e a cooperação. Após assistir a ele, as trabalhadoras dialogaram em torno de quatro questionamentos: sobre o entendimento do que é cooperação; as particularidades da ES que possibilitam a cooperação; o que representa ser democrático na ES; a prática de valorização do saber local. Já o quarto vídeo, que tratou sobre outros quatro princípios da ES (centralidade no ser humano, valorização da diversidade, justiça social e cuidado com o

meio ambiente), contou com quatro perguntas sobre cada um desses princípios. Por fim, o quinto vídeo, relacionado ao princípio da emancipação e da valorização da aprendizagem e da formação permanente, foi acompanhado de quatro perguntas sobre a emancipação a partir da prática, a prática da auto-organização, a busca pela autonomia e a prática da aprendizagem e formação permanente no cotidiano.

Após a reflexão coletiva, a liderança do grupo enviou as formulações do grupo via áudio. As respostas foram transcritas para possibilitar a análise que segue.

O Quadro 14 traz um recorte da resposta das Mulheres Caboclas referente à primeira mídia educativa.

Quadro 14: Reflexão sobre a primeira mídia educativa: ‘Introdução aos Princípios da Economia Solidária

CONCEITOS-CHAVE ABORDADOS NA MÍDIA EDUCATIVA	PERGUNTAS PARA REFLEXÃO COLETIVA	TRECHOS DO DEPOIMENTO
Economia Capitalismo Capital Economia Solidária	Vocês se consideram um grupo de economia solidária? Por quê?	Sim. Nos consideramos um grupo de economia solidária porque o nosso estilo de trabalho não é um trabalho onde tenha um patrão, empregado . A gente trabalho como equipe, cada uma desempenhando as suas funções, né?!É....A gente recebe o prolabore de acordo com o que a gente arrecada, o que a gente produz . A divisão dos recursos , da renda entre nós não tem uma diferenciação , porque todas nós fazemos as atividades em conjunto ... é... nó temos sim um respeito em nós de ver as limitações que cada uma tem
Solidariedade Corresponsabilidade	Vocês se consideram pessoas solidárias? Por quê?	Nós somos solidárias sim, mas a solidariedade ela é mais do que ... é ... do que algo de que se aprende, como posso dizer, do que se ensina. A solidariedade transcende ao ser humano (...) a solidariedade faz parte da mística de uma pessoa, sua vivência, estilo de vida, de como ela vê as coisas ela entende daquela forma, ela vive daquela forma (...) E porque ser solidário (...) porque a gente entende que todos nós, todos os seres vivos, (...) está aqui nesse no mundo faz parte da vida um do outro e esse um com outro existe uma correlação.
	Vocês praticam a corresponsabilidade no dia a dia? Se sim, como? Pode trazer exemplo?	Existe sim essa corresponsabilidade até porque somos mulheres (...) a gente vê muito esse lado né... a limitação de cada uma (...) então a gente procura entender, procura ajudar, procura é... participar, celebrar quando tem o que celebrar né, então isso é o que torna agente, como eu diria assim mais próximas umas das outras e criando vínculos não só pelo trabalho , mas vínculos mais fortes, como amizade, respeito.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Como podemos observar dos trechos destacados no Quadro 14, as Mulheres Caboclas demonstraram entendimento das características principais que diferenciam a ES de um empreendimento capitalista, resgatando a ideia de gestão horizontal, trabalho em equipe, atividade coletiva, remuneração justa, respeito mútuo e entendimento das particularidades de cada um. Vale destacar que ainda é possível encontrar o uso de termos de caráter capitalista, como o uso da expressão ‘prolabore’, mas a ideia que elas trazem condizem com o que se entende por remuneração justa, como teorizado por Gaiger (2008).

A ideia de solidariedade que elas trazem é ampla, envolve ir além de ser caridoso, como destacado no vídeo, e está relacionado, na visão delas, com um estilo de vida baseado na ideia de que somos todos correlacionados. A corresponsabilidade foi assimilada por elas como um entendimento de que não existe tarefa específica para cada uma, mas sim uma tarefa para o grupo cumprir, sendo todas corresponsáveis. Este entendimento corrobora Mance (1999), que defende a relação íntima entre corresponsabilidade e noção de coletivo. Logo, a partir do vínculo que possuem, que não é apenas um vínculo trabalhista, elas consideram as limitações de cada uma, mas garantem o cumprimento das tarefas. Assim, o entendimento de que os trabalhadores não são iguais e possuem particularidades que merecem ser consideradas concorda com a ideia de autogestão (FARIA, 2017).

A partir do Quadro 15, podemos analisar as considerações das Mulheres Caboclas em relação ao Princípio da Autogestão.

No que tange à Autogestão, a forma como elas se expressaram nos depoimentos mostra que entendem o diferencial que possuem em relação a uma empresa capitalista e a ideia geral do princípio da Autogestão, visto que enfatizam que tudo é feito junto (NASCIMENTO, 2011). Sobre o processo decisório, foi possível constatar a preocupação em garantir o envolvimento de todas e com a transparência dos gastos e receitas. Elas compreendem a importância de se ter o entendimento completo da produção, como defendido por Novaes e Castro (2011). Já existe uma rotina estabelecida no processo produtivo delas, visto que cada uma já sabe a sua função, mas essas funções não são fixas, as atividades variam de acordo com a demanda, e, a partir desta demanda, elas sentam e discutem a melhor forma de fazer acontecer.

Quadro 15: Reflexão sobre a segunda mídia educativa: ‘O princípio da Autogestão’.

CONCEITOS-CHAVE ABORDADOS NA MÍDIA EDUCATIVA	PERGUNTAS PARA REFLEXÃO COLETIVA	TRECHOS DO DEPOIMENTO
<p>Gestão</p> <p>Gestão no Capitalismo</p> <p>Gestão na Economia Solidária</p>	<p>Como são tomadas as decisões no empreendimento de vocês? Pode trazer um exemplo?</p>	<p>Bem, as decisões são todas de acordo, é ...os projetos que estão sendo, que estão em andamento, então a gente vai, é, vai decidindo conforme as demandas que também vão aparecendo, e no dia-a-dia as coisas correm naturalmente sem muitas, sem muitas é ... é como se diz assim, sem muitos problemas né, a gente vai trabalhando, cada uma sabe das suas funções, das suas atividades, ai dependendo da demanda agente vai se planejando, ai dependendo do planejamento agente vai tomando a s decisões viáveis. Né as vezes o pessoal tem, tem um batizado, é dia das mães, é dia dos pais, isso requer mais um planejamento mais elaborado, ai nós sentamos e vamos decidindo como vai ser o dia, como vamos fazer, desde a decoração do ambiente, dendê o prato, a forma eu iremos servir,</p>
	<p>Como é a participação de cada uma na gestão do empreendimento? Pode trazer exemplo?</p>	<p>A gestão é dessa forma que eu falo, a gente tem um plano né, é esse plano agente elaborado confirme os eventos que a gente pretende fazer (...)A gente tem um caderno de notações em que tudo o que entra e sai a gente anota e esse caderno ele é... assim.. para que todo o mundo veja agente ... dar opinião também. Na hora das compras agente vê o que é mais viável, o que não e viável para aquele momento, então tem toda uma questão muito, como eu diria assim, participativa, transparente na gestão.</p>
	<p>Vocês consideram que estão praticando o princípio da autogestão? Por quê? Pode dar um exemplo?</p>	<p>Sim, porque dentro no nosso projeto somos nós mesmo que conduzimos, não tem um.... uma outra instituição, outro órgão que interfira na nossa gestão, então... agente é quem... as decisões partem do nós mesmos, de nosso convivência, da nossa realidade local, do que a gente pode aproveitar ... é.. então isso tudo tem... tem ... entre nós mesmo</p>
	<p>Mesmo com a divisão das tarefas, vocês acham necessário que todos conheçam a produção como um todo? Por quê? Como ocorre no empreendimento de vocês?</p>	<p>Com certeza, eu acho que é importante que todas conheçam,(...) Agente aqui não tem uma tarefa específica para cada uma, todas participam de todas as atividades, claro que a gente vê as limitações que cada um tem (...) Um exemplo interessante as plantas aqui, eu não tenho o adubo orgânico que é bom para as plantas, aí Fátima tem e manda para colocar nas plantas. Ela não está diretamente desenvolvendo atividade de plantar, nem com o jardim nem com a horta, mas está contribuindo de alguma forma, então a gente tem muito essa...essa parceria entre agente</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Em relação ao terceiro vídeo, as respostas estão disponíveis no Quadro 16:

Quadro 16: Reflexão sobre a terceira mídia educativa: ‘A Valorização do saber local, democracia e a cooperação como princípios da Economia Solidária’.

CONCEITOS-CHAVE ABORDADOS NA MÍDIA EDUCATIVA	PERGUNTAS PARA REFLEXÃO COLETIVA	TRECHOS DO DEPOIMENTO
Cooperação Democracia Saber Local	Vocês acreditam que existe cooperação entre as trabalhadoras do empreendimento de vocês? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar um exemplo?	Eu acho que a colaboração ela é justamente em relação mesmo a questão do trabalho. É... porque... dentro do empreendimento como o nosso o trabalho não é só a cozinha, é a produção do alimento desde plantar o feijão, colher o feijão verde, desde plantar a macaxeira e trazer para o restaurante então é toda uma cadeia produtiva, e essa cooperação é dentro desta cadeia produtiva
	O que vocês acham que é diferente na Economia Solidária que possibilita a cooperação?	Eu acho que é justamente isso, o fazer em conjunto , né... o não fazer sozinho e não ter essa ideia de empregado, de patrão, essa relação de trabalho é muito, desta forma, então não existe não existe dentro da economia solidaria essa, essa, não é restrito, a economia solidaria não restringe apenas as pessoas ... como se diz, essa relação fria entre patrão e empregado , pelo contrário, é uma relação aberta é uma relação circular, não piramidal, ela é uma relação circular .
	Vocês acreditam que praticam o princípio da democracia no empreendimento de vocês? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?	Sim, o princípio da democracia é... em todas as...as letras, trata se- da participação do respeito ao outro né, ao que o outro pensa, ao que o outro é... tem como princípio, como valores né... e a gente aqui tenta fazer dessa forma (...) o mais importante dentro da democracia, da participação do ouvir o outro .
	Vocês acreditam que praticam o princípio da valorização do saber local? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?	Sim, claro. A valorização do saber local é super importante. Isso desde as técnicas que cada um usa, né, desde a tecnologia, o jeito de fazer. E dentro do nosso restaurante, isso foi muito forte, porque tanto é que o nosso prato tem o nome que se chama galinhada cabocla, justamente valorizando o saber da comunidade cabocla né. Então a forma de fazer, as diferenças, as diferentes junções de técnicas, de conhecimentos, de práticas, vai fazendo com que nosso empreendimento, e não só nosso empreendimento, mas a comunidade como um todo vá aprendendo coisas novas, vá desenvolvendo coisas novas .

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

Em relação ao princípio da Cooperação, as Mulheres do Caboclo apresentaram uma visão abrangente de como ocorre a cooperação em seu empreendimento, assim como expressaram o entendimento de que cooperar depende do envolvimento de todas, já que há uma cadeia produtiva para ser fomentada até chegar ao produto. Quando questionadas sobre o diferencial da ES que possibilita a cooperação, demonstraram entendimento do ponto-

chave: a gestão coletiva, o fazer junto. Esta visão corrobora a ideia de Leal e Rodrigues (2018), que defendem a cooperação a partir da construção coletiva.

Já o princípio da Democracia foi bem descrito por elas a partir da importância de escutar, respeitar e levar em consideração as opiniões dos outros envolvidos, como defendido por Gaiger (2008). E, sobre o saber local, elas corroboraram Batista Filha, Martins e Guimarães (2012), ao serem enfáticas na importância desse princípio e pertinentes em relacioná-lo ao ‘modo de fazer’ de cada local. Destaca-se o entendimento de que esse saber local é mutável e vai se desenvolvendo com o avanço da própria comunidade.

Para a análise da quarta mídia educativa, tem-se os trechos mais importantes das Mulheres Caboclas disponíveis no Quadro 17:

Quadro 17: Reflexão sobre a quarta mídia educativa: ‘Sobre a centralidade no ser humano, valorização da diversidade, justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras’.

CONCEITOS-CHAVE ABORDADOS NA MÍDIA EDUCATIVA	PERGUNTAS PARA REFLEXÃO COLETIVA	TRECHOS DO DEPOIMENTO
A centralidade no ser humano Diversidade Justiça	Vocês praticam o princípio da centralidade no ser humano? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?	A centralidade no ser humano, eu acho que nós, claro, enquanto ser humano somos os mais, somos sim importantes e a gente precisa ter essa questão mais, da dignidade, do respeito, da cidadania , né (...) Não só nessa parte de produção, mas na parte também do preço justo, de uma comercialização que seja... não só visando a parte do lucro , o capital como todo, mas a função também do produto em alimentar, em fazer com que erradique a fome, tenha o cuidado com o desperdício.
Degradação do Meio Ambiente	Como colocar em prática o princípio do cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras? Pode dar exemplo de como fazem no empreendimento de vocês?	Dentro do nosso empreendimento, o que a gente tem mantido e um dos princípios é justamente não estar fazendo as coisas por fazer, porque aí, ah, porque agora é moda, vamos fazer. Não. Tem projetos pra longo prazo, e eu acho que a medida que você planeja, tem que pensar justamente isso já no planejamento , né, como que eu vou lidar com os recursos que eu tenho (...) Acho que uma das questões mais focadas, pelo menos a gente aqui da comunidade, é investir nessa parte criativa mesmo, resolver de forma, os problemas, as demandas, de forma mais... de forma mais simples possível, né, de forma criativa , pra que a gente possa, poder reaproveitar muitas das coisas, justamente pra não degradar mais o meio ambiente
	Vocês acreditam que existe a valorização da diversidade no empreendimento de vocês? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?	Eu acho que a valorização do que nós temos aqui é justamente isso, né, o diferente, mas ao mesmo tempo, rústico, feito por nós mesmos, desenvolvendo essa criatividade que a gente vem desenvolvendo, e de forma conjunta. Não é uma coisa feita só, isolada, por uma pessoa. Não, é feito de forma conjunta, com participação de pessoas da própria comunidade , com os talentos da própria comunidade, expondo esses talentos. Então, acho que é por aí.

	Vocês acreditam que praticam o princípio da justiça social? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?	Aqui, a gente tem, desde a parte, não só ligada a questão do empreendimento em si, mas de forma, dentro da comunidade, com um trabalho que a gente vem desenvolvendo desde a associação, eu acho que esse foi justamente o foco maior dos nossos projetos até hoje, justamente fazer com que essas pessoas possam desenvolver sua cidadania , buscar seus direitos e, ainda por cima, ter o seu trabalho reconhecido e, dentro do que ele faz, do que elas fazem, garantir o seu, o seu sustento, mas não só isso, garantir também a sua participação na sociedade como um todo
--	--	---

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

O Quadro 17 apresenta o resumo das considerações das Mulheres Caboclas sobre os princípios: a centralidade no ser humano, a valorização da diversidade, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. Em relação à centralidade no ser humano, elas conseguiram fazer uma relação com o oposto, ou seja, com o sistema capitalista, já que fizeram a conexão do olhar para nós para além do lucro, como defendido por Singer (2015).

No diálogo sobre o cuidado com o meio ambiente, elas relacionaram essa preocupação com a prática do planejamento, que possibilita refletir como melhor utilizar os recursos e exercitar a criatividade para aproveitar ao máximo o que se tem. Este pensamento delas concorda com Jesus e Sparemborg (2009), que relacionam este princípio com a busca pela eficiência social.

Ao serem questionadas sobre a valorização da diversidade, as trabalhadoras mostraram que é natural, já que o empreendimento deles se envolve com toda a comunidade, sem diferenciação. No que tange ao entendimento do princípio da Justiça Social, elas não relacionaram diretamente com a forma de produzir e repartir a receita, mas trouxeram a ideia mais ampla, constituindo a busca por participação cidadã, reconhecimento e valorização do homem, como proposto por FBES (2018),

O Quadro 18 resgata a discussão sobre a quinta mídia educativa.

Quadro 18: Reflexão sobre a quinta mídia educativa: ‘A Emancipação, a valorização da aprendizagem e da formação permanente’.

CONCEITOS-CHAVE ABORDADOS NA MÍDIA EDUCATIVA	PERGUNTAS PARA REFLEXÃO COLETIVA	TRECHOS DO DEPOIMENTO
Opressão Emancipação Auto-organização Autonomia Autoeducação Educação para o povo	Vocês acreditam que estão buscando a emancipação a partir da prática da economia solidária? Se sim, como? Se não, por quê?	Eu acho que não estamos só buscando emancipação. Acho que a gente poderia dizer que já, em boa parte, já conseguimos essa emancipação dentro da economia solidária . Mas no sentido... no sentido... como que eu diria assim... da própria, do resgate da própria dignidade da mulher . Porque, há um tempo atrás, a gente reunia, se reunia e muitas diziam: é o dinheiro que eu pego em casa, que eu vendo um ovo, uma galinha, alguma coisa, o marido vai e leva e ele mesmo faz a feira, ele mesmo compra o que ele quer e as vezes eu preciso do dinheiro e não tenho, né, e às vezes tenho que pedir ao marido. O dinheiro que elas mesmo ganhavam, elas não tinham o direito de fazer o que queria com esse dinheiro. E hoje, pelo contrário, elas ganham, elas decidem o que elas fazem com o dinheiro delas(...) porque a gente assumiu mesmo a... as rédeas
	Vocês praticam a auto-organização no dia a dia? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?	Algumas coisas, assim, no nosso dia a dia, já é aquela coisa, já é o plano do dia, né, o planejamento do dia. E esse planejamento , ele é anual né, mas é semestral, é mensal, é semanal, e é diário. Então, quando a gente tem um objetivo e pensa em chegar, atingir aquelas metas pra chegar naquele objetivo, tudo ele vai conforme o planejamento.
	Como buscar a autonomia no dia a dia? Pode dar exemplo?	Toda e qualquer autonomia, ela parte pela sua liberdade financeira , né, uma das, liberdades financeiras né, porque é a partir daí que você começa a... a investir naquilo que vocês acredita, a realizar o seu sonho né, porque se você não tem essa autonomia financeira, essa autonomia de ir e vir, essa liberdade né , de ir e vir, essa liberdade de aprender , essa liberdade de...de... então, não tem autonomia né, você tá vivendo presa a uma situação, a uma realidade que não te deixa livre e nem aberta pra...pra buscar o que você sonha
	Vocês colocam em prática o princípio da aprendizagem e da formação permanente? Se sim, como? Se não, por quê?	a aprendizagem, ela é necessária ser permanente, porque hoje tudo muda constantemente né, as coisas já... a forma de fazer, o jeito de ser né... Até um tempo atrás, a gente pouco usava a internet pra... hoje é a forma de venda, é na internet, é... é... delivery né (...) E a gente aqui precisa começar a pensar dessa forma e a trabalhar um projeto justamente focando essa questão, do que as demandas que a sociedade vai colocando pra gente, isso é importante.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

A partir da análise das respostas das Mulheres Caboclas, foi possível observar que elas relacionaram a emancipação com a situação de opressão das mulheres. Isso porque trouxeram para a realidade delas, de trabalhadoras da ES. Percebe-se, portanto, que elas entendem e relação entre emancipação e romper as marras da opressão, como proposto por Freire (1987). Em relação à auto-organização, o depoimento mostrou que fazem relação

direta com o planejar, com a gestão do empreendimento. Já a autonomia, para elas, perpassa pela questão financeira e pela busca do que se sonha, sem ter dependência financeira e com liberdade para a tomada de decisão. Desta forma, percebe-se a conexão que fazem entre autonomia e emancipação (ou libertação). Por fim, em relação ao processo de formação, fizeram referência direta à formação técnica, mas trouxeram a importância de se formarem cotidianamente a partir das demandas da sociedade.

Diante do exposto, podemos considerar que as Mulheres Caboclas trouxeram discussões pertinentes a partir do uso do PE 'Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária'. Não houve grandes discrepâncias ou erros conceituais, pelo contrário, foi possível observar a capacidade delas de relacionar a teoria sobre um princípio da ES com a prática cotidiana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores da Economia Solidária consistem em um público bem específico, cujas características principais foram tratadas durante essa pesquisa. O cenário de exclusão vivenciado por essas pessoas (ou inclusão que exclui, como defendido por Martins (2008)) tornou-se uma mola propulsora da vontade de viver de uma forma diferente. Os desafios estão presentes no cotidiano deles. As dificuldades permeiam os aspectos técnicos da produção, mas também aspectos ideológicos, ligados à identidade de ser um trabalhador da ES. Entender o diferencial fundante da ES em relação ao sistema capitalista pode tornar os desafios cotidianos mais compreensíveis e até melhor ultrapassados, diante ao que está buscando construir: uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. No decorrer deste estudo, quando estávamos buscando a voz dos sujeitos da pesquisa, algumas dessas vozes mostraram que uma forma de fortalecer os EES é através do reconhecimento e fortalecimento da sua identidade, a identidade de ser um grupo de ES. E por que não construir um PE que contribua para a busca por essa identidade e que traga essa contribuição para a formação omnilateral de caráter emancipatório deles?

Pois bem, esta pesquisa buscou contribuir com a formação omnilateral de caráter emancipatório dos EES por meio do desenvolvimento de um PE voltado para a identidade da ES, ou seja, para os seus princípios norteadores. Esta temática foi definida a partir de um diagnóstico inicial, realizado com a coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e região, ou seja, vem como resposta aos anseios dos próprios trabalhadores da ES. Este processo inicial, colocado como primeiro objetivo específico desta pesquisa, foi crucial para desenvolvermos uma proposta pedagógica voltada para as reais demandas dos trabalhadores da ES. Sobre este diagnóstico, destacamos dentre os anseios elencados pelos trabalhadores da ES a dificuldade da construção coletiva, da liderança democrática e de comprometimento coletivo, que constata uma demanda formativa relacionada à identidade da Economia Solidária. Vale destacar que foram elencadas outras necessidades formativas para esse público, mas avaliamos que, *a priori*, o não entendimento dos Princípios da ES está na base de sustentação de vários dos problemas práticos que eles enfrentam, assim como entendemos que a compreensão do que é ES deve estar presente no processo formativo daqueles que se denominam trabalhadores da ES. Ou seja, precisamos fortalecer a identidade da ES.

O formato escolhido para o PE levou em consideração a realidade de vida dos sujeitos da pesquisa. Eles possuem educação formal diversa, muitos, inclusive, não são alfabetizados,

e podem despende pouco tempo para participar de processos formativo. Muitas vezes um representante do empreendimento é escolhido para participar de alguma atividade formativa para depois repassar para os demais. Ou seja, são poucos (ou nenhum) os momentos da formação do grupo como um todo, que propicie a reflexão coletiva. Diante disso, as ‘Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária’ consistem em vídeos de curta duração e acessíveis para todos os participantes do empreendimento. Este momento pedagógico pode ocorrer de forma individual, mas também coletivamente, com todos que constroem o EES.

Os vídeos são interativos e sugerem temas de debate para os grupos. Apesar de estarem direcionados à educação não formal, foi percebido pela banca de avaliadores da aplicabilidade do PE em contexto real o seu potencial para adaptação na educação formal, como para o ETIM. Esta possibilidade é de extrema importância para nós, que buscamos contribuir com o fortalecimento da ES, visto que ela pode se fortalecer também a partir da ciência e das tecnologias fomentadas dentro dos muros dos Institutos Federais. Além disso, o entendimento dos princípios da ES contribui para a formação cidadã desses jovens estudantes do ensino formal.

Do mais, podemos considerar que a concretização das ‘Mídias Educativas: da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária’ representa uma forma de, por meio de uma educação profissional e tecnológica, os trabalhadores da ES participarem de um processo pedagógico que estimula a formação omnilateral de caráter emancipatório.

Ainda, vale lembrar que toda pesquisa possui limitações e está passível de melhorias. Como uma limitação, destaca-se a impossibilidade de realizar a aplicação do PE de forma presencial, já que o cenário de pandemia, causada pela Covid-19, não possibilitou o contato direto com grupos produtivos. Mesmo assim, como proposto em um dos objetivos específicos desta pesquisa, foi indispensável a aplicação, mesmo que de forma remota. Para tanto, foi escolhido um grupo cuja maioria das participantes moram juntas ou são vizinhas, possibilitando um real momento formativo. Os resultados foram satisfatórios, mas não se pode negar que a aplicação presencial possibilitaria um material avaliativo mais aprofundado.

Por fim, para futuros estudos, sugere-se a adaptação de outras temáticas, tais como aspectos técnicos sobre gestão, a realidade de vida dos trabalhadores da ES, pois eles precisam e merecem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. B. Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem. **Cadernos PNE: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. V. 02. Versão online, 2014. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_bio_pdp_maria_saete_bortholazzi_almeida.pdf Acesso em: 17 set. 2019

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LOBLER, M. L.; PEREIRA, B. A. D. **A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros**. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2016, vol.14, n.2, pp.243-257. ISSN 1679-3951. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n2/1679-3951-cebape-14-02-00243.pdf> Acesso em: 15 ago. 2020.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, C. **A educação em Mészáros**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n.87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>. Acesso em: 02 nov. 2018.

ARAÚJO, E. R. **Conceitos básicos de economia solidária**. Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/571178>> Acesso em: 07 ago. 2020.

ARAÚJO, G. dos S. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do sisal-Bahia**. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista.

ASCHIDAMINI, I. M; SAUPE, R. Grupo focal estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Revista Cogitare Enfermagem**, v. 9, n.1, 2004. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3Ni4SAE5WU8J:https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 17 dez. 2018.

AZEVEDO, M. A.; TAVARES, A. M. B. N. Educação de jovens e educação profissional no Brasil: caminho e descaminhos no contexto da diversidade. **Revista Holos**, v.31(4), pp 107-118, 2015.

BARBER, B. **Strong democracy participatory politics for a new age**. Berkeley: University of California Press, 2003.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **Boletim Técnico SENAC**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349/333>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BATISTA FILHA, M. J. T.; MARTINS, M. L. R. da S.; GUIMARÃES, V. M. G. **Mãos que constroem vidas: relatos de experiência**. João Pessoa: IFPB, 2012.

BAPTISTA, M. das G. de A. Práxis e educação em Gramsci. **Revista Filosofia e Educação**. v. 2, n. 1, abr-set de 2010. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/download/8635530/3323/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BENINI, E. A. Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária. BENINI, E. A et al. (org). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas da Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 71-88.

CAMARGO, L. de C. B. de R. **A educação popular na economia solidária e suas práticas pedagógicas**. 2017. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em geografia) – Universidade Estadual Paulista.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

CARVALHO, A. M. R. de; LADEIA, C. R.; LADEIA, M R.; BARCELOS, M. R. M. **A relação Universidade e Grupos Populares: a construção de novos papéis**. 2013. Disponível em:< <http://educapes.capes.gov.br/handle/11449/143328>> Acesso em: 08 ago. 2020.

CATTANI, A. D. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2006.

CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Rev. de Filosofia**, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011.

CNES. **I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. 2006. Disponível em: < https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/documento_base_sistematizado_jun_2006.pdf> Acesso em: 04 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**. 2015. Disponível em:

<<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>
 ≥ Acesso em: 08 out. 2018.

COSTA, B. A. L.; JESUS, P. de. A Economia Solidária no Brasil Uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p. 241-264, 2017. Disponível em:
 <<http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/27641/19430>> Acesso em: 08 out. 2018.

DAMASCENA, E. A.; NASCIMENTO, A. C. V.; MOURA, D. H. Formação de professores para a educação profissional: um debate sobre as ausências (de políticas públicas) e as exigências (do capital). In: III Colóquio Nacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, 2015, Natal. **Anais...** Natal: IFRN, 2015. p. 1-10. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-37.pdf> Acesso em: 08 out. 2018.

DUARTE, E. S; OLIVEIRA, N. A.; KOGA, A. L. Escola unitária e formação omnilateral: pensando a relação entre trabalho e educação. In: XI AMPED SUL, **Anais....** Curitiba-PR, 2016.

EID, F; GALLO, A. R; PIMENTEL, A. E. B. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. **Revista da ABET**, Paraíba, v. 1, n. 1/2, p. 66-93, 2001. Disponível em:
 <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15426>> Acesso em: 05 out. 2018.

FARIA, J. H. de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00629.pdf>> Acesso em: 05 de out. 2018.

FARIA, J. R. V. de. **Organizações coletivistas de trabalho: autogestão nas unidades produtivas**. 2013. 220 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C.. Gestão Social: Um Conceito em Construção. In: IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local - II Colóquio Internacional El Análisis De Las Organizaciones Y La Gestión Estratégica: Perspectivas Latinas. **Anais....** Salvador-BH, 2003. Disponível em:
 <<http://www.ead.aedb.br/joomla/mat35/images/artigos/GestaoSocialUmConceitoConstrucao.pdf>> Acesso em: 07 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O que é Economia Solidária**. 2018. Disponível em: <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>> Acesso em: 08 nov. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária: outra economia acontece!** 2006. Disponível em: < <https://base.socioeco.org/docs/cartilha-32pg-economia-solidaria-fbes-cecip-web-071002.pdf> > Acesso em: 08 nov. 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 7, n. 1, p. 155-174, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/742/74270108.pdf>> Acesso em: 08 nov. 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, C. M. de; ROCGA, V.; SILVA, E. L.; ALPINO, T. de M. A.; SILVA, M. A. da; MAZOTO, M. L. Conquistas, limites e obstáculos à redução de riscos ambientais à saúde nos 30 anos do Sistema Único de Saúde. **Revista Ciência e Saúde**, 23(6), p. 1981-1996, 2018.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168-194, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100014>> Acesso em: 11 out. 2018.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**, v.2, n. 3, p. 58-72, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1145/310>> Acesso em: 08 nov. 2018.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciência Sociais**, Portugal, n. 79, p. 57-77, Dez 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/725>>. Acesso em: 09 out. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CLAVAL, P. Geografia cultural: um balanço. **Revista Geografia** (Londrina). v. 20. n. 3. set-dez 2011.

CORRÊA, R. L. **A geografia cultural e o urbano**. IN: CORRÊA, R. L.; ZENI (Org). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRABOWSKI, G; KUENZER, A. Z. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22– 32, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4983/1566>. Acesso em: 08 nov. 2018.

GUIMARÃES, G, T, D. **Resignificando os labirintos da pesquisa qualitativa**: exercícios práticos de análise de discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, M. T. **Patrimônio de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento**. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, R. de C. R.; GONÇALVES, L. G.; COVRE, L.; LAZARINI, W. S.; ARAUJO, M. D. Nós em rede: vivências de parceria ensino-serviço produzidas pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. **Revista Interface**, n. 19, pp. 903-912, 2015

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf Acesso em: 05 out. 2018.

JESUS, T. S. de; SPAREMBERGER, E. F. L. Economia Solidária e ecossociodesenvolvimento: a construção de uma nova percepção de sustentabilidade. **Outra Economia**, v. III, n. 05, 2009.

KAPLÚN, G. **Material Educativo: A experiência de aprendizado**. Revista Comunicação e Educação, São Paulo, 2003.

LAVILLE, J. L. Economia Solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 07-47, Mar. 2009. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf > Acesso em: 08 out. 2018.

LEAL, K. S.; RODRIGUES, M. de S. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n.11, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844> Acesso em: 15 ago. 2020

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área do ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In. 7º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 2018, Fortaleza. **Anais...** Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 21 jun. 2020

LOCATELLI, A.; ROSA, C. T. W. da. Produtos educacionais: características da atuação docente retratada na I Mostra Gaúcha. **Polyphonia**, v. 26/1, jan/jun. 2015. Disponível em: <

<https://www.researchgate.net/publication/281637915> **Produtos educacionais caracteristicas da atuacao docente retratada na I Mostra Gaucha**> Acesso em: 01 ago. 2020.

LOCKS, P.; GUGLIOANO, A. A. Democracia e Economia Solidária. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº1, Brasília, janeiro-abril de 2013, p. 41-61

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUSSARI, W. R. **Grupo de apoiadores e Cooperlix em Presidente Prudente – SP, Brasil: modelo e evolução de suas relações durante quinze anos**. 2016. 176 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/11449/138116>. Acesso em 08 ago. 2020.

MANCE, E. A. **A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, K. H. **O Capital**. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2008.

MARX, K. H. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

MATOS, M. S.; BISPO, A. M. C.; LIMA, E. A. C. Educação antirracista e a lei 10.639/03: uma proposta de implementação a partir do novembro negro do IFBA. **Revista Holos**, ano 33, v. 02, 2017.

MAZZEU, F. J. C. Educação e economia solidária: contribuições da pedagogia da alternância para a formação dos catadores de materiais recicláveis. **Revista FAEEBA**, v. 19, n. 34, p. 49-61, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124739>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCUAÇÃO. **Resolução ad referendum nº 35, de 09 de outubro de 2017**. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/174/atos_regulatorios/resolucao-no-35.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>> Acesso em: 08 out. 2018.

MELLO, R. F de; MELLO, R, E, S de. Tecnologia Social e economia solidária e as possibilidades de inserção soberana na economia. VII ENEDS. **Anais...** Belo Horizonte: MG, 2010. Disponível em: < http://www.genesis.puc-rio.br/media/biblioteca/Tecnologia_Social_e_economia_s.pdf> Acesso em: 05 ago. 2010.

MENEGHETTI, R. C. G.; SHINKAWA, G. Z.; AZEVEDO, M. F. de; KUCINAKAS, R. Sobre três processos educativos em educação matemática para empreendimentos em economia solidária. **Revista Reflexão e Ação**, v. 21, n.1, p. 169-195, jan/jun 2013. Disponível em: < <http://educapes.capes.gov.br/handle/11449/135132>> Acesso em: 08 ago. 2020

MESZAROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Da Isa Tavares. São Paulo: boitempo, 2005.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. BENINI, E. A *et al* (org). **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 91 a 97.

NASCIMENTO, C. **Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

NASCIMENTO, C. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Otra Economía**. V. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <www.riless.org/otraeconomia> Acesso em: 07 ago. 2020.

NASCIMENTO, C. C. do; FERREIRA, W. dos S.; CUNHA, I. C. da. **Sobre a face das águas: uma fonte de inspiração pedagógica sobre o tema da água**. Florianópolis: UDESC, 2016. Disponível em: < <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/111675>> Acesso em: 08 ago. 2020.

NEMIROVSKY, G. G, BENINI, E. A., BENINI E. G., OLIVEIRA, E. G. de. **Integrando estudos organizacionais em economia solidária: uma proposta teórico- metodológica**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v.9, n.23, p. 1000-1019, Maio/Agosto, 2015. Acesso em: <<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2046/1122>> Disponível em: 08 out. 2018.

NETA, O. M. M.; MOURA, D. H.; CAVALCANTE, I. F.; OLIVEIRA, J. P.; COSTA, C. L. Extensão e formação na educação profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional**. v. 1, n. 14, 2018. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7101/pdf>> Acesso em: 15 dez. 2018.

NICOLINE, F. A. F. **Reciclando o destino: a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de recicláveis e autogestor de seu ofício**. 2010. 143f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista.

NOSELLA, P; AZEVEDO, M. L. N. de. A educação em Gramsci. **Revista Teoria e Prática da Educação**. v. 15, n.2, p. 25-33, mai/ago 2012.

NOVAES, H. T; CASTRO, M P. Em busca de uma pedagogia da produção associada. BENINI, E. A et al (org). **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 129 a 146.

OLIVEIRA, A. A. R. de **As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB**: sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para a emancipação. 2016. 252f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, A. A. R. de; PAIVA, M. M. O movimento de Economia Solidária e suas diretrizes educativas. **Holos**, 2016, ano 32, v. 5. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4706>> Acesso em: 01 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. A. R. de; LEITE FILHO, A. P.; RODRIGUES, C. M. C. O processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. XXXI Encontro da ANPAD, **Anais...** set. 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A2615.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2020

OLIVEIRA, E. C.; SCOPEL, E. G. Uma década de PROEJA: sua gênese, balanço e perspectiva. **Revista Holos**, v. 6, pp. 120-144, 2016.

OMETTO, A. M. H.; FURTOSO, M. C.; SILVA, M. V. da S. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, n. 29(5), p. 403-414, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf>> Acesso em: 08 out. 2018.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. Ed. Campinas (SP): Pontes, 2002.

PEREIRA. M. I. B. **Processos em transformação**: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como “arena política”. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGE/UFPE), Pernambuco, 2015.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico dialético e a educação. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n. 1, 1997.

PRODANOV, C. C, FREITAS, E. C de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROIO, M. D. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

RUTKOWSKI, J. E. **Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários: uma abordagem na Engenharia de Produção**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

SANTOS, T. S. dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 3, n.6, p. 170 -189, jul/dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a08n6.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2018.

SANTOS, M. de A.; SILVA, D. de O. Um panorama dos Empreendimentos Econômicos Solidários formais do ramo de artesanato do estado da Bahia. **RGC**, Santa Maria, v.5, n.10, p.153-174, Jul./Dez. 2018

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e histórico. **Revista Brasileira de Educação**. v.12, n.34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA, S. P. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. IPEA: Brasília. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf> Acesso em : 01 ago. 2020.

SILVA, S. P; NAGEM, F; A. Dimensões Estruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Análise para os Estados da Bahia e Paraná. **Documentos Técnicos-Científicos**, v. 43, n. 02, abril-julho, 2012.

SILVA, S. F. da; MELO NETO, J. F. de. Saber Popular e saber científico. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.24, n. 2, p. 137-154, jul.-dez. 2015.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2015.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação**, no. 27, v. 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 69-94. Disponível em: <<http://www.ceeja.ufscar.br/cultura-do-trabalho.-tiriba>> Acesso em: 01 nov. 2018.

TORRES, A. E. **Círculo de cultura e economia solidária**. 2016. 118f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista.

TORREZZAN, R. M. **Lugar e Comunidades no Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galdino: análise a partir de uma estratégia de educação de Jovens e Adultos**. 2014. 403f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista.

VERONISE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 89-104, naj/abr. 2017.

VIEIRA, S. **Como escrever uma tese**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: editora ArtMed, 2003.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE GRUPO FOCAL

Data: ___/___/____ **Local:** _____

Participantes: _____

Objetivo Geral: Levantar as principais necessidades advindas dos Empreendimentos Econômicos Solidários para a elaboração do produto educacional.

Objetivos específicos:

- i) Observar a conjuntura de constituição do EES
- ii) Analisar o conceito de autogestão por parte dos EES;
- iii) Identificar os principais problemas levantados pelos EES em relação à prática da autogestão;
- iv) Verificar as práticas de autogestão empregadas pelos EES que influenciam direta ou indiretamente a autonomia do grupo (práticas positivas e negativas).

QUESTÃO-CHAVE: Conjuntura de constituição do EES

Quais fatores motivaram a constituição do EES?

QUESTÃO-CHAVE: Conceito de Autogestão

O que é preciso para ter autogestão?

Como vocês percebem a autogestão dos seus empreendimentos?

Poderia citar uma situação concreta em que praticaram a autogestão?

QUESTÃO- CHAVE: Problemas para a garantir da autogestão

Como fazem para tomar as decisões de seu EES?

Como são divididas as tarefas?

Como se dá a relação de compreensão dos participantes do empreendimento em relação às etapas do processo de produção de modo a garantir a autogestão?

Quais são as dificuldades encontradas para praticar a autogestão no dia-a-dia?

Poderia citar uma situação concreta em que foi difícil autogestionar o empreendimento?

QUESTÃO-CHAVE: Autogestao X Autonomia

Você acredita que o seu grupo tem autonomia?

As práticas de autogestão tem levado à autonomia do grupo? Poderia citar alguns exemplos?

Vocês participam de espaços formativos? Se sim, foram que tipos de formação (formação técnica, formação política etc..)?

Vocês organizam espaços formativos internos? Se sim, foram que tipos de formação (formação técnica, formação política etc..)?

Obrigada pela sua colaboração!
Tatiana Losano de Abreu

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Data: __/__/____ **Local:** _____

Participante: _____

Objetivo Geral: Levantar as principais necessidades advindas dos Empreendimentos Econômicos Solidários para a elaboração do produto educacional.

Objetivos específicos:

- i) Observar a conjuntura de constituição do EES
- ii) Analisar o conceito de autogestão por parte dos EES;
- iii) Identificar os principais problemas levantados pelos EES em relação à prática da autogestão;
- iv) Verificar as práticas de autogestão empregadas pelos EES que influenciam direta ou indiretamente a autonomia do grupo (práticas positivas e negativas).

QUESTÃO-CHAVE: Conjuntura de constituição do EES

Quais fatores motivaram a constituição do EES?

O que é globalização para você?

Você acredita que foi excluído do mercado?

Se sim, porque houve esta exclusão?

QUESTÃO-CHAVE: Conceito de Autogestão

O que é autogestão para você?

Os EES praticam a autogestão?

Porque na economia solidária busca-se a prática da autogestão?

Poderia citar uma situação concreta em que praticaram a autogestão?

QUESTÃO- CHAVE: Problemas para a garantir da autogestão

Como fazem para tomar as decisões de seu EES?

Como são divididas as tarefas?

Como se dá a relação de compreensão dos participantes do empreendimento em relação às etapas do processo de produção de modo a garantir a autogestão?

Você acredita ser difícil garantir a autogestão do EES?

Quais são as dificuldades encontradas para praticar a autogestão no dia-a-dia?

Poderia citar uma situação concreta em que foi difícil autogestionar o empreendimento?

QUESTÃO-CHAVE: Autogestao X Autonomia

Você acredita que o seu grupo tem autonomia?

As práticas de autogestão tem levado à autonomia do grupo? Poderia citar alguns exemplos?

Você enxerga a autogestão como influencia da autonomia como prática positiva? Cite algum exemplo. E como prática negativa, poderia citar algum exemplo?

Vocês participam de espaços formativos? Se sim, foram que tipos de formação (formação técnica, formação política etc..)?

Vocês participamorganiza espaços formativos internos? Se sim, foram que tipos de formação (formação técnica, formação política etc..)?

Obrigada pela sua colaboração!
Tatiana Losano de Abreu

APÊNDICE C: INSTRUMENTO DE APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

MÍDIAS EDUCATIVAS: Da reflexão à prática da Economia Solidária

Mestranda: Tatiana Losano de Abreu

Orientador: Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira

Prezadas Trabalhadoras da Economia Solidária

Vocês estão participando da aplicação Produto Educacional desenvolvido pela mestranda Tatiana Losano de Abreu, para a conclusão do mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo estimular a reflexão acerca dos princípios que norteiam a Economia Solidária. Este produto é constituído por 5 vídeos (mídias educativas) de curta duração e de caráter educativo. Para tanto, segue o roteiro da atividade:

- 1) Assistir cada vídeo com as demais que compõem o empreendimento
- 2) Reflitam e conversem entre si sobre os temas tratados em cada vídeo e enviem um suas observações ANTES de iniciar o próximo vídeo. Abaixo seguem alguns pontos a serem respondidos ao final de cada vídeo

VÍDEO 1: Introdução aos Princípios da Economia Solidária

1. Vocês se consideram um grupo de economia solidária? Por quê?
2. Vocês se consideram pessoas solidárias? Por quê?
3. Vocês praticam a corresponsabilidade no dia-a-dia? Se sim, como? Pode trazer exemplo?

VÍDEO 2: O princípio da Autogestão

1. Como são tomadas as decisões no empreendimento de vocês? Pode trazer um exemplo?
2. Como é a participação de cada uma na gestão do empreendimento? Pode trazer exemplo?
3. Vocês consideram que estão praticando o princípio da autogestão? Por quê? Pode dar um exemplo?
4. Mesmo com a divisão das tarefas, vocês acham necessário que todos conheçam a produção como um todo? Por quê? Como ocorre no empreendimento de vocês?

VÍDEO 3: Valorização do saber local, democracia e a cooperação como princípios da economia solidária

1. Vocês acreditam que existe cooperação entre as trabalhadoras do empreendimento de vocês? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar um exemplo?
2. O que vocês acham que é diferente na Economia Solidária que possibilita a cooperação?

3. Vocês acreditam que praticam o princípio da democracia no empreendimento de vocês? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?
4. Vocês acreditam que praticam o princípio da valorização do saber local? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?

VÍDEO 4: centralidade no ser humano, valorização da diversidade, justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras

1. Vocês praticam o princípio da centralidade no ser humano? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?
2. Como colocar em prática o princípio do cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras? Pode dar exemplo de como fazem no empreendimento de vocês?
3. Vocês acreditam que existe a valorização da diversidade no empreendimento de vocês? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?
4. Vocês acreditam que praticam o princípio da justiça social? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?

VÍDEO 5: Emancipação, valorização da aprendizagem e da formação permanente,

1. Vocês acreditam que estão buscando a emancipação a partir da prática da economia solidária? Se sim, como? Se não, por quê?
5. Vocês praticam a auto-organização no dia-a-dia? Se sim, como? Se não, por quê? Pode dar exemplo?
2. Como buscar a autonomia no dia-a-dia? Pode dar exemplo?
3. Vocês colocam em prática o princípio da aprendizagem e da formação permanente? Se sim, como? Se não, por quê?

APÊNDICE D: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL

MÍDIAS EDUCATIVAS: Da reflexão à prática dos Princípios da Economia Solidária

Mestranda: Tatiana Losano de Abreu

Orientador: Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira

Prezado(a) avaliador(a)

Você está avaliando a potencialidade de aplicabilidade do Produto Educacional desenvolvido pela mestranda Tatiana Losano de Abreu, para a conclusão do mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo estimular a reflexão acerca dos princípios que norteiam a Economia Solidária. Cumpre destacar que a pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a esse Comitê. Este produto é constituído por 5 vídeos (mídias educativas) de curta duração de caráter educativo. Após assistir os vídeos, pede-se que leia os quesitos abaixo e marque um (X) no “sim” ou “não” a depender da sua resposta ao questionamento.

Nome: _____

SOBRE ESTÉTICA E ORGANIZAÇÃO DAS MÍDIAS EDUCATIVAS

- 1) Nos vídeos há um diálogo entre o que é dito e o que é visto?
Sim () Não ()
- 2) O que é dito é de fácil compreensão?
Sim () Não ()
- 3) Promove uma análise dinâmica com informações técnicas na mesma proporção que é didático?
Sim () Não ()
- 4) O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária?
Sim () Não ()
- 5) Há respeito com a diversidade?
Sim () Não ()

SOBRE AS PARTES DAS MÍDIAS EDUCATIVAS

- 6) Os vídeos apresentam coerência entre si?
Sim () Não ()

- 7) Fica claro, na apresentação realizada no primeiro vídeo, sua origem, objetivos e público-alvo?
Sim () Não ()
- 8) Na introdução da mídia educativa há uma explicação sobre o seu referencial teórico e a concepção que embasa esse recurso?
Sim () Não ()

SOBRE ESTILO DE ESCRITA APRESENTADO NAS MÍDIAS EDUCATIVAS

- 9) Os vídeos apresentam conceitos e argumentos claros?
Sim () Não ()
- 10) Os vídeos apresentam um roteiro acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?
Sim () Não ()
- 11) Os vídeos explicam todos os termos técnicos e expressões científicas?
Sim () Não ()
- 12) As ideias estão estruturadas facilitando o entendimento dos princípios da Economia Solidária?
Sim () Não ()
- 13) O Material educativo colabora com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade?
Sim () Não ()

SOBRE O CONTEÚDO DAS MÍDIAS EDUCATIVAS

- 14) Os conteúdos dos vídeos podem ser adaptados para o uso em disciplinas técnicas oferecidas no ensino técnico integrado ao médio ou na educação de jovens adultos?
Sim () Não ()
- 15) A forma como a teoria utilizada e apresentada nas mídias educativas é clara e de fácil entendimento?
Sim () Não ()

SOBRE AS ATIVIDADES PRESENTES NAS MÍDIAS EDUCATIVAS

- 16) As atividades sugeridas nos vídeos estão adequadas ao público – alvo (os trabalhadores da Economia Solidária)?
Sim () Não ()

- 17) As atividades propostas suscitam reflexão?
Sim () Não ()
- 18) As atividades contribuem para a educação científica dos interessados e interessadas?
Sim () Não ()
- 19) As perguntas problematizam o conteúdo apresentado nos vídeos?
Sim () Não ()
- 20) As atividades colaboram com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade?
Sim () Não ()
- 21) As perguntas são atrativas e estimulam a curiosidade e a aprendizagem do espectador?
Sim () Não ()
- 22) O espectador precisa ter algum conhecimento prévio para compreender o assunto abordado?
Sim () Não ()
- 23) As atividades propostas podem ser adaptadas para o uso em disciplinas técnicas oferecidas no ensino técnico integrado ao médio ou na educação de jovens e adultos?
Sim () Não ()

SOBRE A CRITICIDADE DAS MÍDIAS EDUCATIVAS

- 24) As mídias educativas estimulam o posicionamento social e político dos trabalhadores da Economia Solidária?
Sim () Não ()
- 25) Propõe reflexão sobre a realidade dos trabalhadores da Economia Solidária, levando-os a questionar o modelo de sociedade vigente?
Sim () Não ()
- 26) Colabora com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade?
Sim () Não ()
- 27) Reforça a ideologia dominante da sociedade atual??
Sim () Não ()
- 28) Os vídeos podem ser usados em processos de formação de professores?

Sim () Não ()

29) Os vídeos abordam aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e ambientais?

Sim () Não ()

A partir das respostas dadas anteriormente:

A) Este produto educacional contribui para a educação profissional e tecnológica dos trabalhadores da Economia Solidária?

Sim () Não ()

B) Este produto educacional contribui para o processo de autonomia e formação emancipatória dos trabalhadores da Economia Solidária?

Sim () Não ()

C) Existe aplicabilidade dos vídeos em contexto real?

Sim () Não ()

- No espaço abaixo, você poderá deixar sua contribuição para o aperfeiçoamento das mídias educativas avaliadas aqui. Ainda que sua resposta a um determinado quesito tenha sido “sim”, você poderá trazer contribuições e fazer complementações.

João Pessoa, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do(a) avaliador(ra)

REFERÊNCIA

Este instrumento de avaliação de produto educacional, desenvolvido no âmbito de mestrado profissional na área de ensino, foi elaborado com base em:

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área do ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In.* 7º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 2018, Fortaleza. **Atas.** Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 21 jun. 2020

APÊNDICE E: ROTEIRO-MÍDIAS EDUCATIVAS

Roteiro para audiovisual I: O que é Economia Solidária

Olá, me chamo Tatiana e venho aqui para propor uma reflexão.

Existem pessoas que se denominam trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária

Esse é o seu caso?

Pois bem, lhe convido a me acompanhar nesta reflexão.

O que é Economia Solidária?

Partindo do nome, Economia, logo podemos relacionar ao controle do dinheiro. Porque pensamos logo: economia vem de economizar, ou seja, poupar dinheiro.

E a “solidária”? Oras, podemos imaginar uma pessoa que ajuda o outro, é bondosa, além de ser generosa.

já sei! A pessoa que faz a Economia Solidária deve ser boa de controle do dinheiro (econômica) e deve ser generosa (solidária).

É isso?

O que achou dessa definição? Concorda?

Vamos refletir um pouco mais!

Na verdade, a economia vai além da capacidade de economizar. Trata-se da forma de como produzimos, distribuímos e consumimos os bens e serviços.

É assim! No nosso dia-a-dia, nos deparamos com a necessidade de consumir, seja nosso pão da manhã, nossas roupas e calçados e até mesmo a energia elétrica das nossas casas.

Porém, antes de consumir, precisamos produzir e distribuir tudo isso. E é na economia que são definidas as formas que iremos nos relacionar para produzir tudo o que precisamos para sobreviver.

Pois bem. Hoje, o sistema de produção predominante é o Capitalismo.

Acredito que você já ouviu falar neste termo “Capitalismo”, né?! É uma forma específica de produzir as coisas através da busca pelo capital, ou seja, valor que gera mais valor.

Mas, como assim?

Quando trabalhamos, estamos criando valor às coisas. Sem o trabalho, o trigo não se transformaria em pão, da mesma forma que o algodão não se transformaria em roupas.

Mas, a quem pertence esse pão e as roupas produzidas?

Pertence ao capitalista, ou seja, ao dono ou a dona da padaria e da tecelagem.

Vamos imaginar o dono de uma padaria. No caso, a Dona Ana.

Para conseguir vender pão, Dona Ana utilizou do seu capital para contratar o padeiro, seu Francisco, comprar o trigo e o forno de assar. Tudo isso é valor que foi empenhado para gerar mais valor, ou seja, gerar lucro.

Desta forma, quando tudo é produzido com o objetivo único de lucrar, estamos falando da economia capitalista. O mesmo não ocorre na economia solidária.

Se pensarmos na padaria solidária, um empreendimento de economia solidária, iremos encontrar uma forma diferente de fazer o pão. Não quer dizer que a receita é outra, mas que serão diferentes as relações entre os trabalhadores e trabalhadoras, com o meio ambiente e com o produto. Isso porque as relações de produção respeitam outros princípios.

Esses princípios estão relacionados com a ideia de solidariedade.

E você, se considera solidário ou solidária?

Agora veja bem, a solidariedade que me refiro vai além de ser uma pessoa generosa.

Ser uma pessoa solidária é, acima de tudo, ser corresponsável. Ter responsabilidade com seus companheiros e companheiras de trabalho, com o meio ambiente, com as gerações futuras, por exemplo, e não apenas a busca pelo lucro.

Esses são alguns dos princípios que tornam a economia solidária uma forma diferente de economia.

Vamos dialogar mais sobre eles nos próximos vídeos.

Roteiro audiovisual II: O Princípio da Autogestão

Olá, me chamo Tatiana e venho aqui para propor uma reflexão sobre um dos princípios da economia solidária: a autogestão

Você sabe o que é autogestão?

A autogestão é forma de fazer gestão coletivamente.

Mas o que é gestão?

Para alguns essa pergunta pode parecer difícil. Mas, podemos pensar a gestão como a forma que tomamos as decisões para o controle e a produção de um empreendimento.

A gestão na economia solidária é diferente de como se observa em uma empresa ... “normal”.

Eu digo, as empresas capitalistas.... temos um monte delas por aí....

Nessas empresas, as decisões são tomadas de forma hierárquica, ou seja, ‘de cima para baixo’, e fica fácil imaginar quem assume cada posição.

Em geral, é o próprio dono ou dona que possui o papel de fazer a gestão, ou seja, esta pessoa irá tomar todas as decisões, já que é a principal interessada no sucesso da sua empresa.

Tem até casos em que alguém é contratado para isso, um trabalhador ou trabalhadora que assumirá a função de gerir, mas a última palavra sempre é a do dono ou dona da empresa.

Aos trabalhadores e trabalhadoras cabe cumprir as tarefas dadas para manter seu emprego, caso contrário, poderão ser substituídos e substituídas.

Usando o exemplo da padaria, a dona desta empresa, Dona Ana, tem o papel de gerir, e o padeiro, Seu Francisco, o de trabalhar, obedecendo as ordens da patroa. Como diz o ditado: Manda quem pode, obedece quem tem juízo! E, lembremos, o pão produzido pelo seu Francisco não é dele, é da Dona Ana.

Como ela é a DONA, tudo é decidido por ela. Seu Francisco, como trabalhador, não participa de decisão alguma.

Agora eu pergunto a você: Quem é o gestor/gestora., aquela pessoa que “toma as decisões”, no empreendimento que participa?

Não se espante se a resposta for difícil, já que, na economia solidária TODOS e TODAS são responsáveis pelo empreendimento, são os gestores e gestoras. Ou seja, a gestão é coletiva. Não tem ninguém mandando em ninguém.

E olha só que legal, deixar de ser mandado ou mandada para tomar as suas próprias decisões, ser independente de qualquer pessoa. E mais, saber que o sucesso da produção também é seu sucesso, assim como de todos e todas os seus companheiros e companheiras de trabalho.

Imagina a felicidade do seu Francisco, o padeiro do nosso exemplo, ao ser tratado como igual pela dona Ana, isso se a padaria da Dona Ana na verdade fosse um empreendimento de economia solidária, como a padaria solidária. Iríamos vê-la trabalhando junto com seu Francisco. Juntos, estariam tomando todas as decisões.

Mas, já ouviram falar naquele ditado: grandes poderes vêm com grandes responsabilidades? Pois bem, todos são responsáveis pelo sucesso ou insucesso da produção.

Aí voltamos a aquela ideia do que significa economia solidária, reflexão que fizemos no primeiro vídeo. Lá vimos que economia solidária vai além de ser generoso ou generosa, e sim ser corresponsável.

Então, todos e todas serão responsáveis pelas questões de produção, administrativas, comerciais, pela incorporação de novas ideias, pelo controle financeiro..... enfim... tudo! Até existe divisão de tarefas, cada um fazendo o que faz de melhor.

Entretanto, todos e todas devem ter o entendimento completo da produção e participar das decisões necessárias. Só assim poderemos dizer que o empreendimento pratica o princípio da autogestão.

De fato, todos nós sabemos como tomar decisão de forma coletiva é difícil!

Mas, não tem problema, pois a autogestão se constrói no dia-a-dia. Ser aberto às ideias dos outros e outras e garantir espaços de diálogo coletivos (como reuniões, assembleias) é um belo caminho para a autogestão.

E você, têm participado da gestão do empreendimento? Têm estimulado os outros e a outras a fazerem o mesmo?

As decisões são tomadas coletivamente em reuniões e assembleias?

O que acha de aproveitar para dialogar sobre isso com quem faz economia solidária com você, antes de iniciar o próximo vídeo?

Roteiro audiovisual III: Valorização do saber local, democracia e a cooperação como princípios da economia solidária

Olá, me chamo Tatiana e venho aqui para propor uma reflexão sobre três princípios da economia solidária: a cooperação, a democracia e a valorização do saber local.

Palavras até conhecidas, mas você sabe o que cada uma delas representa?

Vamos começar pela cooperação. Você acha que pode existir cooperação de forma individual? Na verdade, não! O ato de cooperar está relacionado a mais de uma pessoa. Em outras palavras, uma pessoa só coopera se for com outra ou outras. A cooperação permite que várias pessoas possam trabalhar juntas, buscando o mesmo fim.

Mas nem sempre a cooperação acontece.

Nas empresas capitalistas, a relação entre trabalhador/trabalhadora e o patrão, a patroa dificulta a cooperação. Isso ocorre porque os objetivos deles são diferentes.

Podemos lembrar o caso da dona Ana, a dona da padaria, e o seu Francisco, o padeiro. Enquanto dona Ana toma decisões buscando lucrar o máximo possível, seu Francisco trabalha para receber o seu salário no final do mês.

Então, o que é diferente na economia solidária que possibilita a cooperação?

Bem, os trabalhadores e trabalhadoras de um empreendimento de economia solidária são iguais entre si e buscam o mesmo objetivo - atender as necessidades da comunidade e gerar renda para a família – e precisam trabalhar juntos e juntas e de forma cooperada, para que o empreendimento dê certo.

E a Democracia? Ela pode acontecer de forma individual? A resposta também é não.

Assim como a Cooperação, que envolve mais de uma pessoa, também é a Democracia. Ser democrático é tratar o outro, a outra, como igual, saber escutar, respeitar e levar em consideração as opiniões de todos e todas.

Na Economia Solidária é indispensável garantir a liberdade de quem fala e o interesse e respeito de quem escuta, por isso a necessidade da construção de espaços de diálogos democráticos, como reuniões e assembleias.

O mesmo não ocorre em uma empresa de economia capitalista onde as reuniões entre patrão e trabalhador limita-se, muitas vezes, a encontros informativos sobre decisões que já foram tomadas.

Dona Ana, por exemplo, toma todas as decisões de produção, comercialização e administrativas, e seu Francisco apenas segue as ordens e não se envolve em decisão alguma.

O princípio da democracia fortalece o ato de cooperar, já que, para ambos é preciso participar, envolver-se com os demais trabalhadores e trabalhadoras e com as etapas da produção até o consumo. Além disso, escutá-los e escutá-las possibilita o resgate e a valorização do saber local.

Você entende quando eu falo em saber local?

O saber local representa conhecimentos e habilidades específicas de uma comunidade, construídos a partir das necessidades e dos recursos disponíveis. Desta forma, ao valorizar o saber local, preserva-se a cultura e as tecnologias populares.

Seu Francisco, o padeiro, por exemplo, carrega consigo um conhecimento de vida que é alimentado pela forma de fazer e de ser da sua comunidade... um saber local.

Acho que cada um possui o saber local, não é mesmo?!

Imagine que interessante seria se, na padaria da dona Ana, fosse considerada a cultura da região, levando em consideração o modo de ser dos seus trabalhadores, trabalhadoras e clientes. O resultado provavelmente seria um produto mais ‘a cara’ da comunidade local.

Porém, como qualquer empresa capitalista, o que ocorre é uma tendência de padronizar os produtos em busca da venda em grande escala e maior competitividade no mercado. Neste caso o saber local acaba sendo substituído por padrões do mercado.

Já o pão produzido na padaria solidária tem o seu diferencial, visto que a Economia Solidária busca a valorização do saber local, que, juntamente com a cooperação e democracia, garante um produto com maior valor cultural.

E você, está se envolvendo de forma cooperada e democrática nas atividades do empreendimento?

Está permitindo que o saber local seja valorizado e considerado no processo de produção?

O que acha de aproveitar para dialogar sobre isso com quem faz economia solidária com você, antes de iniciar o próximo vídeo?

Roteiro audiovisual IV: A centralidade no ser humano, a valorização da diversidade, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente como princípios da Economia Solidária

Olá, me chamo Tatiana e venho aqui para propor uma reflexão sobre alguns princípios da economia solidária:

A centralidade no ser humano;

O Cuidado com o meio ambiente, tendo responsabilidade com as gerações futuras;

A valorização da diversidade; e a

A justiça social.

Você lembra quando conversamos sobre o objetivo da produção no capitalismo?

Saciar as necessidades das pessoas ou gerar lucro?

Pois é, gerar lucro! Isso não significa que as necessidades de alguns não serão atendidas, mas que serão atendidas apenas daqueles que tiverem dinheiro para pagar.

Por isso, mesmo com a grande produção de alimentos, muitas pessoas passam fome. Porque no capitalismo a centralidade não é no ser humano.

No caso da padaria da dona Ana, como vimos, a produção de pães não tem como objetivo sanar a fome da região. Seu Francisco, o padeiro, é visto como um custo de produção. É como se ele fosse uma máquina que está lá para produzir o máximo de mercadorias. Seus anseios, dificuldades e particularidades não são levadas em conta, pois o que importa é que cumpra suas tarefas, faça os pães, caso contrário, dona Ana não irá lucrar e irá substituí-lo.

A produção de um empreendimento de Economia Solidária também poderá ser vendida. Então, qual a diferença em relação ao capitalismo?

Bem, na Economia Solidária, os resultados da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores e trabalhadoras.

Desta forma, as pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior é garantir a satisfação das necessidades de todos e todas. Esta ideia está relacionada ao princípio da centralidade no ser humano.

Bonita essa ideia, né?!

Este princípio nos leva a observar e refletir sobre diversos aspectos da vida em sociedade, como a existência da grande diversidade entre nós, as injustiças sociais e a degradação ambiental, que poderá afetar até mesmo as gerações futuras.

No capitalismo, já sabemos que vale tudo para se ter o máximo de lucro. Até mesmo degradar o meio ambiente e, se for preciso, utilizar tóxicos que afetam a nossa própria saúde para reduzir os custos, aumentar a produção ou tornar o produto aparentemente mais durável para os possíveis compradores.

Já a Economia Solidária representa um jeito diferente de estar no mundo, produzir e consumir produtos locais, saudáveis e de forma sustentável, ou seja, sem degradar o meio ambiente. Tem-se aqui o princípio do cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras.

Pelo próprio nome dá para entender o que esse princípio propõe, não é mesmo?

Além disso, na Economia Solidária busca-se a valorização da diversidade, ou seja, sem discriminação de gênero, crença, raça, etnia ou opção sexual. Bem diferente do que ocorre no capitalismo, né?! Onde se tem discriminação, de uma forma geral, porque não se considera todos e todas como iguais.

Desta forma, ao voltarmos para o nosso exemplo, vemos que....

Seu Francisco, na padaria solidária, é uma importante voz ativa, assim como os demais. As particularidades e necessidades de cada um são consideradas pelo grupo na tomada de decisão coletiva. O cuidado com o meio ambiente torna-se uma preocupação para todos e todas. Até mesmo a repartição das sobras, após a venda, será decidida por todos e todas, sem discriminação e buscando a justiça na produção.

Mas, como definir o que é justo?

Bem. Precisamos partir do entendimento que todos e todas são iguais (homens e mulheres, negros e brancos, independente da opção sexual ou crenças) e que, juntos e juntas, devem decidir o que é certo para cada um, sem afetar o direito da outra pessoa, ou seja, tentar ser justo. A Justiça na produção ocorre, portanto, nos espaços de decisão coletiva do empreendimento.

Mas, a partir da ideia que a Economia Solidária vai além de uma forma de produzir, e sim uma forma de estar no mundo, o princípio da justiça, que tentamos apresentar aqui, precisa ir além do aspecto da produção. É preciso buscar a justiça na comercialização, no consumo, no financiamento e no desenvolvimento tecnológico. Este é mais um princípio da Economia Solidária.

E você, tem fortalecido os espaços de decisão coletiva? Tem buscado a centralidade no ser humano, agindo sem discriminação e de forma sustentável?

O que acha de aproveitar para dialogar sobre isso com quem faz economia solidária com você antes de iniciar o próximo vídeo?

Roteiro audiovisual V: A Emancipação e a valorização da aprendizagem e da formação permanente como princípios da Economia Solidária

Olá, me chamo Tatiana e venho aqui para propor uma reflexão sobre dois princípios da economia solidária: a Emancipação e a valorização da aprendizagem e da formação permanente

Você sabe o que é ser uma pessoa emancipada?

Ser emancipada é uma condição social relacionada ao combate à opressão e exclusão.

Mas, como assim, opressão? Eu sou oprimida? Vocês são oprimidos?

Infelizmente sim! No capitalismo somos oprimidos e oprimidas em vários aspectos, já que a opressão está relacionada a ser obrigado/obrigada a se sujeitar a algo, estar no domínio de outra pessoa.

Aqui podemos lembrar do seu Francisco que, na padaria, por ser um empregado não tem liberdade para opinar, se envolver nas decisões, sendo subordinado e podendo ser comparado a uma máquina. Já na padaria solidária, seu Francisco é visto como igual, sendo corresponsável pela produção e ativo nas decisões, não sendo oprimido.

Não é 'atoa' que muitos dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária buscam, através dela, combater a exclusão e a opressão que sofreram em alguma empresa capitalista. Desta forma, para a pessoa que trabalha na economia solidária, ser emancipada representa ser livre no agir e no pensar, rompendo com o condicionamento histórico de opressão e submissão.

Contudo, a opressão não ocorre só no trabalho, mas nos mais diversos espaços (na rua e até mesmo dentro de casa), por isso, a emancipação, enquanto combate à opressão, deve ser buscada nos vários aspectos das nossas vidas, não só dentro do empreendimento econômico solidário.

Neste ponto, temos que lembrar que a Economia Solidária é mais que uma forma alternativa de produzir, mas também representa uma forma diferente de se relacionar com as outras pessoas, de se entender e entender o mundo na perspectiva de romper com valores capitalistas, criando condições para a produção de um novo jeito de ser.

Então, como podemos contribuir na busca pela emancipação?

Podemos começar desenvolvendo a auto-organização, autoeducação e autonomia.

Perceba que essas três capacidades começam com o termo "auto", que se refere a si mesmo pois é preciso partir de si para construir o coletivo.

A capacidade de auto-organização, que também está diretamente relacionada ao princípio da autogestão -já discutido aqui - refere-se, em poucas palavras, na prática de fazer a gestão coletivamente, com corresponsabilidade.

Já a autonomia relaciona-se a nossa capacidade de reflexão, crítica e construção coletiva de novas ideias.

Na padaria da dona Ana, não existe autonomia, dona Ana manda, seu Francisco obedece!

Já na padaria solidária, seu Francisco, como ser autônomo, é capaz de refletir e acompanhar os desafios do empreendimento, tornando-se uma voz ativa e igual em relação aos outros e outras.

Isso contribui para que o empreendimento seja independente de agentes externos como governos, políticos, instituições financeiras e até mesmo entidades de apoio.

E a autoeducação?

A autoeducação está relacionada ao princípio da valorização da aprendizagem e formação permanente. Isso mesmo, os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária precisam estar sempre em processos de aprendizagem, seja para formação humana e até mesmo para formação técnica.

Mas, trata-se aqui de uma educação do povo, para o povo, que busque a transformação social, política, cultural, ambiental e econômica, baseada em metodologias emancipatórias voltadas, também, para os princípios da Economia Solidária, como foi proposto aqui.

Mas, olha só!

A aprendizagem e formação permanente devem ser responsabilidade de todos e todas. Responsabilidade consigo (formação individual) e com todo o grupo (formação coletiva). Pois, é através deste princípio que iremos entender todos os demais e assim colocá-los em prática para uma efetiva Economia Solidária.

E você, tem fortalecido os princípios tratados aqui? Como você e seu grupo podem melhorar?

Não esqueça de dialogar sobre isso com quem faz economia solidária com você!

Mão à obra!

ANEXO A: REGIMENTO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE GUARABIRA E REGIÃO

Regimento Interno

Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região - PB

DOS OBJETIVOS:

Artigo 1º - O Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região, seguirá a Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES no que se refere aos seus objetivos.

Parágrafo Primeiro - O Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região, terá caráter consultivo, propositivo e formativo, com a colaboração das representações de empreendimentos de Economia Solidária, fundos rotativos solidários, e bancos comunitários, de entidades de assessoria e apoio, universidades e da rede de gestores públicos em Economia Solidária no processo de discussão, elaboração e implementação de políticas públicas de incentivo à Economia Solidária.

Parágrafo Segundo - Os/as gestores/as públicos/as participarão das reuniões do Fórum na Condição de convidados/as, com direito a voz, sem direito a voto, sendo que este seguimento indicará um representante designado pela Rede Estadual de Gestores para representar o segmento, com direito à voz e voto;

Parágrafo Terceiro - Para fins de “discussão, elaboração de políticas públicas de incentivo à Economia Solidária” o Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região convidará, sempre que necessário for, as/os gestoras/es públicas/es relacionados às pautas e políticas específicas em discussão nas plenárias.

DA CONSTITUIÇÃO:

Artigo 2º - Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região será constituído por representantes dos segmentos que compõem a Economia Solidária, obedecendo a seguinte proporcionalidade:

- a) 2/3 de empreendimentos econômicos solidários e redes formadas por empreendimentos econômicos solidários;
- b) 1/3 de entidades de apoio e fomento à economia solidária, considerando a participação de 01 (um) representante da Rede Estadual de Gestores Públicos em Economia Solidária.

Parágrafo Primeiro – A representação junto ao Fórum da Economia Solidária de Guarabira e Região se dará mediante a designação de representantes das entidades de apoio e fomento, dos empreendimentos econômicos solidários, da Rede Estadual de Gestores Públicos em Economia Solidária, de um/a titular e de um/a suplente, obedecendo a proporcionalidade descrita no caput do presente artigo.

Parágrafo Segundo – A mudança de representação junto ao Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região deverá ser comunicada por escrito com antecedência às Plenárias e aos Encontros devendo a comunicação ser feita pela

entidade/empreendimento/rede de gestores, por ocasião da saída e do ingresso de seu novo representante.

Parágrafo Terceiro – Entende-se por entidade de assessoria e apoio a Economia Solidária, aquelas organizações da sociedade civil juridicamente constituídas, que atuam no âmbito municipal, microrregional estadual e nacional, que desenvolvem atividades de assessoria aos empreendimentos de Economia Solidária e que se reconhecem no campo da Economia Solidária.

Parágrafo Quarto – Entende-se por empreendimentos econômicos solidários os grupos que desenvolvem atividades econômicas, constituídos enquanto cooperativas associações e/ou grupos informais, supra familiares, ou familiares que se reconhecem no campo da Economia Solidária.

Parágrafo Quinto – O Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região é um espaço de articulação e diálogo, dos segmentos que compõem o campo da Economia Solidária tendo como base fundamental o desenvolvimento de um outro tipo de atividade socioeconômica para Guarabira e região.

Parágrafo sexto – Para fazer parte do Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região, à entidade e/ou o grupo, deve solicitar seu ingresso, deliberar sobre o nome escolhido para lhe representar no fórum e participar de pelo menos 04 plenárias consecutivas podendo ser regional ou estadual, com direito a voz.

Parágrafo Sétimo – Para assumir uma função nas instâncias do Fórum o participante deverá ter participado de pelo menos 08 plenárias, podendo ser contadas as plenárias regionais e estaduais, em que participava apenas com direito a voz.

Artigo 3º - Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região se constituirá das seguintes instâncias:

- a. **Encontro Regional de Economia Solidária** – é a instância soberana do Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região, realizada uma vez a cada ano, com a participação das/os representantes dos segmentos que compõem o fórum, objetivando a tomada de suas resoluções estratégicas, também como avaliar o período anterior e planejar ações futuras;
- b. **As Plenárias Regionais** - são encontros periódicos realizados, a partir das resoluções tomadas no Encontro Regional com a participação das/os representantes que compõem o fórum, objetivando debater assuntos de interesse do fórum e compartilhar encaminhamentos condensados ou decididos pela maioria dos seus integrantes;
- c. **Coordenação** – é a instância executiva do Fórum, é composta por representantes escolhidos no Encontro Regional, com a missão de acompanhar o funcionamento dos grupos de trabalho e representar o fórum frente a outros espaços de organização da sociedade;
- d. **Grupos de Trabalho** – são grupos temáticos permanentes, aqueles que têm o objetivo de organizar atividades específicas, seguindo as deliberações do Encontro Regional, e/ou temporários, seguindo as deliberações das Planárias, sempre que se fizer necessário.

DO ENCONTRO REGIONAL:

Art. 4 ° – O Encontro Regional será realizado uma vez a cada ano com a participação dos representantes dos seguimentos que compõem o Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região

§ 1º Participarão do Encontro Regional somente empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento e 01 (um/a) representante da Rede de Gestores membros do fórum. Salvo na condição de convidados e ou observadores pré-inscritos.

§ 2º Os Encontros Regionais serão realizados em um dos municípios sede dos Fóruns Regionais, buscando sempre que possível ser itinerante.

§ 3º Os empreendimentos, entidades e a rede de gestores públicos, para participarem do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região, deverão apresentar à Coordenação sua carta de adesão e relação dos seus membros.

DA COORDENAÇÃO REGIONAL

Art. 5º A Coordenação Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região será composta por 6 representantes regionais, assim definida:

- a) 3 (três) representantes de empreendimentos e seus respectivos suplentes;
- b) 2 (dois) representantes de entidades de apoio e fomento e seus respectivos suplentes.

§ 1º Uma mesma organização não poderá ter mais de um representante na coordenação, salvo na condição de suplente.

§ 2º Uma mesma organização não poderá participar da coordenação por período superior a 2 (dois) mandatos consecutivos.

§ 3º As reuniões da coordenação deverão acontecer com a maioria simples de seus membros.

Art.6 ° São atribuições da Coordenação Regional:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento
- II. Coordenar as atividades e garantir o bom funcionamento do Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região;
- III. Convocar e coordenar as reuniões ordinárias da plenária, bem como as reuniões extraordinárias que se fizerem necessárias;
- IV. Quando necessário, promover eventos sobre questões relevantes relativas aos temas em discussão no Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região;
- V. Esclarecer dúvidas referentes a aplicação do presente regimento;
- VI. Prestar conta das atividades físico-financeira realizada em nome do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região, a plenária regional;
- VII. Realizar, anualmente, o Encontro Regional de Economia Solidária;
- VIII. Realizar, anualmente, a Feira de Economia Solidária na região;
- IX. Representar o Fórum em reuniões, eventos e atividades sociais gerais;

- X. Solicitar a todos que realizem alguma atividade representativa em nome do Fórum, um relatório contábil e das atividades realizadas e em nome do Fórum.

DAS PLENÁRIAS REGIONAIS

Art. 7º As Plenárias Regionais serão realizadas ordinariamente a cada seis meses e extraordinariamente, sempre que necessário;

Art. 8º Compete a Plenária Regional

- a. Debater assuntos de interesses relativos ao Movimento da Economia Solidária;
- b. Analisar e aprovar trabalhos da coordenação;
- c. Propor pauta para discussão dos Grupos de Trabalho;
- d. Dialogar com as demandas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- e. Definir a composição da Coordenação Regional, assegurando nessa instância, a participação dos representantes das regiões que compõem a Coordenação.

§ 1º A organização das Plenárias Regionais é da competência da coordenação, com a contribuição dos Grupos de Trabalho (GTS)

§ 2º Na tomada de suas decisões o Fórum buscará, ao máximo e tanto quanto possível, construir resoluções em consenso e na impossibilidade pela maioria simples dos votos dos/as seus/as integrantes;

§ 3º Caso haja necessidade de proceder ao processo de votação, terá direito a voto apenas uma pessoa de cada empreendimento e entidade de apoio e o representante da Rede de Gestores Públicos, membros do fórum;

§ 4º A Plenária deverá manter lista atualizada de seus membros.

Art. 9º A Secretaria Executiva será composta por:

- a. 2 (dois) representantes de empreendimentos de Economia Popular Solidária.
- b. 2 (dois) representantes de Entidades de Apoio e Fomento.

Parágrafo Único – A Secretaria Executiva será escolhida pela coordenação Regional entre os seus membros.

Art. 10º - As decisões do Encontro Regional deverão ser registradas em Relatório específico e assumem a condição de Resoluções Permanentes, somente podendo ser mudadas em novo Encontro Regional;

Art. 11º - As decisões das Plenárias Regionais deverão ser registradas em Relatório específico e assumirão a condição de Resoluções Temporárias, não podendo sobrepor-se às decisões dos Encontros Regionais;

Art. 12º - As decisões tomadas nas Plenárias Regionais somente podem ser mudadas em uma Plenária Regionais posterior, desde que esta possua quantidade de membros superior da que aprovou a Resolução em contrário, 2/3 dos presentes.

Art. 13º - Competirá à coordenação do Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e Região providenciar lista com registro dos seus integrantes, bem como crachás de identificação para uso nas Plenárias;

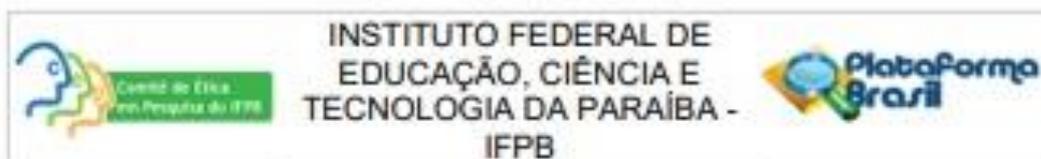
Art. 14º - Competirá à coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região estruturar a Secretaria do mesmo objetivando a organização dos Relatórios e das Resoluções e manter a comunicação com seus/as integrantes;

Art. 15º - Caberá às organizações integrantes do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região contribuir financeiramente com o valor mensal de R\$ 5,00 tendo correção anual ou com a doação de recursos, produtos, serviços.

Art. 16º - Os Fóruns Regionais ou Municipais poderão adotar o mesmo formato organizativo do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região.

Art. 17º – Os casos omissos a este regimento serão resolvidos pela Plenária Estadual, desde que não se sobreponham às decisões dos Encontros Estaduais.

Art. 18º – O presente Regimento entrará em vigor após a sua aprovação e somente poderá ser modificado em um Encontro Regional convocado para esse fim a partir do voto de 2/3 (dois terços dos participantes com direito a voto).



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL E EMANCIPATÓRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Pesquisador: Tatiana Losano de Abreu

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 16730919.5.0000.5185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.468.969

Apresentação do Projeto:

O presente projeto trata de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório e descritivo e de abordagem qualitativa. O foco do projeto são os Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Será feito um diagnóstico por meio de um grupo focal (escolhido a partir de critérios pré-definidos) e aplicação de entrevistas semi-estruturadas a dez integrantes do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e região. As entrevistas serão gravadas e transcritas para compor um banco de dados. Os próprios entrevistados serão os responsáveis pelos empreendimentos.

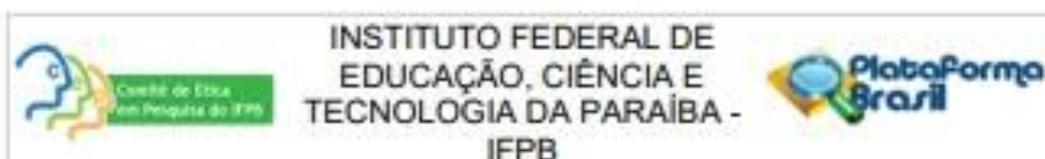
Os resultados serão analisados de forma qualitativa, por meio de análise de discurso para a geração de um diagnóstico. A partir dele, será elaborado um produto educacional que poderá ser utilizado por qualquer organização, que pode ser uma cartilha didática que leve em consideração as especificidades dos empreendedores da Economia Solidária.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário da pesquisa é contribuir com a educação profissional e tecnológica, de caráter emancipatório e formação omnilateral, junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Os objetivos secundários são: I) Levantar as principais necessidades advindas dos Empreendimentos Econômicos Solidários para a elaboração do produto educacional; II) Construir o

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3613-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3-488-669

produto educacional por meio das necessidades levantadas dos grupos de produção envolvidos no Movimento de Economia Solidária; III) Aplicar o produto educacional nos EES (Empreendimentos Econômicos Solidários), visando uma educação profissional e tecnológica emancipatória e; IV) Identificar as relações existentes entre o produto educacional e o processo de autonomia na formação emancipatória dos sujeitos participantes dos empreendimentos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora responsável indica que os riscos potenciais são mínimos. Esclarece que o(a) entrevistado(a) pode ficar constrangido(a) por fazer uma análise crítica do empreendimento no(a) qual faz parte. Indica que o anonimato, contudo, será preservado e as colocações dos entrevistados não serão interpretadas como um posicionamento oficial do empreendimento ou do Fórum de Economia Solidária.

A pesquisadora aponta também que o(a) participantes podem ficar constrangido(a) por ter alguma dificuldade em momentos da aplicação do produto educacional, mas que seu anonimato será preservado e as colocações dos entrevistados não serão interpretadas como um posicionamento oficial do empreendimento ou do Fórum de Economia Solidária.

Como benefícios, a pesquisadora responsável indica que o trabalho propiciará aos participantes mais um espaço de diálogo sobre Economia Solidária, constituindo um momento de auto-reconhecimento do seu EES, assim como contribuirá para o diagnóstico das dificuldades que os EES se separam para garantir a sua autonomia.

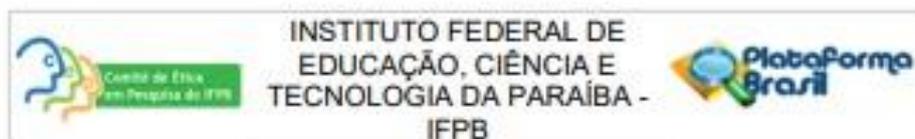
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e busca oferecer respostas no âmbito dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), considerando a autogestão dos EES a partir da visão dos coordenadores do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e região, sob a hipótese de que os Empreendimentos Econômicos Solidários necessitam de uma educação profissional e tecnológica, de caráter emancipatório e formação omnilateral. O projeto faz parte das exigências do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito institucional para avaliação no componente curricular Metodologia da Pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto está presente, indica o mesmo número de participantes do projeto submetido, está datada e assinada pela pesquisadora responsável e pelo Diretor Geral do IFPB campus João

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOÃO PESSOA E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
 Telefone: (83)3612-9725



Continuação do Parecer: 3.468/008

Pessoa. O título é o mesmo do projeto submetido.

Os critérios para a composição do grupo focal foram assim definidos: I) Participantes de grupos que realizam a produção e comercialização dos produtos de forma coletiva ou participantes de entidades de apoio de EES; II) Participantes de EES e entidades de apoio vinculados ao Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região; III) Representantes dos EES que compõem a coordenação do referido fórum.

Foi apresentado o roteiro de uma entrevista semi-estruturada com questões chave relacionadas à conjuntura de constituição do EES, ao conceito de autogestão, aos problemas para garantir a autogestão e a relação autogestão X autonomia. Não foram encontrados problemas de ordem ética no instrumento de coleta de dados.

Foi apresentado um TCLE para a composição do grupo focal, um TCLE para a participação nas entrevistas e um TCLE para a aplicação do produto educacional. Em todos eles, a pesquisadora responsável indica o aspecto voluntário da participação, a garantia de sigilo das informações, a possibilidade de se ausentar da pesquisa sem danos a qualquer momento e os riscos da pesquisa. Estão também indicados o endereço, email e telefone da pesquisadora responsável e o endereço, email e telefone do CEP.

O cronograma está presente e indica a aplicação do questionário diagnóstico para 01/11/2019. O orçamento existe e indica bens de materiais de consumo e serviços no valor total de R\$ 2.450,00.

Recomendações:

Não há recomendações.

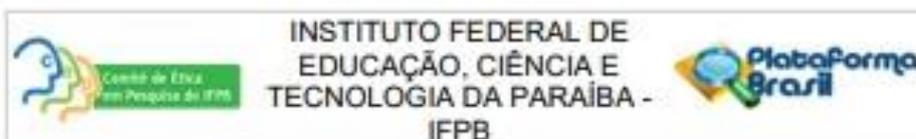
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB discutiu sobre os diversos pontos da análise ética que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticainvestigacao@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.468.969

pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).

2- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente (Res. CNS 466/2012 - Item IV.5.d) e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

3- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou (Res. CNS 466/2012 - Item III.2.u), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.4) que requeiram ação imediata.

4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/2012 Item V.5).

5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

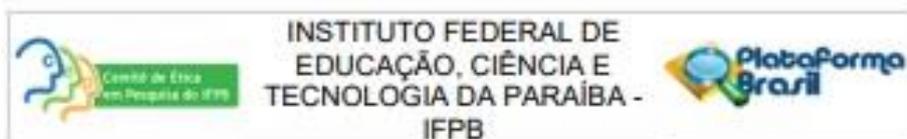
6- Deve ser apresentado, ao CEP, relatório final até 30/09/2020.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1385685.pdf	03/07/2019 11:28:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_Plat_Bras.pdf	03/07/2019 11:24:08	Tatiana Losano de Abreu	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	03/07/2019 11:22:55	Tatiana Losano de Abreu	Aceito
Outros	ROTEIRO_entrevista.pdf	02/07/2019 11:48:11	Tatiana Losano de Abreu	Aceito
Outros	ROTEIRO_grupo_focal.pdf	02/07/2019 11:47:42	Tatiana Losano de Abreu	Aceito

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOÃO PESSOA
 Telefone: (83)3612-0725 E-mail: eticampesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.468.969

Outros	Nota_Esclarecimento.pdf	25/06/2019 12:09:15	Tatiana Losano de Abreu	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_produto.pdf	25/06/2019 12:08:52	Tatiana Losano de Abreu	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_grupo_focal.pdf	25/06/2019 12:08:42	Tatiana Losano de Abreu	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_entrevista.pdf	25/06/2019 12:08:32	Tatiana Losano de Abreu	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOÃO PESSOA, 25 de Julho de 2019

Assinado por:

Aleksandro Guedes de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-000
 UF: PB Município: JOÃO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticainpesquisa@ifpb.edu.br